

ANEXO 03

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE MUNICIPAL

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARAGOMINAS – PARÁ.

CADERNO 02 – CAPÍTULOS 3 a 6

JUNHO / 2020

ANEXO 03

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE MUNICIPAL.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO – PARAGOMINAS - PARÁ.

JUNHO / 2020

**DIAGNÓSTICO DA REALIDADE MUNICIPAL
ANEXO 03 DO PROJETO DE LEI DE REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO –
PARAGOMINAS - 2020.**

SEMÍRAMES SILVA NOGUEIRA LIMA

RESPONSÁVEL TÉCNICO – CONSULTORIA CONTRATADA

ANTÔNIO MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA

COORDENADOR GERAL DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Paulo Pombo Tocantins
PREFEITA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - PA

Mozimeire Pereira de Souza Costa
VICE PREFEITA

**COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE REVISÃO
DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU)**

Antônio Maria de Oliveira Barbosa
COORDENADOR DO PROCESSO DE REVISÃO DO PDDU

COMISSÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO

Semírames Silva Nogueira L
Coordenadora Técnica e Consultora

Janusa Merlem dos Santos Lopes
Coordenadora Técnica

Jamesson Souza Lima
Coordenador Operacional

Dilmar Moraes dos Santos
Técnico de Finanças

Sergio Bitencourt Prazeres Junior
Técnico de Informática

Francisco Antônio da Silva
Representante da Área Urbana

Edinelson Silva Monteiro
Representante da Área Rural

Jaqueline de Carvalho Peçanha
Assessora Jurídica

Larissa Silveira de Vilhena Leal
Assessoria de Comunicação

Valquíria Sena dos Santos
Técnica de Comunicação

Carlos Silva Carvalho
Designer

Denise Terezinha Gabriel
Vereadora

Moniely Ribas Fidalgo
Representantes da Sociedade Civil
Telciney Ferreira Messias
Representantes da Sociedade Civil

COMISSÃO TÉCNICA

SEMUG

Renato Rodrigues Cordeiro
Secretário
Danderson Elias de Oliveira
Técnico
Adeilton Ferras Ribeiro
Técnico

SEPLAN

Álvaro Frank de Lima
Técnico
Ana Paula de Jesus Batista Vilhena
Técnica
Samírames Silva Carvalho
Técnica

SEMAFI

Maria das Graças Quadros Martins Silva
Secretária
Clarice Lira Nogueira
Técnica
Rael Veras Correa
Técnico

SEMAS

Tânia Cristina Cardoso dos Santos
Secretária
Antonio Carlos Lins Pinto
Técnico
Keila Carmem de Jesus Aragão de Souza
Técnica

SEMS

Flavio dos Santos Garajau
Secretário
Adonias Correa da Silva
Técnico
Roberto Antônio dos Reis Gomes
Técnico
Érica Chaves Cabral da Costa
Técnica
Antônio Cardoso de Souza
Técnico

SEMEC

Walmir Nogueira Moraes
Secretário
Roberta Letícia dos Santos Ferreira Tavares
Técnica
Adriana Maria Queiroz
Técnica

SEMAGRI

Breno Lima Colonnelli
Secretário
José Jacó Barroso
Técnico
Diomar Farias de Carvalho
Técnico

SEMINFRA

Oceanides José Mourão Santa Brígida
Secretário
Jorge Luiz Martins Ramos
Técnico
Wanja Lena Araújo dos Santos
Técnica
Hilda Souza Pereira
Técnica
Jamesson Souza Lima Técnico Informática
IPMP Raulison Dias Pereira
Presidente

SEMUR

Djane Chaves dos Santos Amaral
Secretária
Nelson de Carvalho Silva
Técnico
Alessandro Marques de Almeida
Técnico
Emerson Vasco Barros da Cunha
Técnico
Rafaela Pereira de Jesus
Técnica

SECULT

Maria Aparecida Luciano
Secretária
Marcio Marcelo Anet da Mata
Técnico
Raimundo Edilson da Silva Técnico

SEMMA

Armindo Felipe Zagalo Neto
Técnico
Fernando Pires Mendes

Técnica
Edinelson Silva Monteiro
Técnico Informática

SEMUTRAN

Natanael Damasceno da Costa
Técnico
Raimundo Evode Gomes de Oliveira
Técnico

CONSULTORIA CONTRATADA

Gabriel Lobato
Assessor Jurídico

Lumena Apollaro
Arquiteta e Urbanista

Adriana Saraiva
Estagiária – Arquitetura e Urbanismo

COMISSÃO OPERACIONAL

José Pimentel dos Santos
Coordenador

Ananda Gonçalves Gallo
Apoio

Ádria Cristina Azevedo Ferreira
Apoio

Natália França de Castro
Apoio

Renildes da Silva Alves
Apoio

Raimundo Brito dos Santos
Apoio

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

Cássia Emanuella
OAB/PA – Paragominas

Marcelo Coelho Marques
UEPA

Manoel Vieira dos Reis
SINDICATO RURAL

Fabiano Soares Andrade
SEBRAE

Walery Costa dos Reis
IFPA

Keila Arabela Martins dos Santos
UFRA

Carmine Lourenço Del Gaizo Netto
Conselho de Segurança

APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe o conjunto de produtos encaminhados para a Câmara Municipal de Paragominas, anexos da minuta de revisão do plano diretor, sendo, portanto, o **Produto 02 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE MUNICIPAL: Leitura Técnica e Comunitária**, elaborado com o objetivo maior de servir como documento base a ser apresentado na 2ª Audiência Pública e/ou Conferência, bem como, apoio aos debates a serem realizados nos GRUPOS DE TRABALHOS (GTS) no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor de Paragominas, Pará.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 12** - Mapa do Estado do Pará – Vocações Econômicas.
- FIGURA 13** - Principais Segmentos Produtivos.
- FIGURA 14** - Turismo – segmentos potenciais.
- FIGURA 15** – Localização do Município de Paragominas na Mesorregião do Sudeste Paraense.
- FIGURA 16** - Limite Municipal Localização de vilas/colônias
- FIGURA 17** - Áreas georreferenciadas obtidas de Paragominas, Pará.
- FIGURA 18** – Área de exploração de bauxita em Paragominas.
- FIGURA 19** – Geomorfologia Paragominas.
- FIGURA 20** – Topografia do município de Paragominas, Pará.
- FIGURA 21** – Tipos de solos encontrados no município de Paragominas, Pará.
- FIGURA 22** – Hidrografia de Paragominas, Pará. (ANA).
- FIGURA 23** – Mapa de localização da microbacia do rio Uraim, Estado do Pará.
- FIGURA 24** – Rio Uraim.
- FIGURA 25** – Cobertura Vegetal.
- FIGURA 26** – Desmatamento e floresta remanescente, por subtipo florestal, em Paragominas, Pará.
- FIGURA 27** - Localização Parque Ambiental.
- FIGURA 28** - Lago verde de Paragominas.
- FIGURA 29** - Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável.
- FIGURA 30** - Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável – ICMS VERDE.
- FIGURA 31** - Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável.
- FIGURA 32** – Saldo de emprego por município, 2014
- FIGURA 33** – Saldo de empregos nos municípios do Pará, 1º sem./ 2017.
- FIGURA 34** - Saldo de emprego por Região de Integração Jan – Jun/2017.
- FIGURA 35** - Divisão do Pará – Polos Turísticos.
- FIGURA 36** - Rio Uraim, na Colônia de Uraim.

FIGURA 37 - Cascata encantada – Lago Verde.

FIGURA 38 - Imagem do Lago Verde.

FIGURA 39 – Calçamento e paisagismo do Lago Verde.

FIGURA 40 – Fachada do Parque Ambiental.

FIGURA 41 - Entrada do Parque Ambiental

FIGURA 42 – Lago e pedalinhos do Parque Ambiental.

FIGURA 43 - Lanchonete do Parque Ambiental

FIGURA 44 - Fachada da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

FIGURA 45 – Nave central e altar da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

FIGURA 46 - Entrada do Memorial do Município Verde.

FIGURA 47 - Salão de Exposição do Memorial do Município Verde.

FIGURA 48 - Unidades de Gestão.

FIGURA 49 - Áreas que devem ser protegidas e tombadas como patrimônio histórico e cultural de Paragominas.

FIGURA 50 - Equipamentos públicos – Cultura - Paragominas

FIGURA 51 - Equipamentos de Esporte e Lazer – Paragominas.

FIGURA 52 - Quadra do Ginásio de Esportes.

FIGURA 53 - Entrada da Arena Verde

FIGURA 54 - Campo de Futebol da Arena Verde.

FIGURA 55 – Praça Célio Miranda

FIGURA 56 – Praça Cleovaldo José de Moura Gonçalves – Praça do ginásio.

FIGURA 57 – Localização das praças – Paragominas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- IPTU** – Imposto Predial e Territorial
CM – Competência Municipal
CTN – Código Tributário Nacional
ISS – Imposto Sobre Serviço
ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITIBI – Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis
CIP – Custeio dos serviços de Iluminação Pública
IPVA – Imediatamente Perigoso à Vida ou à Saúde
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ITR – Imposto Territorial Rural
CGITR – Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TCU – Tribunal de Contas da União
IPI – Imposto sobre Produto Industrial
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação de Estado de São Paulo
SEPOF – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
IRPJ – Imposto de Renda – Pessoa Jurídica
IRPF – Imposto de Renda – Pessoa Física
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
PIS – Programa de Integração Social
PASEP – Patrimônio de Servidor Público
ITR – Imposto Territorial Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GT's – Grupos Temáticos
HA – Hectare
VS – Vegetação Secundária
PS – Pasto Seguro
PL – Pasto Limpo
FLO – Floresta
RP – Regeneração com Pasto
LTA – Laudo Técnico de Avaliação
KM – Kilômetro



CAR – Cadastro Ambiental Rural

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PRODES – Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica

LAR – Licença para Atividades Rurais

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Produto Interno Bruto RI Rio Capim – 2012.

TABELA 02 – Produto Interno Bruto – Brasil, Pará, Rio Capim – 2012.

TABELA 03 – Balança Comercial – 2015.

TABELA 04 – Demografia – Região de Integração do Rio Capim.

TABELA 05 - Emprego – Região de integração do Rio Capim.

TABELA 06 – Vínculos Empregatícios por setor de atividade 2013.

TABELA 07 – Vínculos Empregatícios por setor de atividade 2013 - RI Capim.

TABELA 08 - Estimativa da área e do número de famílias de 15 colônias em Paragominas visitadas pelo Imazon em 2008.

TABELA 09- Área total e desmatamento acumulado até 2008 nas Terras Indígenas situadas em Paragominas, Pará.

TABELA 10 – Altitude / Área / %.

TABELA 11 - Tipo de Solo / Área (ha) / %.

TABELA 12 – Desmatamento e floresta remanescente, por subtipo florestal, em Paragominas, Pará.

TABELA 13 - Movimentação do Mercado de Trabalho Celetista do Brasil, Região Norte e Pará, Jan-Jun / 2015.

TABELA 14 - Movimentação do Mercado de Trabalho paraense por setor de atividade. 1º Semestre/2017.

TABELA 15 - Saldo de emprego paraense de Jan-Jun / 2014-2015.

TABELA 16 – Número de Estabelecimento com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2014-2015.

TABELA 17 - Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2014 – 2015.

TABELA 18- Indicadores de população de 10 anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000/2010.

TABELA 19 – Distribuição da POC por Classes de Rendimento Nominal Mensal de todos os Trabalhos em Salário Mínimo 2000/2010.

TABELA 20 – Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000/2010.

TABELA 21 – Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade Ocupadas na Semana de Referência, por seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000/2010.

TABELA 22 – Vínculos Empregatícios Total e por Sexo no Emprego Formal – 2017.

TABELA 23 - Vínculos Empregatícios no Emprego Formal por Grande Setor (IBGE) 2017.

TABELA 24 - Remuneração Média (R\$) Total e por Sexo do Trabalhador Formal – 2017.

TABELA 25 – Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza), por RI do Estado do Pará 2017-2018.

TABELA 26 – Habitantes por Domicílios Permanentes 1996/2000/2007/2010.

TABELA 27 – Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 2000/2010.

TABELA 28 - Domicílios Particulares, por Forma de Abastecimento de Água 1991/2000/2010.

TABELA 29 – Domicílios Particulares, por existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário 1991/2000/2010.

TABELA 30 – Domicílios Particulares Permanentes, por Destino do Lixo 1991/2000/2010.

TABELA 31 – Domicílios Particulares, por Tipo do Domicílio 1991/2000/2010.

TABELA 32 – Domicílios Particulares Permanentes, por Condição de Ocupação do Domicílio 1991/2000/2010.

TABELA 33 – Estabelecimento por Dependência Administrativa e Graus de Ensino – 2000/2015.

TABELA 34 – Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2015.

TABELA 35 – Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2015.

TABELA 36 – Matrícula por dependência e Graus de Ensino 2000-2015.

TABELA 37 – Funções por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2010.

TABELA 38 – Taxas de Rendimento Escolar 2014-2015.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – ÍNDICE DE GINI - Renda, Pobreza e Extrema pobreza (1991—2000 -2010)

QUADRO 02 - Renda Per Capita Média.

QUADRO 03 – Síntese da caracterização do território.

QUADRO 04 – População Total, por Gênero, Rural/Úrbana – Paragominas – PA.

QUADRO 05 – Estrutura Etária da População – Paragominas – PA.

QUADRO 06 – Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – Paragominas.

QUADRO 07 - Quantitativo dos Produtos Agrícolas Assistidos em Paragominas - 2018.

QUADRO 08 - Quantitativo dos Produtos do Extrativismo Vegetal - 2017.

QUADRO 09 - Quantitativo dos Rebanhos Existentes no Município de Paragominas - 2018.

QUADRO 10 – Síntese das Finanças Públicas – 2017.

QUADRO 11 - População Paragominas – 1980 – 2013.

QUADRO 12 – Áreas georreferenciadas obtidas de Paragominas, Pará.

QUADRO 13 – Área dos assentamentos rurais localizados parcial ou integralmente em Paragominas.

QUADRO 14 – Terras privadas – Paragominas.

QUADRO 15 – Área colhida e produção das culturas temporárias e permanentes mais expressivas do município. Pecuária em Paragominas.

QUADRO 16 – Pecuária em Paragominas.

QUADRO 17 - Extração vegetal e Silvicultura.

QUADRO 18 - Programa Minha Casa Minha Vida.

QUADRO 19 - Total de escolas de educação básica

QUADRO 20 - Matrículas disponibilizadas na Educação Infantil.

QUADRO 21 - Matrículas disponibilizadas no Ensino Fundamental.

QUADRO 22 - Matrículas no Ensino Médio

QUADRO 23: Matrícula na Educação especial.

QUADRO 24: Número de Escolas com serviços de acessibilidade

QUADRO 25- Matrículas no EJA.

QUADRO 26 - Quantitativo de escolas 2019.

QUADRO 27 - Quantitativo de alunos 2019.

QUADRO 28 - Previsão de manutenção do transporte escolar para assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola.

QUADRO 29 - Ações previstas Reformas e construções.

QUADRO 30 – Ações de construção, de reforma e aparelhamento das Escolas de Ensino Fundamental (Área Indígena).

QUADRO 31 – Ações de conclusão e aparelhamento das escolas para inauguração.

QUADRO 32 - Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos.

QUADRO 33 – Gestão de trabalho (perfil dos servidores – nível de escolaridade)

QUADRO 34 - Principais causas de internação Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

QUADRO 35 – População Residente – Estimativa Populacional – 2000 – 2019.

QUADRO 36 - População estimada por sexo e faixa etária - período: 2015.

QUADRO 37 - Notificações no sistema de informação por agravos e acidentes por município de residência no período de 2009 a 2019.

QUADRO 38 - Número De Nascidos Vivos Por Residência Da Mãe.

QUADRO 39 - Óbitos p/Residência por Faixa etária 1 e Ano do Óbito – Paragominas – 2009 – 2018.

QUADRO 40 - Número de óbitos maternos de 2009 a 2019.

QUADRO 41 - Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 04 ou mais consultas de pré-natal 2009 a 2019.

QUADRO 42 - Número de óbitos em mulheres por Câncer de Colo de Útero de 2009 - 2019.

QUADRO 43 - Número geral de óbitos 2009 – 2019.

QUADRO 44 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População Geral do município / Necessidade anual de procedimentos.

QUADRO 45 – Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 0 a 14 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

QUADRO 46 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 15 a 29 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

QUADRO 47 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 30 a 59 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

QUADRO 48 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 60 anos e mais do município / Necessidade anual de procedimentos.

QUADRO 49 – Ações realizadas em Paragominas.

QUADRO 50 – Ações programadas.

QUADRO 51 - Dados para o cálculo da necessidade de ultrassonografias

QUADRO 52 - População alvo: todas as gestantes dentro da estimativa de 2019 a 2029

QUADRO 53 - População alvo: Gestantes de Risco Habitual estimativa de 2019 a 2029.

QUADRO 54 - População alvo: Gestantes de Alto Risco estimativa de 2019 a 2029

QUADRO 55 - Dados para o cálculo da necessidade de mamografias/ano, consideram-se as indicações de realização dos exames

QUADRO 56 - População alvo: População Feminina em Idade 40 a 49 anos estimativa de 2019 a 2029

QUADRO 57 - População alvo: População Feminina em Idade 50 a 59 anos estimativa de 2019 a 2029.

QUADRO 58 – Unidades de Gestão.

QUADRO 59 – CRAS / Inscritos em programas – 2019.

QUADRO 60 – Comparativo Estatístico de Janeiro a Junho 2019 – 2020.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Produto Interno Bruto (PIB) – 2017.

GRÁFICO 02 - Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 1991.

GRÁFICO 03 - Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 2000.

GRÁFICO 04 - Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 2010.

GRÁFICO 05 – Área plantada e quantidade colhida de arroz em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007.

GRÁFICO 06 – Área plantada e produção de milho em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007.

GRÁFICO 07 – Área plantada e produção de soja em Paragominas, Pará, no período de 1997 a 2007.

GRÁFICO 08 – Trabalho – Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.

GRÁFICO 09 – Proporção de Pessoas no CADÚNICO em Famílias em Situação de Pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza). Brasil, Região Norte e Pará, 2012-2018.

GRÁFICO 10 – Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família.

GRÁFICO 11 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único.

GRÁFICO 12 - Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos micro empreendedores individuais (MEI) do município – 2012.

GRÁFICO 13 - Comparativo Estatístico 2019 – 2020.

SUMÁRIO

3. ASPECTOS REGIONAIS E LOCAIS	227
3.1 PARAGOMINAS NO CONTEXTO REGIONAL.....	227
3.2 ASPECTOS GERAIS E LOCALIZAÇÃO.....	236
3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	240
3.3.1 Dinâmica Populacional	240
3.3.1.1 Demografia.....	241
3.3.1.2 Estrutura Etária.....	242
3.3.2 Perfil Socioeconômico	246
3.3.2.1 Finanças Públicas.....	249
3.3.3 Realidade atual do desenvolvimento municipal: o fomento em diversas áreas, em especial a Agricultura e a Pecuária	261
3.3.3.1 Áreas Rurais.....	262
3.3.3.2 A questão da infraestrutura, dos serviços e equipamentos públicos no espaço rural.	277
4. ASPECTOS AMBIENTAIS	279
4.1. DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO.....	279
4.1.1 Geologia e Relevo	280
4.1.2 Geomorfologia	281
4.1.3 Topografia	282
4.1.4 Solos	282
4.1.5 Clima	283
4.1.5.1 Mudança no Microclima Local	283
4.1.6 Hidrografia	284
4.1.6.1. Sub-região do Gurupi.....	285
4.1.6.2 Micro bacia hidrográfica do rio Uraim.....	286
4.1.6.3 Igarapé Paragominas.....	287
4.1.6.4 Região Hidrográfica.....	288
4.1.7 Cobertura Vegetal	289
4.1.7.1 Reflorestamento.....	289
4.1.7.2 Unidades de conservação.....	292

4.1.7.3 Parque Ambiental de Paragominas.....	293
4.1.7.4 Áreas de proteção ambiental.....	294
4.1.7.5 Lago Verde.....	295
4.1.8 Mecanismos de Controle Ambiental.....	296
4.1.9 Áreas de Risco.....	299
5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	300
5.1 DIMENSÃO ECONÔMICA.....	300
5.1.1. Mercado de trabalho.....	300
5.2 DINÂMICA ESTADUAL.....	302
5.3 DINÂMICA MUNICIPAL.....	304
5.4 DINÂMICA REGIONAL.....	306
5.4.1. Perfil produtivo.....	307
5.4.2. Potencial turístico.....	320
6. ASPECTOS SOCIAIS.....	335
6.1 HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	335
6.1.1 Da questão habitacional.....	335
6.1.2 Da questão da Regularização Fundiária Urbana.....	339
6.2 EDUCAÇÃO.....	341
6.2.1 Educação Infantil.....	348
6.2.1.1 Matrículas disponibilizadas anualmente.....	349
6.2.1.2 Equipamentos de Educação Infantil.....	349
6.2.2 Ensino fundamental.....	349
6.2.2.1 Matrículas disponibilizadas anualmente.....	351
6.2.2.2 Equipamentos de Ensino Fundamental.....	351
6.2.3 Ensino Médio.....	352
6.2.3.1 Matrículas disponibilizadas.....	352
6.2.4 Educação Especial.....	353
6.2.4.1 Matrículas disponibilizadas.....	353
6.2.5 Alfabetização.....	354
6.2.6 Educação Integral.....	354
6.2.7 Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	354
6.2.7.1 Matrículas disponibilizadas.....	355

6.2.8 Educação Profissional	355
6.2.9 Educação Superior	356
6.2.10 Titulação de professores da Educação Superior	356
6.2.11 Pós-graduação	356
6.2.12 Formação de professores	357
6.2.13 Formação continuada e pós-graduação de professores	357
6.2.14 Valorização do professor	357
6.2.15 Plano de Carreira	358
6.2.16 Gestão Democrática	358
6.3 SAÚDE	262
6.3.1 Morbidade Hospitalar	265
6.3.2 Modelo de Atenção em Saúde	373
6.3.3 Estrutura do Sistema de Saúde	374
6.3.3.1 Atenção primária a saúde.....	374
6.3.3.1.1 <i>Educação na Saúde</i>	381
6.3.3.2 Atenção Secundária – Média Complexidade.....	384
6.3.4 Urgência e Emergência	385
6.3.5 Atendimento hospitalar	385
6.3.6 Vigilância em Saúde	386
6.3.7 Vigilância epidemiológica e imunização	386
6.3.8 Vigilância em Saúde Ambiental	387
6.3.9 Vigilância Sanitária - Zoonoses	388
6.3.10 Vigilância Nutricional	389
6.3.11 SISVAN	390
6.3.12 Programa de suplementação de Ferro	391
6.3.13 Programa de Peso - Bolsa Família	391
6.3.14 Atenção à gravidez, parto e puerpério – Rede de atenção materno – infantil	392
6.3.14.1 Apoio Diagnóstico: Ultrassom Obstétrico.....	393
6.3.14.2 Apoio Diagnóstico: Mamógrafos.....	395
6.3.14.3 Almoarifado/Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF.....	396
6.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL	398

6.5 SEGURANÇA – Diagnóstico da Criminalidade.....	403
6.6 CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	406
6.6.1 Áreas/locais que devem ser protegidos e tombados como patrimônio histórico cultural de Paragominas.....	407
6.6.2. Equipamentos Públicos Culturais.....	410
6.6.3. Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer.....	412
6.6.4. Serviços e equipamentos de eventos.....	414
6.6.5. Serviços e equipamentos de lazer – Instalações esportivas.....	415
6.6.6. Serviços e equipamentos de lazer – Espaços livres e áreas verdes.....	417

3. ASPECTOS REGIONAIS E LOCAIS

3.1 - PARAGOMINAS NO CONTEXTO REGIONAL.

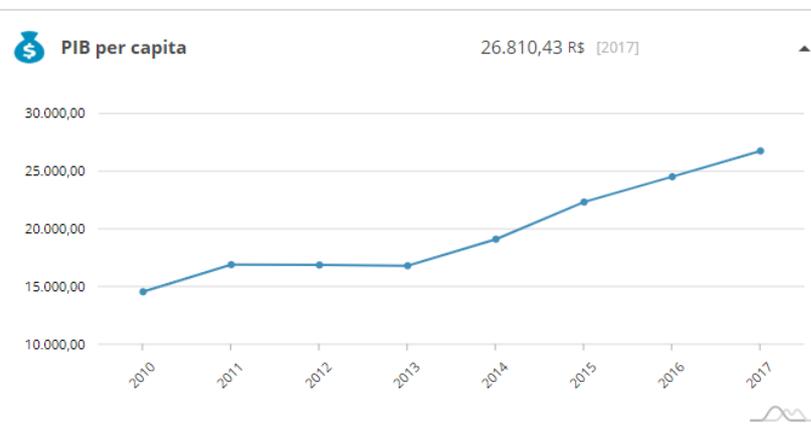
Iniciamos este documento com a análise dos aspectos regionais, que tem como objetivo entender as relações territoriais e socioeconômicas entre os municípios que compõem a Região de Integração do Capim e conhecer as tendências de desenvolvimento regional.

Desta forma, a intenção é identificar as possibilidades de articulação das propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Paragominas - PDDU com políticas e investimentos regionais, levando em consideração fatores do ambiente externo que podem viabilizar (oportunidades) ou mitigar (ameaças) para o desenvolvimento do município, bem como, aproveitar vantagens competitivas de programas e projetos que aportam na região.

Neste sentido, os estudos do IPEA, com base nos dados do IBGE (2017), são relevantes para a compreensão do papel de Paragominas no território regional a que pertence. A ilustração abaixo demonstra as questões econômicas relevantes da referida região.

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos numa região (quer seja países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.).

GRÁFICO 01 – Produto Interno Bruto (PIB) – 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

No caso de Paragominas, o que se observa é que em 2012 o PIB era entre 15.000,00 e 20.000,00, conforme a tabela do IBGE, e que em 2017, este PIB aumentou para aproximadamente 26.000,00, o que representa que dentre os municípios da região, Paragominas apresenta um potencial expressivo para se desenvolver.

TABELA 01 - Produto Interno Bruto RI Rio Capim – 2012.

Item Geográfico	PIB (Mil R\$)	VA Agropecuária (Mil R\$)	VA Indústria (Mil R\$)	VA Serviços (Mil R\$)	Impostos (Mil R\$)
Brasil	4.392.095.000	198.137.000	969.234.000	2.557.699.000	667.025.000
Pará	91.009.014	5.899.395	30.698.374	45.126.475	9.284.769
Rio Capim	(5%) 4.347.015	652.268	1.042.324	2.397.344	255.084
Abel Figueiredo	45.115	12.133	3.714	27.536	1.733
Aurora do Pará	131.584	35.473	15.246	78.207	2.658
Bujaru	83.572	8.366	10.500	61.935	2.771
Capitão Poço	231.712	37.832	21.912	163.570	8.398
Concórdia do Pará	146.684	23.738	16.588	99.329	7.029
Dom Eliseu	356.819	61.930	30.184	234.843	29.863
Garrafão do Norte	106.356	22.429	9.091	72.424	2.412
Ipixuna do Pará	350.346	72.478	134.343	134.747	8.779
Irituia	110.868	14.324	11.188	82.242	3.114
Mãe do Rio	172.337	14.495	20.986	125.423	11.433
Nova Esperança do Piriá	81.844	13.026	7.545	59.230	2.044
Ourém	77.232	7.319	13.764	53.655	2.495
Paragominas	(36%) 1.557.692	158.893	624.048	661.326	113.425
Rondon do Pará	311.463	76.326	30.120	190.391	14.626
Tomé-Açu	343.622	61.991	46.923	213.297	21.411
Ulianópolis	239.769	31.515	46.172	139.189	22.893

Fonte: Site IBGE, 2020.

TABELA 02 - Produto Interno Bruto – Brasil, Pará, Rio Capim – 2012.

PIB	Brasil	Pará	Rio Capim
PIB (Mil R\$) 2012	4.392.094.000	(2,1%) 91.009.014	(5%) 4.347.015
VA Agropecuária (Mil R\$) 2012	198.137.000	5.899.395	652.268
% VA Agropecuário	4,5%	6,5%	15,0%
VA Indústria (Mil R\$) 2012	969.234.000	30.698.374	1.042.324
% VA Indústria	22,1%	33,7%	24,0%
VA Serviços (Mil R\$) 2012	2.557.699.000	45.126.475	2.397.344
% VA Serviços	58,2%	49,6%	55,1%
Impostos (Mil R\$) 2012	667.025.000	9.284.769	255.084
% Impostos	15,2%	10,2%	5,9%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2012.

Balança comercial é uma expressão usada no âmbito econômico e que se refere ao conjunto de tudo o que é importado e exportado.

TABELA 03 – Balança Comercial - 2015

Item Geográfico	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ (FOB)	Part. %	US\$ (FOB)	Part. %	
Brasil	225.100.884.831	100	229.137.074.222	100	-4.036.189.391
Pará	15.852.091.025	100	1.111.198.246	100,00	14.740.892.779
RI Capim	197.694.786	1,25	5.840.689	0,53	191.854.097
Abel Figueiredo	37.706	0,02	0	0	37.706
Aurora do Pará	0	0,00	0	0	0
Bujaru	0	0,00	0	0	0
Capitão Poço	0	0,00	0	0	0
Concórdia do Pará	0	0,00	0	0	0
Dom Eliseu	1.107.603	0,56	0	0	1.107.603
Garrafão do Norte	0	0,00	0	0	0
Ipixuna do Pará	40.955	0,02	910.319	15,60	-869.364
Irituia	0	0,00	0	0	0
Mãe do Rio	0	0,00	0	0	0
Nova Esperança do Piriá	0	0,00	0	0	0
Ourém	0	0,00	0	0	0
Paragominas	177.411.615	89,74	4.928.395	84,40	172.483.220
Rondon do Pará	17.717	0,01	0	0	17.717
Tomé-Açu	19.079.190	9,65	1.975	0,03	19.077.215
Ulianópolis	0	0,00	0	0	0

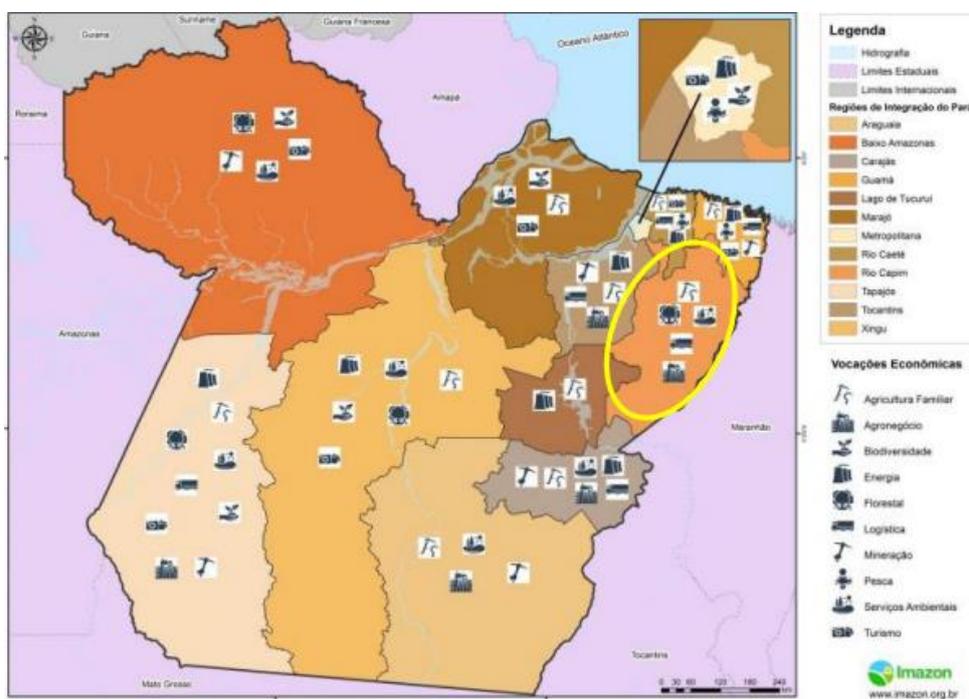
Fonte: Aliceweb/MDIC, 2015.

Elaboração: FAPESPA, 2015.

A cidade vem recebendo uma significativa quantidade de migrantes de outras regiões brasileiras impulsionados pela presença, na cidade, da mineradora VALE, que está trabalhando na extração de bauxita e vendeu seus royalties para a Hydro. A notícia sobre a presença dessa empresa na cidade atraiu milhares de pessoas que buscavam oportunidades de emprego. Além da VALE, várias outras empresas de grande porte começaram a se instalar no município.

Considerando que Vocação Econômica é um importante conceito com a questão de se promover o desenvolvimento econômico, ou seja, produzir riquezas, aumentar a abastança e o bem estar local, combater a miséria e as mazelas sociais. Conforme o quadro abaixo, todas as doze (12) Regiões de Integrações (RI) do Pará têm potencial para algumas das nove vocações econômicas alavancadas.

FIGURA 12 – Mapa do Estado do Pará – Vocações Econômicas.



Fonte: FAPESPA/IMAZON.

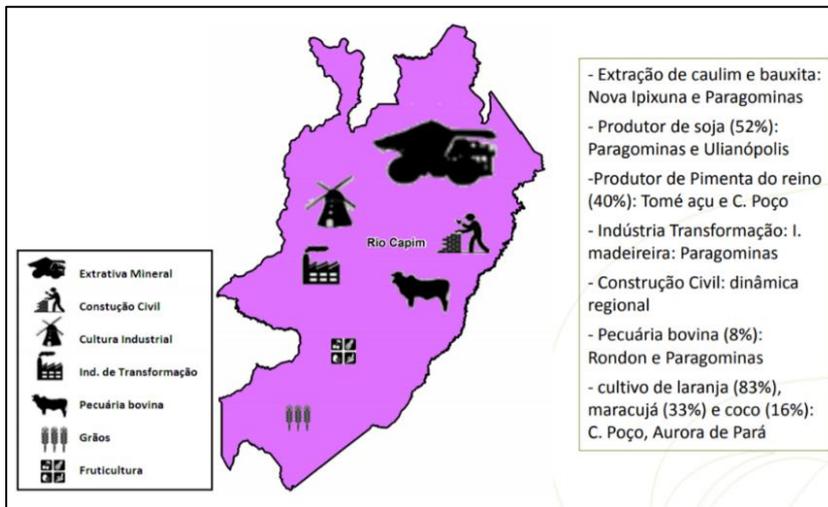
Elaboração: FAPESPA, 2018.

Todas as 12 RIs do Pará têm potencial para algumas das nove vocações econômicas alavancadas, com destaque para as RIs do Tapajós, Baixo Amazonas, Tocantins, Carajás, **Rio Capim** e Rio Caeté.

Paragominas encontra-se na mesorregião do Sudeste paraense, o qual apresenta as principais vocações como sendo: indústria de transformação, construção civil, pecuária e pesca, conforme mais detalhado na imagem 02 a seguir.

Contudo o que se observa com relação a Paragominas é que o município se encontra na Região do Rio Capim, o qual apresenta as principais vocações como sendo: indústria de transformação, construção civil, pecuária e pesca, conforme mais detalhado na imagem 02 a seguir. Porém, em visitas locais nas áreas rurais, o que se verifica é um crescimento enorme na produção de grãos, conforme a ilustração abaixo que mostra que 52% da produção de soja está em Paragominas e Ulianópolis.

FIGURA 13 – Principais Segmentos Produtivos.



Fonte: IBGE/ FAPESPA.

Elaboração: FAPESPA, 2018.

O Município de Paragominas conta com um expressivo número de indústrias, entre as quais, de madeiras, fábricas de compensados, fábricas de laminados, beneficiamento de carvão vegetal, marcenarias, carpintarias, beneficiamento de arroz, indústrias de móveis e de artesanatos.

Dentro do atual consumo anual de alumínio, as jazidas já localizadas poderiam abastecer o mercado mundial por mais de cem anos, conforme informações de técnicos especializados.

Paragominas concentra a maioria das atividades econômicas desenvolvidas na região amazônica, a saber: criação de gado bovino, exploração de madeira, manejo florestal, reflorestamento e cultivo de soja (e outros grãos).

O potencial para produção mineral em Paragominas é expressivo, pois o município possui uma reserva de bauxita estimada em dois bilhões de toneladas. Essa reserva começou a ser explorada em 2007 e, em 2008, respondia por 10% da produção anual de bauxita do Pará.

Paragominas foi o maior produtor de bovinos do Estado do Pará de 1983 a 1992 e de madeira em tora de floresta nativa nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com estudo do IMAZON, em 1990, Paragominas era o maior polo de produção de madeira do Brasil.

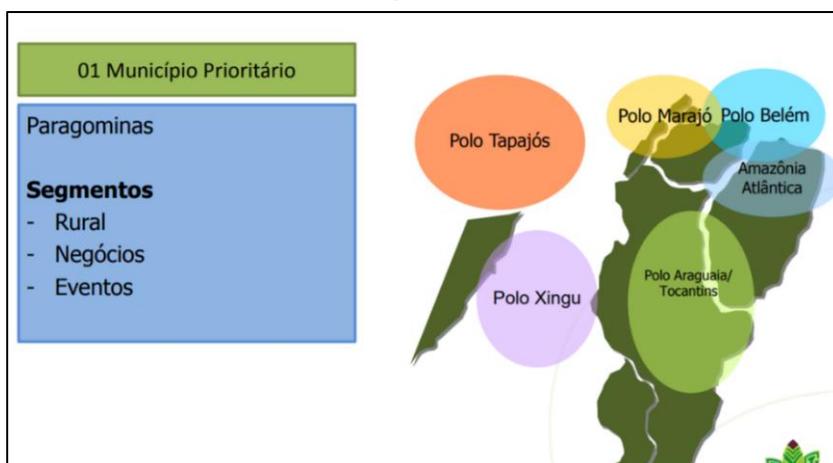
Nas margens do Rio Capim encontra-se: caulim e argila branca, sendo estas bastante utilizadas na fabricação de louças, porcelanas, cerâmica, plásticos,

borrachas, tintas, na construção civil, indústria farmacêutica e principalmente na fabricação do papel.

Possuindo um artesanato diversificado, Paragominas produz uma variedade de produtos confeccionados por artesãos locais que fazem objetos, a partir da madeira, esculturas e entalhamentos em madeira, miniaturas de objetos em madeira, artes em vidro, bijouterias, bonecas de lã, crochê e porcelana, bordados, cerâmica, cestarias em vime, confecção em cuias, desenhos em cartolinas e em papel vegetal, flores em cetim, frutas em parafina, maquetes, painéis decorativos, pinturas em tecidos, quadros, vidros e tapeçaria.

Vale ressaltar que o Turismo de negócios está crescendo a cada dia na região, no qual a secretaria municipal de desenvolvimento (SEDES) de Paragominas destaca que hotéis estão sendo construídos com esse objetivo de atender essa demanda.

FIGURA 14 - Turismo – segmentos potenciais.



Fonte: FAPESPA, 2018.

No que se refere à questão demográfica, o que se observa é que o município de Paragominas apresentou no ano de 2010, conforme informações que constam no site do IBGE, noventa e sete mil e oitocentos e dezenove (97.819) habitantes, enquanto para 2019 estima-se que a população tenha tido um crescimento populacional para cento e treze mil e cento e quarenta e cinco (113.145) habitantes. A tabela a seguir informa oficialmente a questão demográfica na Região de Integração do Rio Capim.

TABELA 04 – Demografia – Região de Integração do Rio Capim.

Item Geográfico	População 2014	Taxa de Crescimento (%) 2010/2014	Até 18 anos (%) (2010)	De 19 a 59 anos (%) (2010)	Acima de 60 anos (%) (2010)
Brasil	202.799.518	6,31	31,27	57,93	10,79
Pará	8.104.880	6,91	39,51	53,43	7,06
Rio Capim	(8%) 648.913	6,87	42,54	51,42	6,04
Abel Figueiredo	7.070	4,28	39,51	52,63	7,86
Aurora do Pará	28.974	9,15	43,29	49,85	6,86
Bujaru	27.349	6,44	45,98	46,86	7,16
Capitão Poço	52.616	1,39	42,53	50,08	7,39
Concórdia do Pará	30.801	9,16	44,38	48,66	6,96
Dom Eliseu	55.513	8,17	41,21	53,77	5,02
Garrafão do Norte	25.307	1,09	46,47	46,68	6,85
Ipixuna do Pará	56.613	10,34	43,20	52,24	4,56
Irituia	31.644	0,89	42,93	47,98	9,09
Mãe do Rio	28.800	3,21	40,88	51,19	7,92
Nova Esperança do Piriá	20.596	2,17	47,66	47,58	4,76
Ourém	16.986	4,14	42,11	49,14	8,75
Paragominas	(16%) 105.417	7,77	41,55	54,18	4,27
Rondon do Pará	45.478	5,35	38,87	55,13	6,88
Tomé-Açu	59.795	5,80	44,04	49,46	6,49
Ulianópolis	51.956	19,88	41,46	54,86	3,68

Fonte: IBGE/ ESTIMATIVA POPULACIONAL / CENSO DEMOGRAFICO 2010.

Elaboração: FAPESPA.

No que se refere às taxas de crescimento anual, a taxa de 5,89 no período de 2010 a 2014 tem uma representação importante a ser considerada, visto que, este crescimento representa a necessidade também de demanda por habitação, infraestrutura e equipamentos urbanos, bem como, serviços e outras importantes questões que acabaram por refletir na necessidade de emprego - tabela 04 e 05.

TABELA 05 – Emprego – Região de integração do Rio Capim.

Item Geográfico	Pessoas Ocupadas	Taxa de Desocupação (%)	Ocupações Formais (%)
Brasil	86.353.839	7,65	50,67
Pará	2.901.864	9,15	31,68
Rio Capim	(8%) 220.348	8,59	25,73
Abel Figueiredo	2.463	11,31	22,57
Aurora do Pará	7.104	8,13	14,06
Bujaru	9.435	3,21	9,19
Capitão Poço	(10%) 21.174	5,62	9,06
Concórdia do Pará	10.653	5,04	21,51
Dom Eliseu	19.584	13,34	35,95
Garrafão do Norte	10.480	2,82	7,25
Ipixuna do Pará	13.261	11,39	21,91
Irituia	13.432	3,82	11,54
Mãe do Rio	10.116	7,08	19,93
Nova Esperança do Piriá	6.861	1,61	5,28
Ourém	5.355	6,38	9,13
Paragominas	(17%) 38.063	10,26	45,49
Rondon do Pará	17.322	11,99	26,79
Tomé-Açu	(10%) 21.909	7,63	26,50
Ulianópolis	13.136	14,89	54,65

Fonte: IBGE/ CENSO DEMOGRAFICO 2010 / FAPESPA

Elaboração: FAPESPA.

TABELA 06 – Vínculos Empregatícios por setor de atividade 2013.

Item Geográfico	Total	Extrativa Mineral	Indústria De Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comercio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca
Brasil	48.9418.433	261.383	8.292.739	444.674	2.892.557	9.511.094	16.726.013	9.340.409	1.479.564
Pará	1.125.536	19.236	89.095	8.149	104.213	212.730	266.665	373.570	51.878
Rio Capim	(5%) 57.452	1.783	8.758	501	1.636	9.460	5.504	22.069	7.741
Abel Figueiredo	727	4	173	0	113	43	10	341	43
Aurora do Pará	1.874	0	105	0	0	52	121	1.448	148
Bujaru	1.797	0	121	0	1	131	42	1.478	24
Capitão Poço	2.986	35	5	12	173	485	191	1.870	215
Concórdia do Pará	2.151	0	108	4	0	238	74	1.115	612
Dom Eliseu	5.374	0	674	57	36	1.289	767	1.826	725
Garrafão do Norte	2.274	0	82	0	0	64	16	2.096	16
Ipixuna do Pará	2.963	170	151	0	206	184	218	1.670	364
Irituia	1.430	0	141	0	2	105	37	1.030	115
Mãe do Rio	1.428	0	202	5	25	667	140	20	369
Nova Esperança do Piriá	837	0	20	1	0	63	10	723	20
Ourém	850	80	4	9	5	80	56	561	55
Paragominas	(31%) 17.595	1.477	2.607	283	958	3.819	2.805	3.290	2.356
Rondon do Pará	4.472	3	1.080	5	60	929	365	1.199	831
Tomé-Açu	(11%)6.507	14	1.148	125	51	883	536	2.438	1.312
Ulianópolis	4.187	0	2.137	0	6	428	116	964	536

Fonte: MTL /RAIS.

Elaboração: FAPESPA.

ÍNDICE DE GINI

O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda e se torna um indicador importante para uma sociedade que pretende ser equitativa. O cálculo leva em consideração variáveis econômicas para verificar o grau de distribuição da renda, em escala de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a sociedade. Quanto mais se aproximar de um, maior é a desigualdade; deve-se ressaltar que índice em torno de 0,5 já se torna representativo de fortes desigualdades.

O Índice de Gini brasileiro, em 1991, era 0,64 e do estado do Pará era 0,62. Em 2000, os índices de Gini brasileiro e paraense aumentaram e apresentaram o mesmo valor (0,65). Quando observado o ano de 2010, percebe-se uma redução no índice, chegando a 0,63 a nível estadual e 0,61 para o nacional.

Em 1991, todos os municípios da Região de Integração do Rio Capim apresentaram índice abaixo da média estadual e nacional. Estes valores abaixo da média também foram registrados no ano de 2000, contudo Ulianópolis (0,75), Nova

Esperança do Piriá (0,66), Dom Eliseu (0,66) e Capitão Poço (0,66) estiveram acima da média estadual e nacional. No ano de 2010, observou uma redução do índice nos municípios de Ulianópolis, Nova Esperança do Piriá, Dom Eliseu e Capitão poço. Quando comparados com o ano de 2000, no entanto, os dois primeiros possuem os maiores índices da região e permanecem superiores ao índice estadual e nacional. Ainda em 2010, Concórdia do Pará e Bujaru apresentaram os menores índices da região 0,51 e 0,54 respectivamente.

No Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Paragominas aparece com Índice de 0,60.

QUADRO 01 – ÍNDICE DE GINI - Renda, Pobreza e Extrema pobreza (1991—2000 -2010)

ÍNDICE DE GINI			
Paragominas	1991	2000	2010
	0,54	0,61	0,60

Fonte: FAPESPA, 2018.

ELABORAÇÃO: ATLAS.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL

Expressa a distribuição do rendimento médio mensal per capita, ou seja, a soma do rendimento mensal referente ao trabalho formal de cada domicílio. A partir desse indicador, é possível conhecer e avaliar a distribuição de renda da população nos municípios. Sua importância atribui-se por ser um dos indicativos das condições de vida da população.

Em 2000, a renda per capita média do Brasil era de R\$585,94 e a do Estado do Pará R\$331,96. No ano de 2010, a renda brasileira aumentou para R\$767,02 e a estadual para R\$429,02. Na Região de Integração do Rio Capim, em 2000, somente o município de Ulianópolis possuía renda acima da média estadual, contudo abaixo do valor e nacional.

Em 2010, Ulianópolis e Paragominas apresentaram os maiores valores de renda R\$543,09 e R\$491,75, respectivamente, estando acima de média estadual e abaixo da registrada nacionalmente.

QUADRO 02 - Renda Per Capita Média.

Rendimento mensal (Domiciliar)		
Municípios	2000	2009
Abel Figueiredo	R\$ 319,57	R\$ 380,89
Aurora do Pará	R\$ 170,42	R\$ 169,63
Bujaru	R\$ 140,06	R\$ 167,93
Capitão Poço	R\$ 182,48	R\$ 248,28
Concórdia do Pará	R\$ 154,88	R\$ 257,44
Dom Eliseu	R\$ 286,71	R\$ 342,60
Garrafão do Norte	R\$ 141,46	R\$ 229,91
Ipixuna do Pará	R\$ 144,20	R\$ 174,93
Irituia	R\$ 227,80	R\$ 222,92
Mãe do Rio	R\$ 238,78	R\$ 363,91
Nova Esperança do Piriá	R\$ 169,56	R\$ 157,72
Ourem	R\$ 175,90	R\$ 278,52
Paragominas	R\$ 327,31	R\$ 491,75
Rondon do Pará	R\$ 311,31	R\$ 318,83
Tomé-Açu	R\$ 279,08	R\$ 322,15
Ulianópolis	R\$ 508,16	R\$ 543,09
Pará	R\$ 331,96	R\$ 429,02
Brasil	R\$ 585,94	R\$ 767,02

Fonte: FAPESPA.

3.2 ASPECTOS GERAIS E LOCALIZAÇÃO

O município de Paragominas pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião de Paragominas, possuindo uma área de 19.330 quilômetros quadrados, 1,5% da superfície do Pará, formada por extensas florestas e belezas naturais, reflorestamentos, campos e plantios agrícolas.

Paragominas ocupa uma posição geográfica estratégica que confere vantagens inquestionáveis aos investidores devido a facilidade de escoamento da produção através da rodovia Belém-Brasília podendo alcançar o posto de Itaqui no Maranhão pela ferrovia de Carajás ou através da Hidrovia do Capim, o porto de Vila do Conde no Pará, porto brasileiro mais próximo em milhas náuticas dos mercados consumidores da Europa, Estados Unidos e Caribe.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 03° 00"00"S e 47° 21"30"WGr.

LIMITES:

Ao Norte – Municípios de Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá

A Leste – Estado do Maranhão

Ao Sul – Municípios de Dom Eliseu, Ulianópolis e Goianésia do Pará

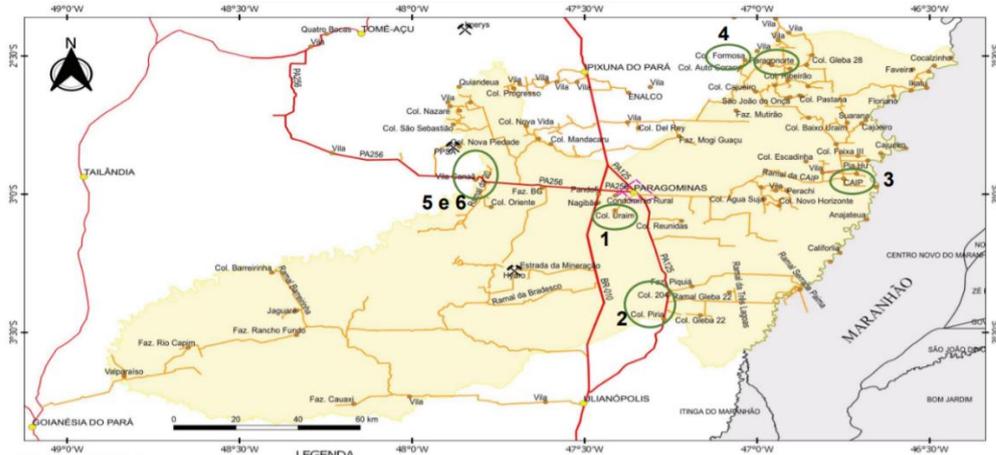
A Oeste – Municípios de Ipixuna do Pará.

FIGURA 15 – Localização do Município de Paragominas na Mesorregião do Sudeste Paraense.



Fonte: SEMINFRA – Município de Paragominas, 2018.

FIGURA 16 – Limite Municipal Localização de vilas/colônias.



Fonte: SEMINFRA – Paragominas, 2018.

Em termos históricos, segundo o inventário da SETUR (2018) a ocupação da área que mais tarde daria origem ao município de Paragominas está relacionada ao povoamento do estado do Pará, na década de 50, a partir da abertura de Rodovias e Projetos de Colonização foi efetivada com a presença de camponeses, que foram os pioneiros na região, antes da construção da rodovia Belém-Brasília, seguidos pelas que antes mesmo da chegada dos camponeses, com autorização do Governo do Estado, especuladores de Goiás haviam penetrado na floresta, ao longo do rio Capim, com o objetivo de efetuar levantamentos e titular terras para compradores de Uberaba e Itumbiara, em Minas Gerais.

Posteriormente, a proximidade da rodovia BR-010 (Belém-Brasília), provocou uma grande procura pelas terras entre proprietários de Minas Gerais e Espírito Santo, além de companhias de especulação de terras de São Paulo, ao mesmo tempo em que camponeses penetravam na região, com o objetivo de enfrentar a competição com os “grileiros”, que emitiam títulos falsos e os asseguravam, através do uso da força.

Houve uma rápida concentração de propriedades, nesse clima de violência, e as tentativas de colonização fracassaram. Porém, muitos colonizadores, na sua maioria imigrantes, se fixaram na área, de onde nasceu um povoado, que foi se estruturando. Posteriormente, devido a sua progressiva expansão, os moradores pleitearam a emancipação político-administrativa daquele povoado.

O município obteve autonomia em 1965, durante o Governo de Jarbas Gonçalves Passarinho, com a lei nº 3.235, de 4 de janeiro, formado com área desmembrada de parte do município de São Domingos do Capim e parte do distrito de Camiranga, que pertencia ao município de Viseu.

Paragominas, em 10 de maio de 1988, através da lei nº 5.450, no Governo Hélio Mota Gueiros, teve sua área desmembrada para criação do município de Dom Eliseu, antigo povoado chamado Felinto Muller, que foi elevado à condição de distrito, passando a se chamar Dom Eliseu.

O primeiro prefeito de Paragominas, Amílcar Batista Tocantins, foi nomeado pelo governo federal. Sua denominação constitui a abreviação do nome de três Estados: Pará, Goiás e Minas Gerais. No ano de 1991, o município de Paragominas

teve seu território desmembrado, para a criação do município de Ulianópolis, através da lei nº 5.697, sancionada pelo então Governador, Jader Barbalho.

Acesso ao Município

a) Rodoviário

O sistema viário de Paragominas é composto por uma rodovia federal (BR-010), que corta o município no sentido Norte-Sul e é interligada a BR-316, e por duas rodovias estaduais, PA-125 e PA-256. Essas rodovias permitem tanto acesso ao município quanto ao escoamento da produção, isto faz com que seja um dos principais entrepostos paraenses na rota de caminhoneiros oriundos de várias regiões do Brasil.

b) Aeroporto

A cidade possui um aeroporto que dispõe de uma infraestrutura para embarque e desembarque de passageiros, composta por 01 aeródromo com uma pista de 1.600 metros de comprimento por 35 metros de largura que está sendo equipada para operações diurnas e noturnas. A pista suporta aeronaves de pequeno a grande porte, tais como monomotores, bimotores e boings e sua administração é executada pela Gestão Municipal.

QUADRO 03 – Síntese da caracterização do território.

Área (2018) 8.510.820,623 km ²	IDHM 2010 0,645	Faixa do IDHM Médio (entre 0,600 e 0,699)	População (Censo 2019) 210.147.125 pessoas
Densidade demográfica (2010) 5,05 hab/km ²	Ano de instalação 1965	Microrregião Paragominas	Mesorregião Sudeste paraense

Fonte: IBGE, 2019.

3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

É uma medida, geralmente estatística, usada para traduzir quantitativamente um conceito social abstrato e informar algo sobre determinado aspecto da realidade social, para fins de pesquisa ou visando a formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas.

Para que sejam tomadas medidas capazes de alavancar o nível de desenvolvimento dos diferentes territórios do mundo, é necessária a obtenção de dados, estatísticas e informações que permitam identificar quais são os principais problemas que as populações e os lugares vivem. Por esse motivo, é de fundamental importância, além das análises de conjuntura, a geração de dados que possam atuar como indicadores socioeconômicos, aqueles que apontam as características básicas do desenvolvimento das sociedades.

Dentre os principais indicadores socioeconômicos, podemos destacar: o PIB, a renda *per capita*, o IDH, o Coeficiente de Gini, o nível de desemprego e a oferta de serviços públicos à população.

3.3.1 Dinâmica Populacional

Entende-se por dinâmica populacional o estudo da variação na quantidade dos indivíduos de determinada população. Já o conceito população pode ser definido como o conjunto de pessoas que residem em determinado território, que pode estar constituído em uma cidade, um estado, um país ou mesmo o planeta como um todo. Tal população pode ser classificada ainda segundo sua religião, nacionalidade, local de moradia (urbana e rural), atividade econômica (ativa ou inativa), e os seus respectivos comportamentos são objeto dos denominados "indicadores sociais", estatística destinada a traduzir em uma grandeza quantitativa um conceito social abstrato e informar algo sobre certo aspecto da realidade social, como por exemplo, taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, índices de analfabetismo, entre outras variáveis.

3.3.1.1 Demografia

Demografia é a área da ciência geográfica responsável pelo estudo da dinâmica populacional humana. O seu objetivo de estudo engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações em meio a sociedade.

Segundo o censo demográfico do IBGE em 2010, o município possuía uma população de 97.819 habitantes, divididos entre 49.267 homens (50,4%) e 48.552 mulheres (49,6%) distribuídos em uma área territorial de 19.342,254 km², o que resulta, na data do censo, em uma densidade demográfica de 5,06 habitantes/km². A estimativa da população residente no município em 2013 era de 103.775.

A população é predominantemente urbana representada por 76.511 habitantes (78,2% do total), tendo como rural a quantidade de 21.308 habitantes (21,8% do total). O município, também em 2010, possuía 24.495 domicílios, distribuídos em 19.817 urbanos e 5.128 rurais.

Entre 2000 e 2010, a população de Paragominas cresceu a uma taxa média anual de 2,50%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 76,18% para 78,22%. Em 2010 viviam, no município, 97.819 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 2,66%. Na UF, esta taxa foi de 2,52%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 60,36% para 76,18%.

QUADRO 04 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana – Paragominas – PA.

População Total, por Gênero, Rural/Urbana – Paragominas.				
População	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	76.450	100	97.819	100
População residente masculina	38.807	50,76	49.267	50,37
População residente feminina	37.643	49,24	48.552	49,63
População urbana	58.240	76,18	76.511	78,22
População rural	18.210	23,82	21.308	21,78

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

Em 2020, estimativa da população residente no município é de 114.503 habitantes.

3.3.1.2 Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 70,92% para 56,09% e a taxa de envelhecimento, de 1,81% para 2,69%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 82,80% e 1,27%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Razão de dependência é o Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

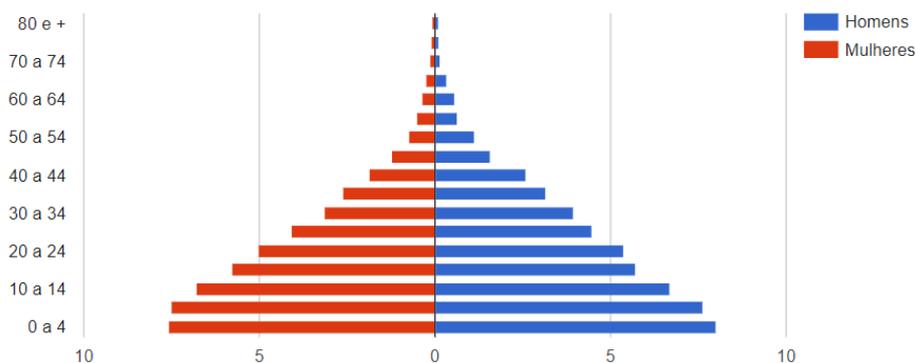
Taxa de envelhecimento é a Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

QUADRO 05 – Estrutura Etária da População – Paragominas – PA.

Estrutura Etária da População - Paragominas				
Estrutura Etária	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	30.334	39,68	32.525	33,25
15 a 64 anos	44.729	58,51	62.667	64,06
População de 65 anos ou mais	1.387	1,81	2.627	2,69
Razão de dependência	70,92	-	56,09	-
Taxa de envelhecimento	1,81	-	2,69	-

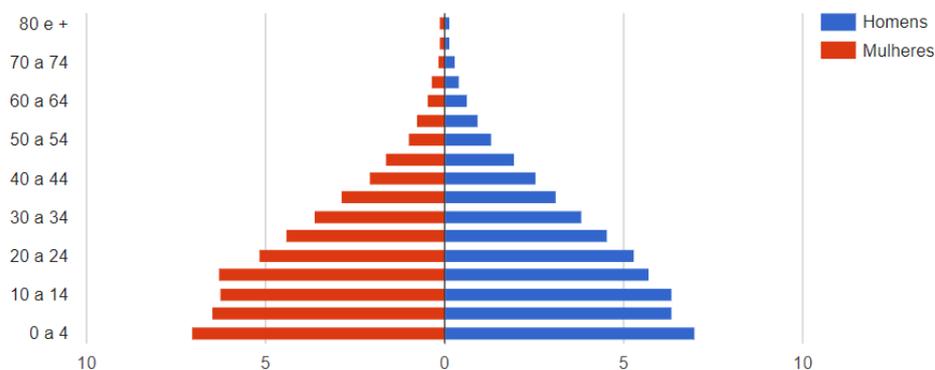
Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

GRÁFICO 02 – Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 1991.



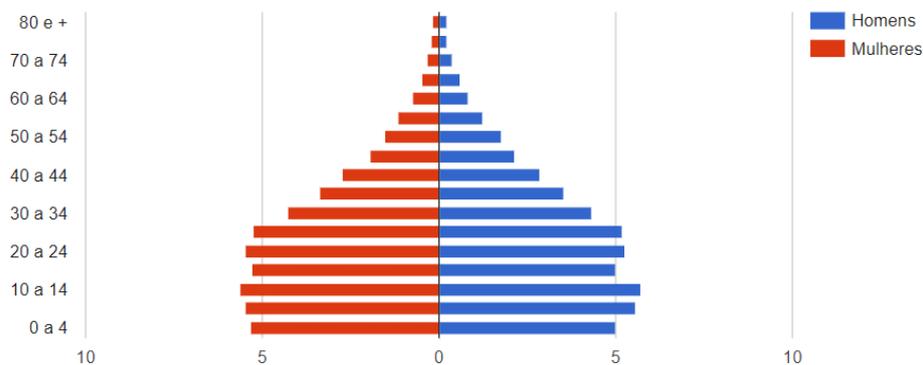
Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

GRÁFICO 03 – Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 2000.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

GRÁFICO 04 – Pirâmide Etária – Paragominas – PA. Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento humano, levando-se em consideração a saúde, educação e a renda, em contraponto ao Produto Interno Bruto–PIB, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013 aponta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Paragominas em 2010 como sendo 0,645, o que coloca o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699).

Ainda segundo o referido documento, entre os anos de 2000 e 2010 a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação, seguida pela Longevidade e Renda.

QUADRO 06 – Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes – Paragominas.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Paragominas		
IDHM e componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,254	0,514
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	21,61	42,82
% de 5 a 6 anos na escola	62,11	83,5
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	29,39	76,6
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	12,35	43,12
% de 18 a 20 anos com médio completo	6,16	22
IDHM Longevidade	0,684	0,781
Esperança de vida ao nascer	66,06	71,87
IDHM Renda	0,6	0,667
Renda per capita	334,78	507,16

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

3.3.2 Perfil Socioeconômico

O dinamismo econômico do município de Paragominas é promovido por diversas atividades, como: a pecuária bovina, o forte extrativismo madeireiro, a agricultura em seus segmentos comercial e familiar e mais recentemente o extrativismo mineral, com a exploração da bauxita.

Muitos economistas atribuem o sucesso do município na questão econômica ao desenvolvimento do agronegócio na região, beneficiada diretamente pelos empresários e pelo estabelecimento de instituições de apoio e incentivo ao desenvolvimento econômico em Paragominas. Sobretudo, o desenvolvimento obtido pela sociedade de Paragominas quando comparada a grande maioria das suas congêneres paraenses deve-se aos pontos: experiência profissional colocada no exercício das atividades econômicas; diversidade cultural da população; nível de investimento quer por políticas econômicas, quer por iniciativa dos agentes econômicos; habilidades em acumular capital; capacidade de inovação apresentada por parte da elite empresarial e política do município.

Desse modo, na trajetória da formação econômica, também ocorreu uma melhoria na qualidade de vida da população, embora ainda esteja aquém do que pode o seu crescimento econômico e a sua heterogeneidade social conseguir.

No que se refere às atividades econômicas, destacam-se:

- Setor Primário:

Dentre as atividades econômicas do setor primário, destacam-se a agricultura temporária (mandioca, olericultura), a agricultura permanente (fruticultura), o extrativismo vegetal (açai, bacuri e lenha), a pesca artesanal (peixe, siri e camarão) o extrativismo mineral e, com pouca expressão, à pecuária.

QUADRO 07 - Quantitativo dos Produtos Agrícolas Assistidos em Paragominas - 2018.

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO	ANO
Arroz	3.000	9.900 t	2018
Feijão	150	150 t	2018
Milho	9.000	49 t	2018
Soja	155.000	465.000t	2018
Mandioca	4.500	67.500	2018

Fonte: IBGE, 2018.

QUADRO 08 - Quantitativo dos Produtos do Extrativismo Vegetal - 2017.

PRODUTOS	QUANTIDADE (tonelada e/ou m ³)	VALOR R\$ 1.000,00
Lenha	6.500	156,00
Madeira em tora	177.000	32.745,00

Fonte: IBGE, 2018.

QUADRO 09 - Quantitativo dos Rebanhos Existentes no Município de Paragominas - 2018.

REBANHOS	EFETIVO
Bovino	276.131
Bubalino	658
Caprino	950
Codorna	1.700
Equino	8.730
Galináceo	205.528
Ovino	5.380
Suíno	17.253
Pirapatinga	373.160 (kg)
Pirarucu	75.265 (kg)
Tambacu, Tambatinga	344.500 (kg)
Tambaqui	3.261.713 (kg)
Mel de abelha	17.500 (kg)

Fonte: IBGE, 2018.

- Setor Secundário:

As atividades industriais estão voltadas ao beneficiamento de madeira, minerais não metálicos, à metalurgia, a produtos alimentícios e outros segmentos de atividade econômica no Município. Em 2010, existiam no município 2.811 estabelecimentos com vínculos empregatícios, fazendo do setor secundário a mais importante fonte de renda municipal.

TABELA 07 – Vínculos Empregatícios por setor de atividade 2013 - RI Capim.

Item Geográfico	Total	Extrativa Mineral	Indústria De Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comercio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca
Brasil	48.9418.433	261.383	8.292.739	444.674	2.892.557	9.511.094	16.726.013	9.340.409	1.479.564
Pará	1.125.536	19.236	89.095	8.149	104.213	212.730	266.665	373.570	51.878
Rio Capim	(5%) 57.452	1.783	8.758	501	1.636	9.460	5.504	22.069	7.741
Abel Figueiredo	727	4	173	0	113	43	10	341	43
Aurora do Pará	1.874	0	105	0	0	52	121	1.448	148
Bujaru	1.797	0	121	0	1	131	42	1.478	24
Capitão Poço	2.986	35	5	12	173	485	191	1.870	215
Concórdia do Pará	2.151	0	108	4	0	238	74	1.115	612
Dom Eliseu	5.374	0	674	57	36	1.289	767	1.826	725
Garrafão do Norte	2.274	0	82	0	0	64	16	2.096	16
Ipixuna do Pará	2.963	170	151	0	206	184	218	1.670	364
Irituia	1.430	0	141	0	2	105	37	1.030	115
Mãe do Rio	1.428	0	202	5	25	667	140	20	369
Nova Esperança do Piriá	837	0	20	1	0	63	10	723	20
Ourém	850	80	4	9	5	80	56	561	55
Paragominas	(31%) 17.595	1.477	2.607	283	958	3.819	2.805	3.290	2.356
Rondon do Pará	4.472	3	1.080	5	60	929	363	1.199	831
Tomé-Açu	(11%)6.507	14	1.148	125	51	883	536	2.438	1.312
Ulianópolis	4.187	0	2.137	0	6	428	116	964	536

Fonte: MTL/RAIS.

Elaboração: FAPESPA.

- Setor Terciário:

O comércio de mercadorias e a prestação de serviços são atividades econômicas que mais crescem, impulsionadas pelo aumento expressivo de sua população nas últimas décadas. O município dispõe de universidades privadas, empresas de informática, lojas diversas, rede bancária, supermercados, farmácias, atacadistas, salão de beleza, entre outros.

3.3.2.1 Finanças Públicas

Para compreender a questão financeira faz-se necessário a conceituação básica de alguns termos importantes, conforme CNM (2013).

Denomina-se **Receita Pública** o conjunto de recursos financeiros que entram para os cofres estatais, provindo de quaisquer fontes, a fim de ocorrer às despesas orçamentárias e adicionais do orçamento. Na **Receita Municipal** incluem-se recursos financeiros oriundos dos tributos municipais e preços pela utilização de bens ou serviços, e demais ingressos que o município recebe em caráter permanente, como a sua participação nas transferências constitucionais estaduais e federais (ICMS, FPM), ou eventuais, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas.

Os tributos são imposições legais e compulsórias da Administração sobre os administrados para auferir recursos financeiros. Compõem-se de impostos, taxas e contribuições.

Impostos (art. 145, I, da CF) são tributos cobrados em função de determinados fatos econômicos da vida como, por exemplo, a circulação e o consumo de bens (ICMS e ISSQN); já as taxas (art. 145, II, da CF e art. 77 do CTN) exigem a prestação de um serviço específico e divisível ou de exercício do poder de polícia administrativa, como as de localização e funcionamento e recolhimento de lixo.

Atualmente, os impostos são em número de treze no país, sendo sete destes federais, três estaduais e três municipais.

São duas as contribuições que podem ser cobradas pelos municípios. A primeira é a de melhoria (art. 145, III, da CF; art. 81 do CTN e Decreto-Lei no 195/1967), que somente pode ser cobrada em decorrência da realização de uma obra pública que traga valorização ao imóvel do contribuinte, até o limite dessa valorização e do total empreendido pelo Poder Público para a concretização da obra. Portanto, a arrecadação total da contribuição não pode superar o custo total da obra. A segunda, mais recente, é a de Iluminação Pública (art. 149-A da CF), destinada a custear esse serviço, podendo ela ser cobrada juntamente com a fatura de energia.

Preços são pagamentos que os particulares fazem ao Poder Público de forma

facultativa e espontânea ao adquirirem bens, auferirem vantagens ou se utilizarem de serviços públicos ou de utilidade pública. Os preços, como remuneração de utilidade ou de serviços públicos oferecidos aos usuários pelo Poder Público ou por seus delegados, classificam-se em preços públicos e preços semiprivados ou quase privados. Os preços públicos são as tarifas e pedágios estabelecidos pela administração, e os preços semiprivados são aqueles que se apuram sem prévia fixação estatal, em livre concorrência entre os interessados na aquisição dos bens públicos ou na fruição de certas utilidades administrativas, não tabeladas pelo Poder Público, que, assim, se sujeitam à lei da oferta e da procura.

Quanto à classificação no orçamento público, tem-se:

Receitas correntes: São as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros de Direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Lei no 4.320, art. 11, § 1o).

Receita tributária: é aquela oriunda dos impostos, taxas e contribuições de sua competência. No caso dos municípios, por exemplo:

- ✓ Impostos: IPTU, ISS e ITBI;
- ✓ Taxas: Concessão de Alvarás, Coleta de Lixo, Iluminação Pública, etc.
- ✓ Contribuição de Melhoria: decorrente de obras públicas.

Receitas de contribuições: é a resultante de contribuições sociais e contribuições econômicas de sua competência.

Receita patrimonial: refere-se ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens mobiliários ou imobiliários, seja advinda de participação societária, seja oriunda de superávits apurados nas operações de alienações de bens patrimoniais.

Receita agropecuária: é a resultante de atividades de exploração agropecuárias, envolvendo a produção vegetal, animal e seus derivados, bem como atividades de beneficiamento ou transformação desses produtos em instalações existentes nos próprios estabelecimentos.

Receita industrial: é a proveniente de atividades industriais definidas como tais

pela Fundação IBGE e exploradas diretamente pelo município ou outra entidade governamental.

Receita de serviços: é a derivada de prestação de serviços de comércio, transportes, comunicações, serviços hospitalares, etc.

Transferências correntes: são as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando destinadas a atender às despesas de manutenção e funcionamento conforme condições estabelecidas pela entidade repassadora ou pela própria administração da entidade, de acordo com as suas necessidades. Estas receitas destinam-se ao pagamento de despesas classificadas como correntes.

Outras receitas correntes: são as provenientes de multas, juros de mora, indenizações e restituições, receita da cobrança da dívida ativa e outras.

Receitas de capital: São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis como Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente. (Lei no 4.320, art. 11, § 2o).

Operações de crédito: são as provenientes de constituição de dívida; todo empréstimo vinculado a obras e serviços públicos é uma receita de capital.

Alienação de bens: são as receitas provenientes da conversão em espécie de bens e direitos (no caso de imóveis, é necessária autorização legislativa).

Amortização de empréstimos: receitas de capital por meio das quais se recebem valores entregues anteriormente por empréstimos a outras entidades de direito público.

Transferências de capital: recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificadas como despesas de capital.

Outras receitas de capital: destina-se a arrecadar outras receitas que constituirão uma classificação genérica não enquadrável nas fontes anteriores.

Receitas em espécie

Receitas próprias (receita tributária)

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de competência municipal (CF, art.

156, I) que possui como fato gerador a propriedade predial e territorial urbana, bem como o seu domínio útil e a posse, o que o caracteriza como tributo sobre o patrimônio, conforme a classificação adotada pela Emenda Constitucional no 18/1965, regulamentada pelo Código Tributário Nacional, Lei no 5.172/1966. É essencial que a atividade fiscal do município não ultrapasse a sua zona urbana, que deve ser definida em lei municipal, abrangendo as áreas urbanizadas, as urbanizáveis e as de expansão urbana (CTN, art. 32, § 1o e 2o). A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, nos termos do art. 33 do CTN. Decorre daí a importância de o município possuir um cadastro de imóveis sempre atualizado. O contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel sujeito a tributação (CTN, art. 34). A grande novidade em relação a esse imposto é que a Emenda Constitucional no 29, em seu artigo 3o, insere os incisos I e II no § 1 do artigo 156 da Constituição Federal, permitindo que o imposto possa ser progressivo em função do valor do imóvel e ter alíquotas diferenciadas em função da localização do imóvel e da sua utilização. Complementarmente, a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 7o, regulamenta a progressividade no tempo das alíquotas de IPTU para terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados. Essas alterações, se implementadas no município, podem acarretar um aumento significativo na arrecadação do imposto.

Imposto Sobre Serviços (ISS) de competência municipal (CF, art. 156, IV) que possui como fato gerador a prestação de serviços por empresa ou profissional autônomo. Atualmente esse é o principal imposto municipal, pois, na soma da arrecadação de todos os municípios, esse é o imposto que totaliza o maior valor. A lista de serviços tributáveis pelo ISS está elencada na Lei Complementar no 116/2003. A base de cálculo do imposto é o valor do preço do serviço, nos termos do artigo 7o da Lei Complementar no 116/2003. Como o fato gerador do imposto é a prestação do serviço e a base de cálculo é o preço dele, fica afastada a possibilidade de lançamento sobre a atividade em potencial, ou seja, é requisito essencial a efetividade da prestação do serviço. O contribuinte é o prestador de serviço, que só pode ser empresa ou profissional autônomo. A novidade em relação a esse imposto é justamente a Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003, que definiu as novas regras gerais para a tributação do Imposto Sobre Serviços de

Qualquer Natureza (ISSQN), pelos municípios da federação, bem como ampliou a lista de serviços, de 101 para cerca de 200. Essa Lei era esperada desde a promulgação da Constituição em 1988, pois ainda era utilizado o Decreto-Lei no 406, de 1967, como ordenamento jurídico para a cobrança do ISSQN, defasado em relação ao desenvolvimento tecnológico e à natural evolução desse setor econômico com o surgimento de novos serviços que ficavam à margem da tributação por falta de previsão legal. Segundo dados consolidados até 2006, a nova legislação provocou um aumento substancial da arrecadação própria dos municípios, tendo esse imposto dobrado a sua arrecadação, em termos nominais, nos três primeiros anos de vigência da lei.

Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) de competência municipal (CF, art. 156, II) que possui como fato gerador a transferência, “inter vivos”, da propriedade imóvel, por ato oneroso, seja imóvel por natureza ou por acessão física, bem como dos direitos reais, exceto os de garantia (penhor, anticrese, hipoteca), abrangendo a cessão de direitos reais. A base de cálculo do imposto deve ser definida em legislação municipal. O contribuinte também será definido em lei municipal e poderá ser tanto o adquirente como o transmitente. Estão excluídas da incidência desse imposto “a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital” e a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil (art. 156, § 2º, I).

As taxas não estão discriminadas constitucionalmente, podendo, assim, o município criar as que forem necessárias ao policiamento administrativo originário de sua competência ou à manutenção dos serviços específicos e divisíveis prestados aos munícipes ou postos à sua disposição (CF, art. 145, II).

A taxa, ao contrário do imposto, tem como fato gerador uma atividade específica em relação contribuinte (CTN, arts. 16 e 77). Por exemplo, a taxa de limpeza urbana, que tem como fato gerador o serviço de limpeza executado pela prefeitura, de forma direta ou terceirizada. A base de cálculo da taxa deve relacionar-se exclusivamente com o seu fato gerador, que é, em última análise, a utilização do

serviço público. A Constituição determina que a base de cálculo da taxa não pode ser a mesma de imposto (CF, art. 145, § 2o). Assim, não pode ser cobrada a taxa de limpeza urbana com a mesma base de cálculo do IPTU. Essa vedação se repete no Código Tributário Nacional, em seu artigo 77, parágrafo único, com a redação dada pelo Ato Complementar no 34/1967.

Resumindo, a base de cálculo da taxa deverá ser sempre o valor do serviço, real, presumido, estimado ou arbitrado, não sendo admissível, para fixação do montante do tributo devido, levar em consideração elementos estranhos ao dimensionamento ou quantificação da utilização desse mesmo serviço. Muito se discutiu o conceito de taxas, pois, principalmente nas regiões sul e sudeste, o Ministério Público inviabilizou a cobrança das taxas de iluminação pública e de limpeza urbana, alegando que são inconstitucionais, pois esses serviços não são divisíveis, ou seja, não há como se mensurar quem consome mais iluminação pública ou quem produz mais lixo.

No caso da iluminação pública, a questão foi solucionada com a aprovação, em dezembro de 2002, da Proposta de Emenda Constitucional no 39/2002, que criou um novo tributo municipal, a Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (CIP). Como as contribuições são uma espécie de tributo que devem ser específicas, mas que não possuem a limitação de terem de ser divisíveis e não possuem a mesma base de cálculo de impostos, solucionou-se a questão. Também será abordado a CIP mais adiante no capítulo dedicado às novidades.

A contribuição de melhoria é um tributo de natureza recuperatória das despesas públicas com obras que aumentem o valor dos imóveis por elas beneficiados. A existência de obra pública que beneficie imóveis, urbanos ou rurais, é o primeiro requisito para que a administração municipal possa instituir a contribuição de melhoria, ou seja, é essencial que a obra já tenha sido realizada para a instituição do tributo. Nos casos de obras que sejam financiadas em parte pela União, pelo estado ou pela iniciativa privada, o município pode instituir a contribuição para reaver a sua parte na despesa.

A valorização imobiliária é, também, fator imprescindível, para a exigibilidade da contribuição, sendo ela o principal empecilho, muitas vezes, para a cobrança do tributo. O Código Tributário Nacional, por um lado, limita o valor total da cobrança do

tributo ao custo da obra para o município. Por outro, determina que o valor individual que pode ser cobrado de cada contribuinte fica condicionado ao nível de valorização de seu imóvel. Não raras vezes o Ministério Público tem questionado, por meio de ações judiciais, a cobrança da contribuição nos municípios. A principal alegação é a falta de clareza quanto aos critérios adotados pelas leis municipais sobre a valorização do bem ligado à obra pública. As entidades municipalistas tentam, pela Reforma Tributária, corrigir esse problema, tornando desnecessária a valorização do imóvel como critério para cobrança da contribuição de melhoria. Essa alteração é meramente formal, pois ninguém melhor do que a administração municipal para saber a capacidade de pagamento de tributos do seu cidadão. Tanto que, via de regra, a contribuição de melhoria tem buscado o ressarcimento de pequena parcela do custo das prefeituras com obra pública e não sua integralidade.

Transferências estaduais:

IPVA - Imposto de competência estadual que tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores (CF, art. 158, III). O Estado tributa os proprietários de veículos de seu território e repassa 50% do produto da arrecadação aos municípios onde os veículos estão emplacados. O proprietário paga o imposto uma vez por ano, e o repasse ao município deve ocorrer automaticamente (LC no 63, art. 2o).

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é um imposto de competência do estados e do Distrito Federal, cabendo a cada um instituí-lo como determina a Constituição Federal de 1988 (art. 155, II). Tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Na maior parte dos estados, o ICMS corresponde a uma alíquota média de 18% sobre o preço desses produtos. Entretanto, para certos alimentos básicos, o ICMS tem alíquota de 7%; e, ainda, para produtos considerados supérfluos, como cigarros, cosméticos e perfumes, tem alíquota de 25%.

O ICMS é um imposto não cumulativo, compensando-se o valor devido em cada operação ou prestação com o montante cobrado anteriormente. Em cada etapa da circulação de mercadorias e em toda prestação de serviço sujeita ao imposto

deve haver emissão da nota fiscal ou cupom fiscal. Do produto da arrecadação do Estado, 25% são transferidos para os municípios (CF, art. 158, IV) de acordo com a legislação estadual, ou seja, cada estado determina quais serão os critérios de rateio do ICMS, desde que preservado o peso mínimo de 75% para o valor adicionado do município. Os outros 25% obedecem à lei estadual e, entre esses critérios, estabelecem grandes diferenças de um estado para outro. Vê-se entre esses critérios desde a área e a população do município até evasão escolar e mortalidade infantil. Na maioria dos estados, o índice é fixado anualmente.

A grande preocupação é que, apesar da diversidade dos critérios adotados, o peso de 75% para o valor adicionado faz com que grande parte do imposto se concentre em poucos municípios. Na maioria dos estados, 5% dos municípios concentram 50% do retorno do ICMS. As entidades municipalistas lutam pela redução do peso mínimo do valor adicionado nos critérios de distribuição do imposto, de forma a desconcentrá-lo.

O repasse do ICMS aos municípios está regulado na Lei Complementar no 63/1990, na qual destacam-se os seguintes parâmetros:

- Transferência automática e semanal.
- Repasse feito pelo sistema financeiro estadual, sem a necessidade dos recursos transitarem pelo Tesouro do Estado.
- Recursos arrecadados em uma semana deverão ser transferidos à conta de cada município até o segundo dia útil da semana seguinte.
- Possibilidade de fiscalização permanente pelo município ou por sua entidade de representação.

Transferências federais: ITR - Imposto Territorial Rural pertence à União, competindo a ela a sua instituição e arrecadação (CF art. 153, VI). A metade da arrecadação pertence ao município em que se situarem os imóveis rurais tributados (art. 158, II), e não é admitida qualquer retenção ou restrição quanto à entrega e ao emprego do produto desse imposto pelo município (art. 160, parágrafo único).

O prazo de entrega é decendial. A arrecadação realizada do dia 1º ao dia 10, deverá ser entregue ao município até o dia 20 do mesmo mês; a arrecadação de 10

a 20, até o dia 30; e do dia 20 a 30, até o dia 10 do mês seguinte.

O fato gerador do imposto é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, assim entendido e localizado fora da zona urbana. As alíquotas são fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e “não incidirão sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel” (CF, art. 153, § 4o).

A novidade em relação a esse tributo é que em 2003 foi promulgada a Emenda Constitucional no 42, que estabeleceu que 100% da arrecadação do imposto poderá ser destinada aos municípios, desde que assumam sua cobrança e fiscalização por intermédio da celebração de convênio com a Receita Federal (Lei no 11.250/2005). Em 2008, por meio do Decreto no 6.433, foi instituído o comitê gestor do ITR, com representação paritária da União e dos municípios para definir as regras desse convênio, sendo que o primeiro passo para os municípios é optarem pela cobrança, preenchendo o termo de opção aprovado pela Resolução no 003/2008 do CGITR, na Internet, no site www.receita.fazenda.gov.br. Para preencher o termo de opção, é necessário o município possuir certificação digital.

Imposto de Renda embora sendo um tributo de competência da União e independentemente da parcela que compõe o FPM, pertence ao município o Imposto de Renda que incidir sobre os rendimentos pagos a qualquer título pela administração direta, sendo obrigatória a sua retenção pela fonte pagadora e extensivo às suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo município (C.F. art. 153, § 2o, II).

FPM - Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional (CF, art. 159, I, b), composto de 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e o máximo de 4,0 para aqueles acima de 156 mil. Os critérios atualmente utilizados para o cálculo dos coeficientes de participação dos municípios estão baseados na Lei no 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei no 1.881/1981. Do total de recursos, 10% são destinados aos municípios das capitais, 86,4% para os demais municípios e 3,6%

para o fundo de reserva a que fazem jus os municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais.

Anualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela realização do Censo Demográfico, divulga estatística populacional dos municípios, e o Tribunal de Contas da União, com base nessa estatística, publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos municípios. O cálculo das quotas individuais de cada município obedece a critérios distintos. Para as capitais, o coeficiente fixado se dá de acordo com o inverso da renda per capita de sua população, aplicado sobre o montante de 10% da receita. Para os municípios do interior, é fixado um percentual para cada estado em função de sua população. Esse percentual é aplicado sobre os 86,4% da receita destinada aos municípios do interior, formando-se assim um “bolo” para cada estado. Esse montante é dividido pelo somatório dos coeficientes de todos os municípios do estado, excluída a capital. O valor obtido é multiplicado pelo coeficiente individual de cada um, resultando assim no valor distribuído a cada município.

O fundo de reserva é distribuído entre os municípios com coeficientes 3.8 e 4.0. O cálculo parte do percentual de 3,6% do fundo a eles destinados. É feita a divisão pelo somatório de seus coeficientes, especialmente para o fundo de reserva, levando em conta a população total de cada um desses municípios e o número de municípios que tem direito a esse plus em cada estado. O resultado dessa divisão é multiplicado pelo coeficiente individual, resultando nos valores de cada um.

A Lei Complementar no 62/1989 determina que os recursos do FPM serão transferidos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, sempre sobre a arrecadação do IR e IPI do decêndio anterior ao repasse. A lei estabelece, também, um novo rateio no âmbito dos próprios estados no caso de criação de novos municípios. Ou seja, os novos municípios terão fixados pelo TCU coeficientes individuais que entrarão no somatório de cada estado para a divisão dos recursos, fazendo com que as cotas individuais de todos os outros sejam reduzidas.

Dos 23,5%, 1% é reservado e repassado de forma acumulada aos municípios anualmente, juntamente com a parcela do primeiro decêndio de dezembro, conforme o disposto na Emenda Constitucional no 55/2007.

IPI-Exportação - Imposto sobre Produtos Industrializados, 10% são destinados

aos estados e ao Distrito federal, proporcionalmente ao valor das exportações isentas de ICMS (C.F. art. 159, II). O Tribunal de Contas da União divulga, anualmente, os coeficientes de participação de cada estado e do Distrito Federal, para a distribuição da parcela de receita. Para os municípios, são transferidos 25% nos mesmos critérios de distribuição do ICMS. Os recursos ingressam nos cofres públicos nos dias 10, 20 e 30 sempre sobre a arrecadação do decêndio anterior. Trata-se, portanto, de um fundo de ressarcimento aos estados exportadores.

Assim, realizadas as devidas conceituações, a seguir está demonstrada a situação das finanças do município de Paragominas.

QUADRO 10 – Síntese das Finanças Públicas – 2017.

Finanças públicas – 2017		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		Referência
EMPENHADAS	351.305,87	(x 1000) R\$
Correntes	305.680,5	(x 1000) R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		(x 1000) R\$
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		(x 1000) R\$
Capital	45.625,37	(x 1000) R\$
INVESTIMENTOS		(x 1000) R\$
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		(x 1000) R\$
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS	338.127,96	(x 1000) R\$
CAPITAL	48,01	(x 1000) R\$
CONTRIBUIÇÃO	13.304,62	
CORRENTES	327.928,88	(x 1000) R\$
IMPOSTOS		
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial – IPTU	387,15	(x 1000) R\$
Imposto Sobre Serviços – ISS	22.422,12	(x 1000) R\$
Imposto sobre Transmissão-Intervivos – ITBI	1.118,26	(x 1000) R\$
PATRIMONIAL	28.269,18	(x 1000) R\$
TAXAS	591	(x 1000) R\$
TRANSFERÊNCIAS		
Correntes		(x 1000) R\$
Capital	247.745,00	(x 1000) R\$
Intergorvenamental		
UNIÃO	89.925,84	(x 1000) R\$
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	72.166,29	(x 1000) R\$
TRIBUTÁRIAS	26.581,77	(x 1000) R\$
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.593,77	(x 1000) R\$
VALOR DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM	35.035,42	(x 1000) R\$
VALOR DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR	2.067,82	(x 1000) R\$

Fonte: IBGE, 2020.

3.3.3 Realidade atual do desenvolvimento municipal: o fomento em diversas áreas, em especial a Agricultura e a Pecuária.

Considerado um município novo, com apenas 49 anos, Paragominas foge à regra predominante na maioria dos municípios amazônicos, que apresentam um rápido desenvolvimento impulsionado pela exploração de recursos naturais seguida de uma posterior estagnação, as vezes com pequeno crescimento. O dinamismo econômico de município é promovido por diversas atividades, como: a pecuária bovina, o forte extrativismo madeireiro, a agricultura em seus segmentos comercial e familiar e mais recentemente o extrativismo mineral, com exploração da bauxita.

Muitos economistas atribuem o sucesso do município na questão econômica ao desenvolvimento do agronegócio na região, beneficiada diretamente pelos empresários e pelo estabelecimento de instituições de apoio e incentivo ao desenvolvimento econômico em Paragominas. Sobretudo, o desenvolvimento obtido pela sociedade de Paragominas quando comparada à grande maioria das suas congêneres paraenses deve-se aos seguintes pontos: experiência profissional colocada no exercício das atividades econômicas; diversidade cultural da população; nível de investimento quer por políticas econômicas, quer por iniciativa dos agentes econômicos; habilidade em acumular capital; capacidade de inovação apresentada por parte da elite empresarial e política do município.

Deste modo, na trajetória da formação econômica, também ocorreu uma melhoria na qualidade de vida da população, embora ainda esteja aquém do que pode o seu crescimento econômico e a sua heterogeneidade social conseguir.

A população urbana de Paragominas superou a da população rural, a partir da década de 1990 e continuou crescendo até 2007. Desde o ano 2000, ela já equivalia a mais do triplo da densidade da população rural (3,0 habitantes por quilômetro quadrado na zona urbana, contra 0,9 habitante por quilômetro quadrado, na zona rural). Em 2007 ocorreu a maior diferença entre elas: 3,6 habitantes por quilômetro quadrado, na população urbana contra 1,1 habitante por quilômetro quadrado, na população rural.

QUADRO 11 – População Paragominas – 1980 – 2013.

Anos	Urbana	Rural
1980	12.316	35.793
1991	40.054	27.021
1996	47.789	18.142
2000	58.240	18.210
2007	69.677	21.142
2013	81.590	22.185

Fonte: IBGE, 2013.

3.3.3.1 Áreas Rurais

Identificamos em Paragominas 15 colônias agrícolas fora de projetos de assentamento, com base nos dados da Adepará e do nosso levantamento de campo. Realizamos entrevistas com lideranças locais ou moradores antigos nessas colônias. Segundo estimativas desses informantes, o número de famílias residentes em cada colônia variou entre 5 e 320, com média de 60 famílias por colônia. A área dessas colônias, por sua vez, variou entre 600 e 6.000 hectares, com média de 3.261 hectares por colônia (TABELA 08).

TABELA 08 - Estimativa da área e do número de famílias de 15 colônias em Paragominas visitadas pelo Imazon em 2008.

Colônias	Número de famílias	Área da colônia (ha)
Água Branca	30	(Sem informação)
Aterro sanitário	(Sem informação)	(Sem informação)
Boa Esperança	30	4.500
Condomínio Rural	(Sem informação)	(Sem informação)
Gleba 22	30	6.000
Nazaré	48	2.400
Nova Aliança	(Sem informação)	(Sem informação)
Novo Horizonte	25	4.500
Oriente	320	4.500
Santa Rosa	5	1.900
São Lucas	15	600
São Sebastião	60	2.250
Três Lagoas	33	2.700
Uraim	(Sem informação)	(Sem informação)
Vila 204	(Sem informação)	(Sem informação)
Média	60	3.261
Desvio Padrão (+)	93	1.700
Máximo	320	6.000
Mínimo	5	600

Fonte: IMAZON.

Estimamos que as 15 colônias ocupem uma área de 49.000 hectares (2,5% do município) e abriguem cerca de 900 famílias de pequenos produtores.

Situação fundiária

Para mapear o estado atual de uso e ocupação do solo em Paragominas, reunimos informações georreferenciadas disponíveis que incluem:

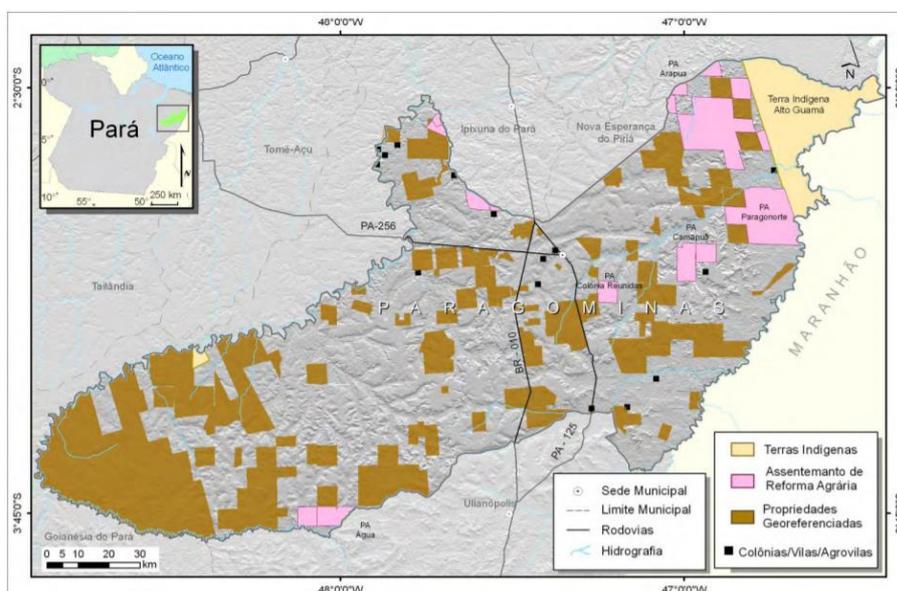
- Terras Indígenas – polígonos obtidos no banco de dados do ISA;
- Projetos de Assentamento do Incra – polígonos obtidos junto à sede do Incra em Brasília, em 2003, e na Superintendência Regional do Incra em Belém/PA, em 2009;
- Imóveis privados de médio ou grande porte – nesta modalidade, os polígonos foram obtidos em diversas fontes:
 - (I) Repasse direto feito pelo detentor do imóvel ou com sua autorização via sindicato (Sindiserpa) ou via empresa privada de georreferenciamento que lhe presta serviço;
 - (II) acesso aos polígonos georreferenciados disponibilizados pela Sema/PA na internet, relativos aos imóveis que possuem Autef e aqueles que estão inseridos no CAR; e
 - (III) repasse pela Adepará da localização geográfica (apenas uma coordenada geográfica por imóvel) das propriedades agrícolas e/ou pecuárias inseridas no cadastramento por ela realizado, em 2008.
 - (IV) colônias de pequenos produtores rurais – uma área geográfica com concentração de famílias que vivem, geralmente, em pequenos lotes e usam uma estrutura em comum chamada “patrimônio”, formada por escola, igreja, sede da associação etc. Como resultado foi obtido o seguinte quadro:

QUADRO 12 - Áreas georreferenciadas obtidas de Paragominas, Pará.

CATEGORIA	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	% DA ÁREA MUNICIPAL
Terras Indígenas	2	98.362	5,1
Assentamentos Rurais	15	110.600	5,7
Propriedades Privadas	134	602.328	31,2
Total		811.290	42,0

Fonte: Ibama, Incra, ISA, Sema, Sindiserpa.

FIGURA 17 - Áreas georreferenciadas obtidas de Paragominas, Pará.



Fonte: Ibama, Incra, ISA, Sema, Sindiserpa.

Terras Indígenas

Há duas Terras Indígenas em Paragominas ocupando conjuntamente 98.230 hectares, o equivalente a cerca de 5% da área municipal. A Terra Indígena Alto Guamá está localizada no extremo leste do município e abriga os índios Guajá, Tembê e Ka'apor (ISA, 2008). Possui uma área total de 283.450 hectares, dos quais um terço está localizado em Paragominas (34%) e o restante nos municípios de Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará, de acordo com estudos do Imazon.

O desmatamento já afetou cerca um terço (32%) da área dessa Terra Indígena, porém apenas uma pequena fração (somente 4%) desse desmatamento ocorreu na porção situada em Paragominas.

A Terra Indígena Barreirinha do Campo, da etnia Amanayé, está localizada em Paragominas, às margens do rio Capim, e ocupa uma área de 2.380 hectares, dos quais 14% já foram desmatados (ISA, 2008) (Tabela 09).

TABELA 09 - Área total e desmatamento acumulado até 2008 nas Terras Indígenas situadas em Paragominas, Pará.

	Alto Guamá	Barreirinha do Campo
Área total (ha)	283.450	2.380
Área em Paragominas (ha)	95.850	2.380
% da área em Paragominas	34	100
Total desmatado (ha)	89.940	340
% desmatado em relação à área total	32	14
Desmatado em Paragominas (ha)	3.450	340
% desmatado em Paragominas	4	100

Fonte: FUNAI, INPE/PRODES.

A Terra Indígena Barreirinha do Campo, da etnia Amanayé, está localizada em Paragominas, às margens do rio Capim, e ocupa uma área de 2.380 hectares. As aldeias indígenas existentes no município são as seguintes:

1. Cocalzinho
2. Teko Haw
3. Piahú
4. Barreirinha

Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Há quinze projetos de assentamento do Incra situados parcial ou totalmente em Paragominas, ocupando uma área de 110.600 hectares dentro do município.

QUADRO 13 - Área dos assentamentos rurais localizados parcial ou integralmente em Paragominas.

Nome do Assentamento	Área em Paragominas (ha)
Luiz Inácio	34.434,33
Paragonorte	32.237,49
Camapuã	7.361,15
Águia	6.210,83
Colônias Reunidas	4.381,69
Nova Vida	4.195,33
Alta Floresta	4.005,27
Rio das Cruzes	3.914,96
Arapua Simeira	3.891,50
Mandacaru	3.465,97
Glebinha	1.807,07
Progresso	1.679,80
Paranoa	1.406,76

Fonte: Prefeitura municipal de Paragominas, 2020.

Propriedades privadas

Foram obtidos 134 polígonos georreferenciados de imóveis privados, totalizando 602.328 hectares, o equivalente a 31,2% da área municipal. Dessa área, cerca de 40% provêm de 10 polígonos obtidos nos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados pela Sema ou pelo Ibama. Outros 24% estão inseridos em 66 polígonos repassados pelos proprietários via Sindiserpa. Em seguida, há 32 polígonos (17%) que foram acessados por meio de consulta aos dados do CAR realizado pela Sema. O restante provém dos imóveis rurais do Incra e de uma pequena fração correspondente às áreas requeridas no ITERPA.

Não há dados completos sobre o(s) tipo(s) específico(s) de uso desses imóveis, devido à falta efetiva de dados oficiais (fichas incompletas) e/ou a informações muito genéricas sobre a atividade praticada (por exemplo, “atividade agropecuária”).

O quadro a seguir, ilustra a distribuição das terras privadas no município:

QUADRO 14 – Terras privadas – Paragominas.

Fonte de dados	Número de polígonos	Áreas (ha)	% da área total
PMFS – Sema/ Ibama	10	243.685	40,5
CAR – Sema	32	100.840	16,7
Imóvel Rural - Incra	14	88.956	14,8
Requerimento do Iterpa	12	23.664	3,9
Sindiserpa	66	145.193	24,1
Total	134	602.328	100,0

Agricultura familiar

A primeira atividade a se estabelecer na área que hoje é o município Paragominas foi a agricultura de corte-e-queima. As culturas de arroz, feijão, mandioca e milho continuam sendo as mais cultivadas entre os pequenos produtores agrícolas de Paragominas. Essas culturas visam primeiramente garantir a segurança alimentar da família e, quando há excedente de produção, gera renda monetária para suprir outras necessidades da unidade familiar e produtiva. Dentre esses cultivos agrícolas, a mandioca é mais amplamente comercializada sob a forma de farinha.

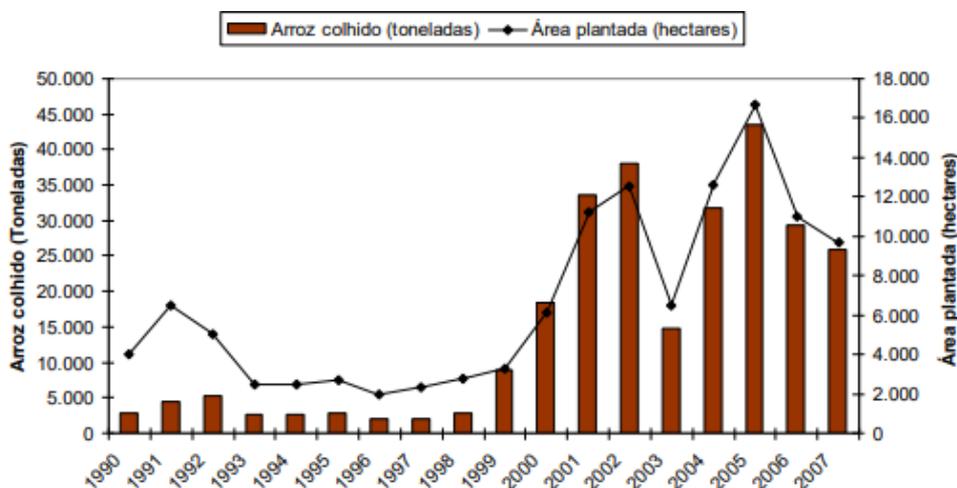
Arroz, milho e soja.

Paragominas obteve destaque a partir do ano 2000 na produção de grãos, especialmente na agricultura de arroz, milho e soja. Aproveitando a abundância de suas áreas já abertas e planas e com um regime pluviométrico bem definido, essas culturas apresentam excelentes desempenhos em produção por área, colocando Paragominas entre os maiores produtores de grãos do Pará. Além desses produtos, a agricultura do município também produz inúmeras culturas amplamente comercializadas. O cultivo de grãos (arroz, milho e soja) em Paragominas ocupa aproximadamente 35 mil hectares de terras do município.

Produção de arroz, milho e soja: A partir de 2000, o município de Paragominas tem se destacado na produção de grãos, especialmente de arroz, milho e soja, que já ocupam aproximadamente 35 mil hectares de terras do município. Em 2007, Paragominas produziu quase 26 mil toneladas de arroz com casca em uma área de 9.700 hectares, atingindo uma produtividade de 2.665 quilos por hectare (quarta maior do Estado). Nesse mesmo ano, Paragominas foi o maior produtor paraense de milho (em grão), totalizando 90 mil toneladas em uma área de 18,5 mil hectares, o que resultou em uma produtividade de 48.864 quilos por hectare (segunda maior do Estado). Por fim, em 2007, Paragominas produziu 21 mil toneladas de grãos de soja em 6.000 hectares, ou seja, 3,5 toneladas por hectare. Nesse ano foi o município com maior produtividade do Estado do Pará.

A rizicultura ganhou forte impulso em Paragominas a partir de 2000, quando sua produção mais que dobrou de tamanho e se manteve elevada, em torno de 29,4 mil (+ 9,6 mil) toneladas/ano até 2007, com uma taxa média de crescimento anual de 20% para o período de 2001 a 2007 (Gráfico 05). Em 2007, Paragominas produziu quase 26 mil toneladas de arroz com casca (5º maior produtor paraense), com uma área plantada de 9.700 hectares (4ª maior do Estado), resultando em uma produtividade de 2.665 quilos por hectare (4ª maior do Estado).

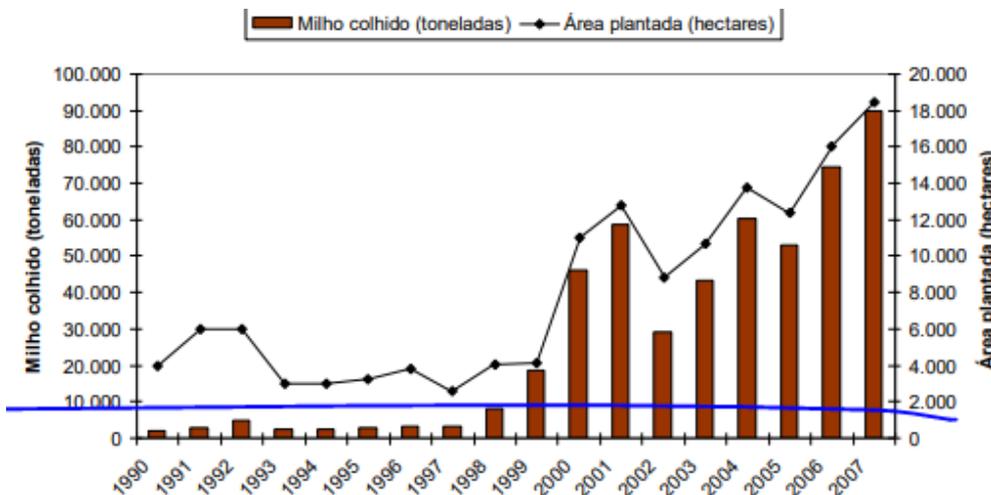
GRÁFICO 05 - Área plantada e quantidade colhida de arroz em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007.



Fonte: IBGE/PAM, 2007.

A produção de milho em Paragominas teve um acentuado crescimento a partir de 2000, quando sua produção mais que dobrou de tamanho e se manteve elevada, em torno de 57 mil (+ 19 mil) toneladas/ano até 2007, com uma taxa média de crescimento anual de 16% para o período de 2001 a 2007 (Gráfico 06). Em 2007, Paragominas foi o maior produtor paraense de milho (em grãos), produzindo 90 mil toneladas, em uma área de 18,5 mil hectares (2ª maior do Estado), resultando em uma produtividade de 48.864 quilos por hectare (2ª maior do Estado).

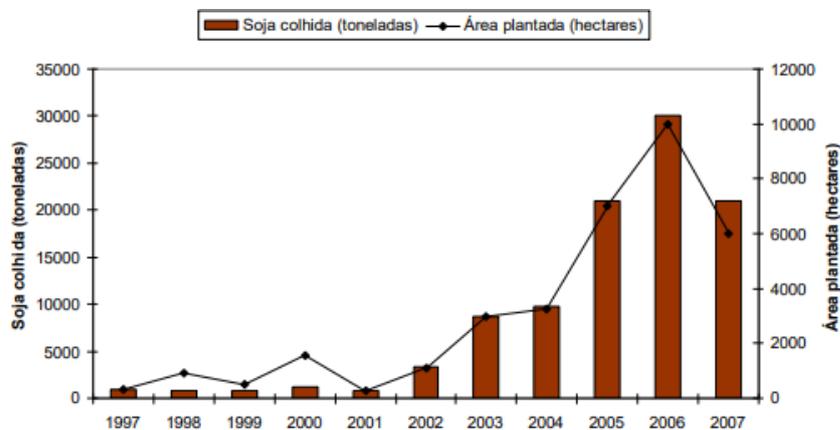
GRÁFICO 06 - Área plantada e produção de milho em Paragominas, Pará, de 1990 a 2007.



Fonte: IBGE/PAM.

O cultivo de soja é o mais recente dentre as culturas graneleiras praticadas em Paragominas. A sua produção apresentou maior crescimento a partir de 2003, ainda que tenha oscilado bastante ano a ano (Gráfico 07). A produção média anual no período de 2003 a 2007 foi de 18 mil (+ 9 mil) toneladas, e a taxa média de crescimento anual foi de 60%. Em 2007, Paragominas produziu 21 mil toneladas de grãos de soja (4º maior produtor paraense), com uma área plantada de 6.000 hectares (4ª maior do Estado); foi o município com maior produtividade do Estado do Pará, com produção de 3,5 toneladas por hectare.

GRÁFICO 07 - Área plantada e produção de soja em Paragominas, Pará, no período de 1997 a 2007.



Fonte: IBGE/PAM.

As culturas permanentes que se destacaram naquela década foram a castanha de caju e a pimenta do reino que em 2000 representaram 100% da área colhida e, em 2018, o café aparece nas estatísticas com 15 ha de área colhida, como mostra o quadro 14 seguinte.

QUADRO 15 – Área colhida e produção das culturas temporárias e permanentes mais expressivas do município.

Lavouras temporárias	2018		
	Área colhida (ha)	Produção em (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz	3.000	9.900	3.300
Feijão	150	150	1.000
Mandioca	4.500	67.500	15.000
Milho	9.000	49.500	5.500
Soja	155.000	465.000	3.000
Lavouras permanentes	2018		
	Área colhida (ha)	Produção em (t)	Rendimento médio (kg/ha)
Açaí	25	250	10.000
Banana	80	1.600	20.000
Borracha	30	18.000	600
Café	15	15	1.000
Castanha de caju	480	960	29
Coco-da-baía	50	750	15.000 (fruto/ha)
goiaba	25	500	20.000
Mamão	40	800	20.000
maracujá	30	300	10.000
Pimenta do reino	420	1.000	2.381

Fonte: IBGE, Censo 2018.

Pecuária

Nos anos 1960, o governo brasileiro com o objetivo de atrair investidores do Sul do Brasil para o Norte ofertou um conjunto de facilidades e benefícios para aqueles que se aventurassem a desbravar a floresta amazônica: Isenção de impostos, empréstimos a juros baixos, terra barata e com mecanismo facilitado de titulação para quem desmatasse sua área (para cada hectare desmatado o ocupante recebia um título equivalente a seis hectares de terra) foram alguns dos incentivos ofertados na época (Uhl e Almeida, 1996).

Em 2007, o município possuía o sexto maior rebanho do Pará, com 419.430 cabeças, equivalente a 3% do rebanho bovino paraense (IBGE/PPM). Ao considerar uma produtividade média de 0,711 cabeça por hectare de pastagem, estima-se que a manutenção de um rebanho nas proporções do rebanho de 2007 demande uma área de aproximadamente 600 mil hectares.

Em 2008, havia no município 1.152 imóveis (pequenos, médios e grandes) com atividade pecuária (Adepará/Cadastro 2008). Neste ano, Paragominas foi inserida na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) entre as cidades brasileiras que mais desmatavam. Com isso, a venda de gado e o acesso a crédito pelos produtores ficaram cada vez mais difíceis, prejudicando toda atividade agropecuária da região.

O projeto Pecuária Verde foi, então, organizado pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP), junto com a prefeitura, com a ONG The Nature Conservancy (TNC), Imazon, especialistas em pastagens para produção pecuária da Unesp e USP, Fundo Vale e Dow AgroSciences. Com o objetivo de intensificar o uso das pastagens melhorando a competitividade entre pecuária e agricultura e ainda ajustando a produção à utilização correta dos recursos naturais, minimizando os impactos causados.

A despeito do sucesso inicial despertado, em 2014, a pecuária de Paragominas concentra suas atividades na criação de gado bovino cujo rebanho cresceu de 80.000 cabeças para 448.030 no período de 1997 a 2005 e em seguida caiu para apenas 292.464 cabeças em 2011.

Em 2018, segundo o IBGE, o município de Paragominas obtinha uma considerável contribuição das atividades de pecuária em sua economia, apresentando os seguintes rebanhos:

QUADRO 16 – Pecuária em Paragominas.

Pecuária	Quantidade
Bovino	276.131 cabeças
Bubalino	658 cabeças
Caprino	950 cabeças
Codorna	1.700 cabeças
Equino	8.730 cabeças
Galináceo	205.528 cabeças
Ovino	5.380 cabeças
Suíno	17.253 cabeças
Pirapatinga	373.160 (kg)
Pirarucu	75.265 (kg)
Tambacu, Tambatinga	344.500 (kg)
Tabaqui	3.261.713 (kg)
Mel de abelha	17.500 (kg)

Fonte: IBGE.

Extração vegetal e silvicultura

A percepção da floresta como um estoque de recursos de valor econômico somente começa a se formar em Paragominas na década de 1980 diante da redução dos generosos incentivos dados à pecuária e do declínio da fertilidade de grandes áreas de pastagem. A partir dessa década, a exploração da madeira nativa se apresentou como uma alternativa de geração de renda e de financiamento da própria pecuária:

No início dos anos 1970, apenas espécies madeireiras com alto valor comercial eram exploradas, gerando pouco impacto sobre a estrutura florestal. Porém, nos anos 1980, um conjunto de fatores contribuiu para a consolidação do setor madeireiro em Paragominas, dentre eles se destacam:

- (I) A expressiva redução do suprimento de madeiras no Sul do Brasil;
- (II) O estabelecimento de um sistema de transporte e de comunicação na Amazônia capaz de suportar a indústria madeireira; e

(III) A disponibilidade de mão-de-obra oriunda do Nordeste.

No início dos anos 1990 havia em Paragominas 137 serrarias explorando e serrando madeira nativa, o que correspondia a 15% da produção de madeira na Amazônia.

A extração de madeira era realizada de forma desordenada, sem planejamento, resultando em excessivo dano ambiental e em acentuado desperdício do próprio recurso madeireiro.

Essa exploração intensiva e predatória provocou o declínio da atividade madeireira no município no final da década de 1990, com fechamento ou migração de várias empresas. Permaneceram no município principalmente as empresas que detêm plano de manejo florestal aprovado pelo órgão ambiental.

Evolução da produção. Ao longo de quase toda a década de 1990, Paragominas se manteve como o maior produtor de madeira em tora oriunda de floresta nativa dentre os municípios paraenses, atingindo o seu ápice em 1990, com uma produção de madeira em tora em torno de 2,3 milhões de metros cúbicos, equivalente a 20% da produção do Pará.

A produção extrativa de madeira em Paragominas sofreu redução na última década. Apesar dessa redução, em 2018, o município produziu de 6500 mil metros cúbicos de madeira em tora.

QUADRO 17 – Extração vegetal e Silvicultura.

PRODUTO	QUANTIDADE PRODUZIDA	VALOR EM R\$
Madeira (lenha)	6.500 m ³	156,00
Madeira em Tora	177.000 m ³	32.745,00
Carvão vegetal	115 t	138,00
Madeira em Tora (Silvicult.)	1.141.511 m ³	54.978,00
Total		141.316.000

Fonte: IBGE, 2018.

A produção de carvão vegetal a partir de resíduos da exploração madeireira e/ou do corte direto de floresta nativa foi uma atividade que se desenvolveu paralelamente à extração de madeira em Paragominas. Quando o IBGE começou a realizar a Pesquisa sobre Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) em 1990, o município era o maior produtor do Pará, posição que manteve até 2003, ano em que atingiu seu pico de produção, totalizando 506.888 toneladas de carvão vegetal, equivalente a 64% da produção paraense.

Em 2004 houve uma queda brusca na produção municipal (58 toneladas) e, de 2005 a 2007, a produção foi supostamente inferior a 1 tonelada de carvão por ano, ficando abaixo da amostragem coberta pela PEVS/IBGE.

Ao analisar os dados de licenciamento ambiental expedidos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) para a atividade carvoeira em Paragominas, verifica-se que em 2007 foi autorizada a produção de 246.648 metros cúbicos de carvão vegetal. Em 2008 havia no Pará cerca de 5.000 fornos licenciados, dos quais 2.904 (58%) estavam localizados em Paragominas.

A grande demanda por carvão vegetal de Paragominas provém das siderúrgicas do polo de Marabá e do Maranhão para a produção de ferro gusa. Segundo o Ibama¹², 80% do carvão vegetal que abastece as guseiras no Maranhão e no Pará é oriundo de desmatamento ilegal de floresta nativa. Estima-se um abate de 120 mil árvores/dia na Amazônia para atender as guseiras na produção de ferro gusa, matéria-prima para a produção de aço.

Segundo os cálculos em 2007, a produção dos 37 fornos das 16 siderúrgicas da Serra dos Carajás queimaram ilegalmente 19,2 milhões de metros cúbicos de madeira, equivalente a 200 mil hectares de florestas por ano. Aproximadamente 1 milhão de metros cúbicos de carvão foi consumido mensalmente, dos quais, conclui o prefeito, no máximo 20% eram resíduos de serrarias; os outros 800 mil metros cúbicos restantes vieram da exploração ilegal de florestas nativas.

A produção de carvão vegetal a partir de plantações de eucalipto atualmente é uma realidade e a exploração de florestas para esse fim, se resume apenas a produção das “coivaras”, quando ocorre a queima da vegetação para o plantio de subsistência na agricultura familiar.

O reflorestamento no município de Paragominas é recente e está em fase de expansão. A atividade surgiu como alternativa para recomposição de reserva legal em algumas propriedades e/ou como mais uma atividade econômica de base florestal indicada para áreas totalmente abertas. Além de algumas iniciativas individuais, também existem no município grandes áreas e projetos de reflorestamento, por exemplo:

- Grupo Concrem, detentor das marcas Floraplac, Expama e Rio Concrem, que se estabeleceu na região há mais de 20 anos e possui 26 mil hectares de reflorestamento de paricá dentro de Paragominas, os quais totalizam mais de 16 milhões de árvores;
- Projeto Vale Florestar, da Companhia Vale, que já reflorestou 6.300 hectares em Paragominas e pretende usar, no máximo, metade da área para produção de madeira e destinar o restante para reabilitação da floresta nativa; estimamos que cerca de 2,7 milhões de árvores já tenham sido plantadas;
- Paragoflor (Paragominas Reflorestadores Associados) é uma associação de reflorestadores formada em 2002, inicialmente composta por cerca de 30 produtores madeireiros filiados ao Sindiserpa. A área da associação é de aproximadamente 600 hectares, abrigando cerca de 164 mil árvores plantadas, com predominância de paricá e eucalipto.

Estima-se que haja atualmente no município de Paragominas pelo menos 40.000 hectares de floresta plantada, somando outras iniciativas individuais a esses empreendimentos. Segundo a Prefeitura Municipal de Paragominas (2009), já foram plantadas 50 milhões de árvores.

No período de 2004 a 2007, Paragominas apareceu na estatística oficial da produção de madeira em tora oriunda de floresta plantada. Em 2007, o município produziu 79.800 metros cúbicos de madeira em tora plantada, ficando atrás apenas de Almerim e Dom Eliseu (IBGE/PEVS).

Mineração

Existem projetos de exploração mineral por todo o município, os quais se encontram em diversas fases como requerimento de pesquisa, autorização de lavra, licenciamento, disponibilidade e concessão de lavra.

O maior projeto mineral do município é o de extração de bauxita pela empresa Vale. A exploração de mina de bauxita, localizada a 64 quilômetros da sede municipal, iniciou sua produção comercial em março de 2007 e possuía em 2014 a capacidade nominal de aproximadamente 9 milhões de toneladas de bauxita por ano, com perspectiva de atingir a produção de 14,85 milhões de toneladas em 2019 na fase final do projeto.

FIGURA 18 – Área de exploração de bauxita em Paragominas.



Fonte: Site da Hydro.

3.3.3.2 A questão da Infraestrutura, dos serviços e equipamentos públicos no espaço rural.

Nas áreas rurais existentes no município, além das dificuldades relacionadas às vias de acessos (vicinais em péssimo estado de conservação, principalmente no período chuvoso), as quais dificultam o escoamento da produção e deslocamento de seus moradores, apresentam-se também problemas relacionados à infraestrutura

específica local, tais como: falta de transporte de passageiros, transporte de mercadorias e produção rural local, identificando a necessidade da implantação de transporte de uso público eficiente que atenda às comunidades e unidades de vizinhança em suas totalidades.

4. ASPECTOS AMBIENTAIS

Os aspectos ambientais devem ser entendidos como elementos das atividades, produtos ou serviços de uma organização. Eles podem interagir com o meio ambiente, causando ou podendo causar impactos ambientais, positivos ou negativos. Neste sentido, com vistas a construção de um município sustentável é que se levantou algumas informações que poderão ser importantes no momento de debate de construção de propostas no âmbito da revisão do plano diretor.

Assim, é que é importante esclarecer que não se pretende se esgotar neste único capítulo todas as informações gerais ambientais do município. Podendo este ser complementado no momento de debate – nos GTs e Conferência.

4.1. DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO

Caracteriza-se o meio físico, com base, no subsolo, água, ar e clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos, entre outros. Sendo que nesse subitem apenas os elementos que achamos ser os mais importantes estão minimamente sendo descrito com base em estudos relevantes já realizados anteriormente.

4.1.1 Geologia e Relevô

A estrutura geológica é representada pela formação Itapecuru, do cretáceo, com predominância de arenitos vermelhos, finos, caulícos, argilitos e calcário margoso fossilífero. Existe, ainda, a presença de sedimentos do terciário Barreiras e Quaternários subatual e recente. O relevô apresenta tabuleiros relativamente elevados e aplainados, formas colinosas dissecadas, baixos tabuleiros, terraços e várzea.

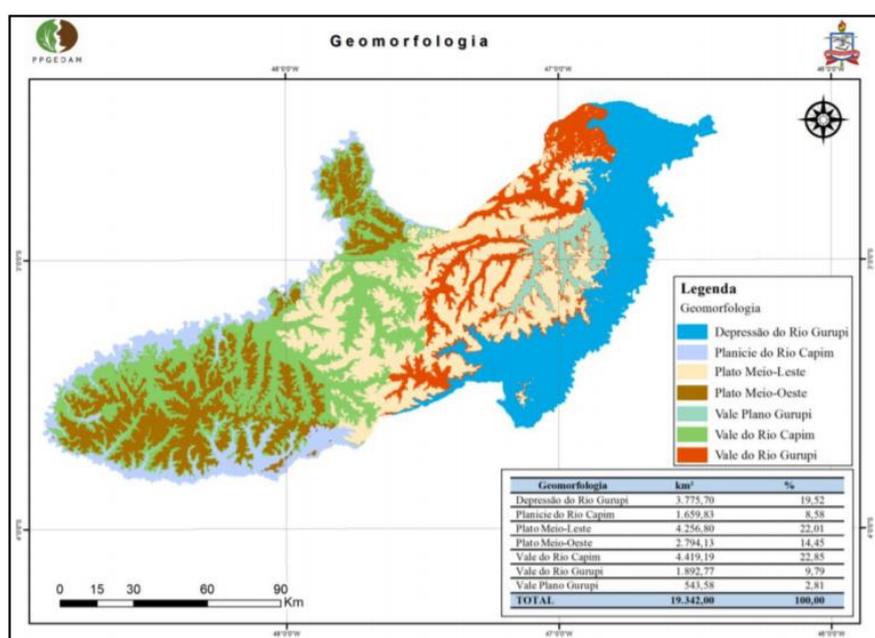
Morfoestruturalmente, o município faz parte da unidade que se convencionou chamar de Planalto Sul do Pará/Maranhão.

4.1.2 Geomorfologia

O Município de Paragominas situa-se no Domínio Morfo-estrutural dos Planaltos em Sequência Sedimentares não Dobradas (IBGE, apud RODRIGUES et al., 2003), caracterizados por superfícies estruturais aplainadas, na forma de extensos chapadões, com altitudes médias em torno de 180 m, limitadas por planaltos dissecados sob a forma de cristas, interflúvios tabulares, e desenvolvidos em rochas sedimentares constituídas de argilitos, da Formação Ipixuna, do período Cretáceo Superior e por planícies aluviais.

Considerando o grupamento das unidades geomorfológicas que apresentam semelhantes resultantes da convergência de fatores responsáveis pela sua evolução, a área foi identificada como pertencente à região geomorfológica Planalto Setentrional Pará-Maranhão (RADAMBRASIL, 1973). As unidades geomorfológicas, frutos da associação de formas de relevo recorrentes, geradas de uma evolução comum são: Platôs de Paragominas, Vales de Paragominas, Depressão do Gurupi e Planícies do Rio Capim (PARA RURAL, 2010).

FIGURA 19 – Geomorfologia Paragominas.

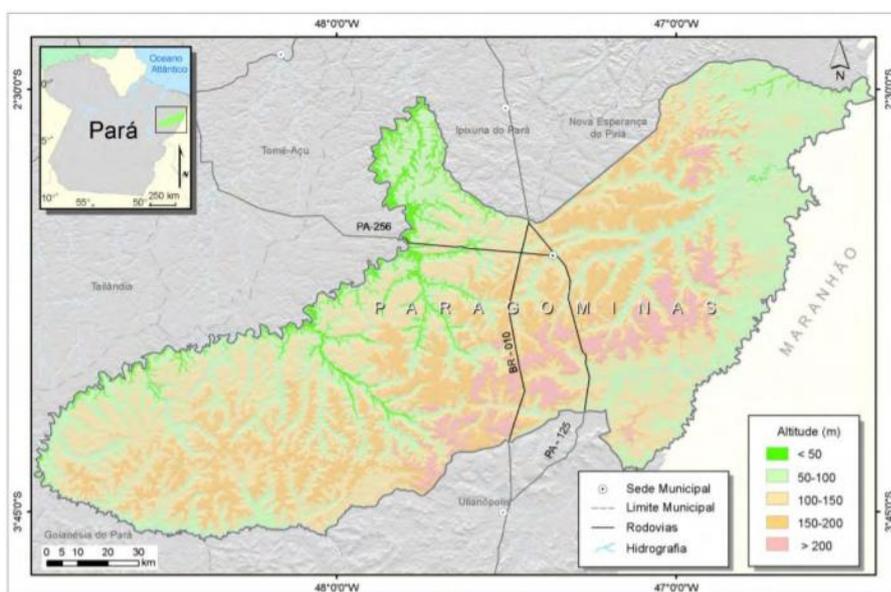


Fonte: UFPA – PPGDAM – 2010.

4.1.3 Topografia

O Município possui uma topografia onde os níveis altimétricos apresentam pouca variação. Contudo, tais níveis se encontram em cotas mais elevadas que a média dos municípios da Microrregião de Paragominas. A referência que se tem é da sede municipal, onde a altitude alcança cotas aproximadas de 40m. Entretanto, mais ao Sul do Município, essas cotas crescem um pouco mais.

FIGURA 20 - Topografia do município de Paragominas, Pará.



Fonte: Ministério do Exército (1986).

TABELA 10 – Altitude / Área / %

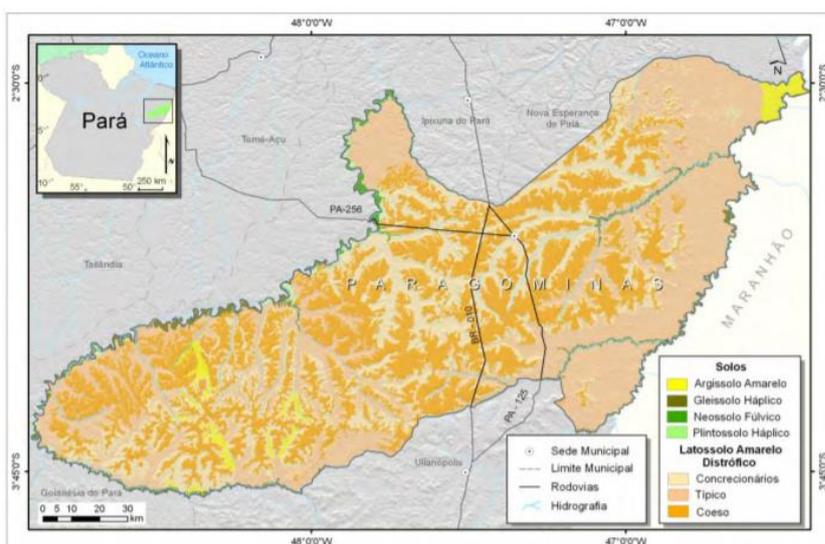
Altitude (m)	Área (ha)	%
<50	69.649	3,6
50-100	672.644	34,8
100-150	685.935	35,5
150-200	395.163	20,4
>200	109.698	5,7
Total	1.933.089	100,0

Fonte: Ministério do Exército (1986).

4.1.4 Solos

Os solos existentes no Município incluem várias associações, a saber: Latossolo Amarelo, textura muito argilosa, Latossolo Amarelo, textura argilosa e Concrecionários Lateríticos; Latossolo Amarelo, textura argilosa, Latossolo Amarelo, textura média e Areias Quartzosas. Há presença de Solos Aluviais e Solos Indiscriminados nas áreas de várzea.

FIGURA 21 – Tipos de solos encontrados no município de Paragominas, Pará.



Fonte: EMBRAPA.

TABELA 11 – Tipo de Solo / Área (ha) / %

Tipo de solo	Área (ha)	%
Latossolo amarelo distrófico	1.829.110	94,6
Coeso	674.220	34,9
Típico	664.820	34,4
Concrecionário	490.070	25,4
Gleissolo háptico	51.660	2,7
Argissolo amarelo	33.550	1,7
Neossolo fúlvico	13.190	0,7
Plintossolo háptico	5.580	0,3
Total	1.933.090	100,0

Fonte: EMBRAPA.

4.1.5 Clima

O clima do município de Paragominas é do tipo mesotérmico e úmido. A temperatura média anual é elevada, em torno de 25° C. A média anual da temperatura máxima é de 33° C apresentando flutuação mensal entre 30 e 34° C e a mínima anual é 22° C com flutuação mensal entre 21 e 23° C.

A umidade relativa apresenta média anual em torno de 81% e é também elevada durante o ano, com médias mensais variando entre 76 e 85%.

Seu regime pluviométrico fica, geralmente, entre 2.250 mm e 2.500 mm anuais e a média anual das chuvas é abaixo de 2.000 mm, sendo mais abundante de janeiro a maio.

As chuvas, apesar de regulares, não se distribuem, uniformemente, durante o ano, sendo de janeiro a junho sua maior concentração (cerca de 80%), implicando grandes excedentes hídricos e, conseqüentemente, fortes escoamentos superficiais e cheias dos rios. A umidade relativa do ar gira em torno de 85%.

A análise do balanço hídrico mostrou que em geral a chuva excede a evapotranspiração de referência, no período de fevereiro a maio, resultando em um excesso de água de 618mm. De junho a dezembro a chuva é abaixo da evapotranspiração, ocorrendo então um déficit de água para o desenvolvimento das plantas, acima de 400mm.

A flutuação de totais de chuva ano por ano, comparado os totais de excedentes e déficits hídricos, indicou que em alguns anos os totais de excedentes foram muito baixos (em torno de 200 mm) e de deficiências muito altos (acima de 600 mm).

4.1.5.1 Mudança no Microclima Local

Em 1988, 34% da sua cobertura vegetal estavam alteradas, como resultado das principais atividades praticadas no município. Da sua área total, 1.600.000 hectares estavam cobertos de floresta natural, 242.000 hectares de florestas

exploradas pela atividade madeireira, 263.000 por capoeira, e 352.000 eram de áreas abertas dedicadas à atividade agropecuária (durante a contabilização desses dados o município passava por um processo de divisão em outros três municípios diminuindo assim as áreas citadas).

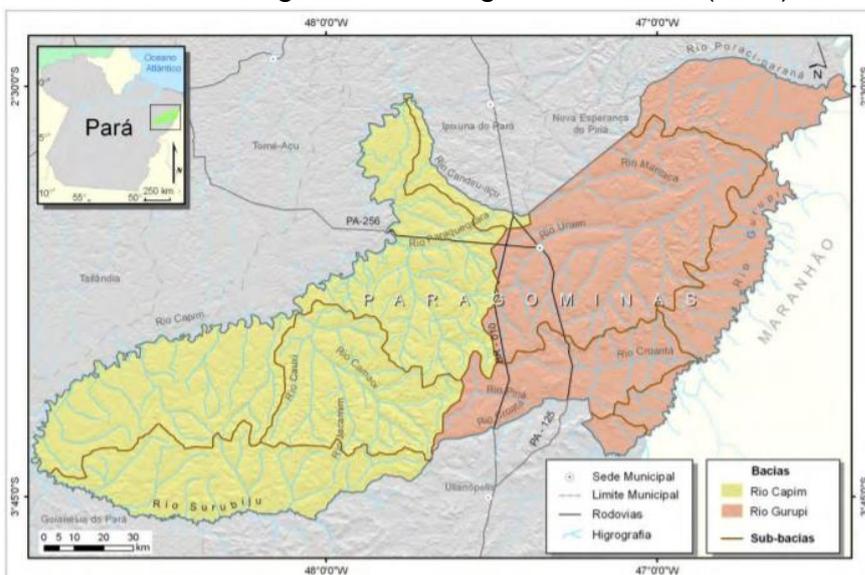
Contudo, as atividades madeireiras intensificaram-se, deixando uma área de aproximadamente 50.000 ha degradados na região oficial de Paragominas disponíveis à agricultura (EMBRAPA, 2004). Com a perda da cobertura vegetal podemos identificar uma ligeira modificação no ciclo hidrológico da área urbana de Paragominas, com períodos de chuvas mais definidos.

4.1.6 Hidrografia

Existem vários rios importantes no Município. Na porção sudeste-nordeste está o rio Gurupi, que separa o Pará do Maranhão. Na sua margem esquerda, aparecem vários afluentes que se localizam no município, tais como o Gurupzinho, o Uraim, o Coaraci-Paraná, o Croantá e o Piriá. Em direção oposta, no sentido Oeste, está o rio Surubiju, que limita o município com Rondon do Pará e recebe uma série de igarapés na sua margem direita, que pertencem a Paragominas. O rio Surubiju é, no município, o afluente mais importante do rio Capim.

O rio Capim é outro curso d'água de grande importância do município e serve de limite entre Paragominas e São Domingos do Capim. A princípio, possui a direção oeste-leste; depois, norte, até chegar ao paralelo de 3º, onde recebe o rio Candiru-Açu, seu último afluente da margem direita dentro do município. O rio Uraiam banha a sede do município a noroeste.

FIGURA 22 - Hidrografia de Paragominas, Pará. (ANA).



Fonte: Agência Nacional de Aguas (ANA).

4.1.6.1. Sub-região do Gurupi

Esta sub-região apresenta as coordenadas geográficas de $-00^{\circ} 55' 28''$ à $-04^{\circ} 36' 00''$ S de latitude e $46^{\circ} 01' 47''$ a $47^{\circ} 15' 16''$ W de longitude. Limita-se ao norte pelo Oceano Atlântico, ao Sul pelos municípios de Ulianópolis e Dom Eliseu, a Leste pelo Estado do Maranhão e a Oeste pela bacia de Guamá-Capim. Sua área total soma 20.074.094 m² que corresponde a 1,6 da área do Estado.

O rio de maior importância é o Gurupi que nasce em território maranhense. Seus principais afluentes se encontram na margem esquerda (território paraense), seu curso apresenta 719 km de extensão e sua bacia hidrográfica está contida aproximadamente em 70% no Estado do Maranhão e 30% no Estado do Pará.

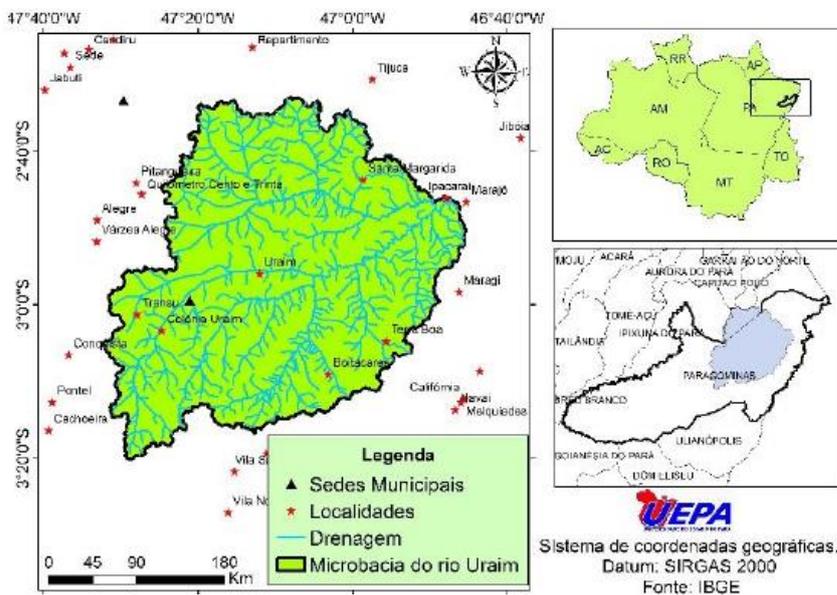
É o divisor natural entre os dois estados e por sua constituição geográfica, correndo sobre rochas cristalinas, apresenta-se encachoeirado em longo trecho. Após o recebimento do Gurupi-Mirim, o Rio Gurupi tem sua largura de 40 m alterada, alcançando 250 m e, ante da Vila de São José do Gurupi, essa largura pode atingir até 2 km. Sua profundidade, de cerca de 5 m nas primeira rochas chega a ser quase insignificante nas áreas sedimentares atingindo pouco mais de meio metro. Além do Gurupi-Mirim recebe o Guajará, Rolim, Coaraci-Paraná, Uraim e Piriá.

4.1.6.2 Micro bacia hidrográfica do rio Uraim

Com uma área de 4.668 km², a bacia hidrográfica do rio Uraim ocupa 21,75% da área total do município e possui vinte e sete rios que deságuam no seu leito e contribuem para formar uma vazão média anual de 268.423,35 m³/h.

De sua nascente até sua foz, ele possui 202 km de extensão pelo leito do rio e 131,5 km de extensão em linha reta (SEMMA, 2005). O rio Uraim banha a sede do município a Noroeste e é caracterizado como de quinta ordem na hierarquia fluvial pelo fato de ser tributário pela esquerda da malha hidrográfica do rio Gurupi. Dentre os principais afluentes do rio Uraim, destacam-se o Igarapé Cinquenta e Quatro, rio Maritaca ou Piriazinho, rio Escadinha e rio Água Suja.

FIGURA 23 - Mapa de localização da microbacia do rio Uraim, Estado do Pará.



Fonte: IBGE, 2018.

Assim, a população tem uma relação de maior proximidade e necessidade de uso do rio Uraim para os mais variados fins. Existe uma variação muito grande do grau de agressão ao ecossistema do rio Uraim, como por exemplo, a deposição de resíduos sólidos domésticos e o lançamento de efluentes industriais.

Nos pontos onde as características foram pouco afetadas, encontram-se representantes da mata ciliar original, tais como: buritizeiros, faveiras, açazeiros, aningas e outros. Nas áreas onde as características originais foram moderadamente alteradas, a vegetação apresenta-se pouco espessa, porém com alguns resquícios de seus representantes naturais. Nessas áreas já é evidente a introdução de inúmeras espécies exógenas.

FIGURA 24 – Rio Uraim.



Fonte: Agência de Saneamento de Paragominas, 2011.

4.1.6.3 Igarapé Paragominas

O igarapé Paragominas é outro importante curso d'água presente na malha hidrográfica do município, caracterizado como um afluente do rio Uraim. O ponto de encontro entre os mesmos está sobre as coordenadas geográficas: W:57°21' 15.2°58' 31.8". A área que compreende sua bacia hidrográfica é de 66 km² e o perímetro de 51 km, tendo grande parte do seu leito banhando a área urbana (SANEPAR, 2011).

A nascente do igarapé Paragominas localiza-se na propriedade do senhor José Carlos Gabriel, nas proximidades da zona urbana. A prefeitura municipal de Paragominas iniciou um processo de drenagem do igarapé, desde a jusante da

ponte situada na rua Carlos Gome até o rio Uraim, conferindo melhorias no aspecto visual e na dinâmica aquática do igarapé através da retirada de resíduos sólidos presentes no corpo hídrico.

4.1.6.4 Região Hidrográfica

O Município de Paragominas localiza-se na Região Hidrográfica da Costa Atlântica – Nordeste que ocupa 10,1% da área do Estado e constitui-se das bacias dos rios Guamá-Moju, Gurupí e das bacias da região do Atlântico. Tem como drenagens principais os rios Guamá, **Capim**, Acará, Mojú, Aiu-Açu, Acará Miri, Camari, Piriá, Gurupi-Miri, Guajará, Rolim, Coaraci-Paraná, Uarim, Caeté, Pirabas, Maracanã, Marapanim, Mojuí e Maguari.

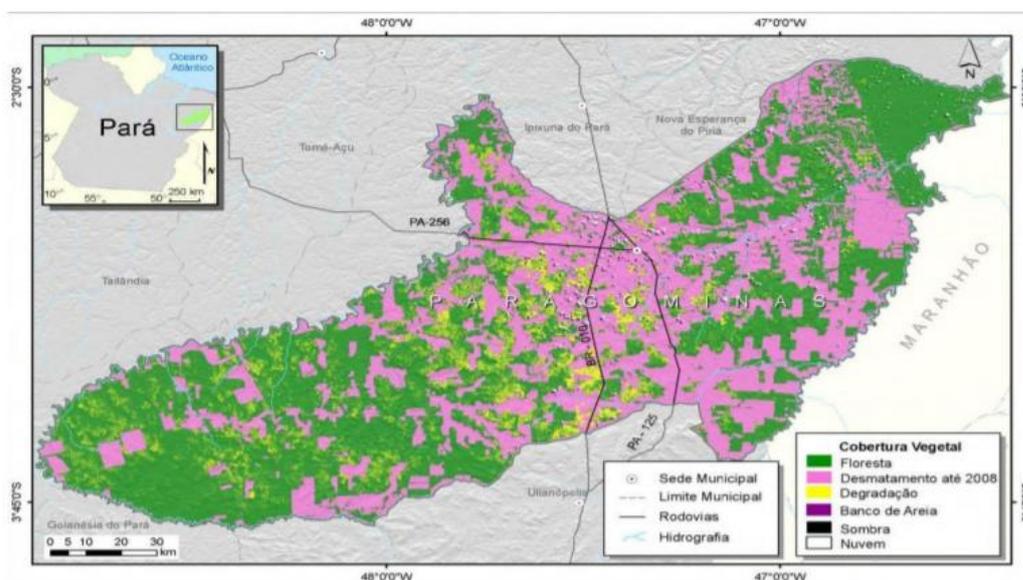
Esta última região engloba como principais municípios: Rondon do Pará, Dom Eliseu, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Jacundá, Goianésia do Pará, Breu Branco, Moju, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena, Viseu, Cachoeira do Piriá, Nova Esperança do Piriá, **Paragominas**, Ulianópolis, Dom Eliseu, Augusto Correa, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Bragança, Quatipuru, Bonito, Capanema, São João de Pirabas, Primavera, Peixe-Boi, Nova Timboteua, Salinópolis, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Igarapé-Açu, Maracanã, Magalhães Barata, São Francisco do Pará, Terra Alta, Marapanim, Castanhal, São João da Ponta, São Caetano de Odivelas, Vigia, Colares, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Curuçá, Santa Bárbara do Pará, Benevides, Ananindeua e Belém. Sendo formada pela:

- Sub-Região Hidrográfica: Guamá – Mojú
- Sub-Região Hidrográfica: Gurupí
- Sub-Região Hidrográfica: Costa Atlântica

4.1.7 Cobertura Vegetal

A vegetação originária do Município era representada pela Floresta Densa da sub região dos Altos Platôs do Pará-Maranhão, pela Floresta Densa de Planície Aluvial e dos Terraços. Entretanto, os constantes desmatamentos, provocados pelo avanço da agropecuária na região, reduziram, drasticamente, as grandes áreas cobertas pela floresta original, dominadas, hoje, por extensas áreas de Mata Secundária (Capoeira nos seus diversos estágios de desenvolvimento).

FIGURA 25 – Cobertura Vegetal.



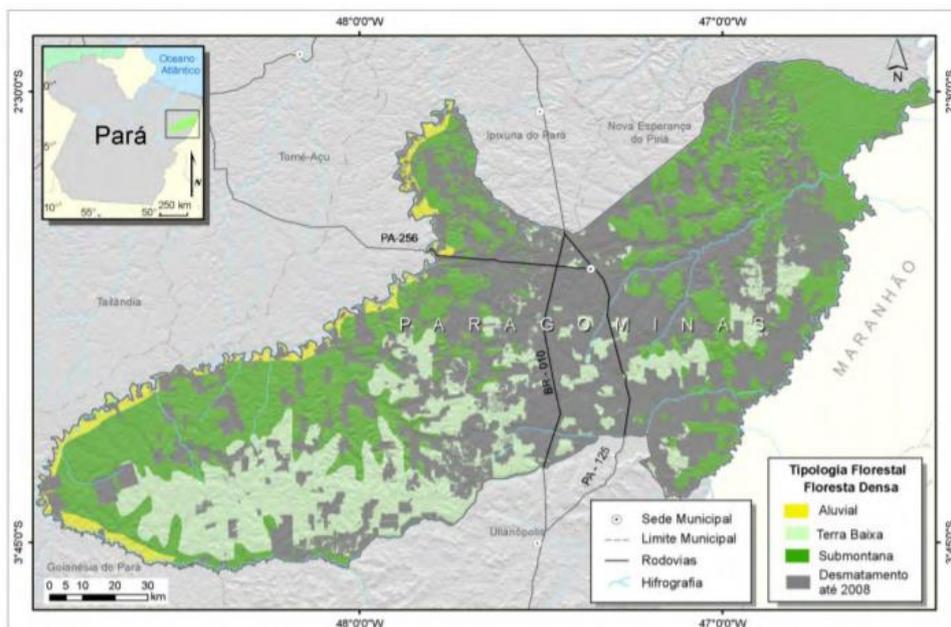
Fonte: Prefeitura de Paragominas.

Originalmente, o município de Paragominas era inteiramente coberto por floresta tropical. Em 2008, 45% de sua área estavam desmatados ou altamente degradados, o equivalente a 874 mil hectares (Inpe/Prodes). O restante (55%) do território está coberto por florestas em diversos estágios de uso e conservação. Em termos de tipologia, essas florestas são agrupadas em três subtipos: floresta densa submontana, que atualmente ocupa 18,4% do município; floresta densa de terra baixa (34% do território); e floresta densa aluvial, distribuída principalmente às margens do rio Capim e do rio Surubiju, cobrindo 2,9% do município (FIGURA 25).

O desmatamento acumulado até 2008 em Paragominas atingiu uma área de 878 878 mil hectares, o que corresponde a 45% da área municipal (Anexo 9). Cerca

de 90% desse desmatamento ocorreu ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, período em que a pecuária e a exploração madeireira tiveram seu apogeu.

FIGURA 26 - Desmatamento e floresta remanescente, por subtipo florestal, em Paragominas, Pará.



Fonte: Inpe/Prodes e IBGE.

TABELA 12 - Desmatamento e floresta remanescente, por subtipo florestal, em Paragominas, Pará.

	Área (ha)	%
Desmatamento acumulado até 2008	874.171	45,2
Tipos florestais		
Floresta Densa Aluvial	57.623	3,0
Floresta Densa Terra Baixa	646.018	33,4
Floresta Densa Submontana	355.277	18,4
Total	1.933.089	100,00

Fonte: Inpe/Prodes e IBGE.

Os resultados da análise feita pelo Imazon com a série histórica de desmatamento mostram uma área desmatada de 748 mil hectares (Figura 15). Essa é uma área menor do que a estimada pelo Prodes para Paragominas. Essa diferença ocorre porque o Inpe inclui em sua classificação de áreas desmatadas

algumas florestas que foram intensivamente degradadas pela exploração madeireira e/ou queimadas, embora não tenham sofrido corte raso.

O Imazon estimou que as florestas degradadas ocupavam 130 mil hectares em 2008. Se somarmos as áreas desmatadas detectadas pelo Imazon (748 mil hectares) com as áreas de florestas degradadas (130 mil hectares), o resultado é 878 mil hectares, similar ao desmatamento acumulado estimado pelo Inpe.

4.1.7.1 Reflorestamento

O reflorestamento no município de Paragominas é recente e está em fase de expansão, a atividade surgiu como alternativa para recomposição de reserva legal em algumas propriedades e como alternativa para a recomposição de reserva legal em algumas propriedades e como mais uma atividade econômica de base florestal indicada para áreas totalmente abertas. Além de algumas iniciativas individuais, também existem no município grandes áreas e projetos de reflorestamento, por exemplo:

Grupo Concrem, detentor das marcas Florapac, Expama e Rio, que se estabeleceu na região há mais de 20 anos e possui 26 mil hectares de reflorestamento de paricá dentro de Paragominas, os quais totalizam mais de 16 milhões de árvores.

Projeto Vale Florestar, da Campanha Vale, que já reflorestou 6.300 hectares em Paragominas e pretende usar, no máximo, metade da área para produção de madeira e destinar o restante para reabilitação da floresta nativa; estimamos que cerca de 2,7 milhões de árvores já tenham sido plantadas.

Paragaflo (Paragominas Reflorestadores Associados) é uma associação de reflorestadores formada em 2002, inicialmente composta por cerca de 30 produtores madeireiros filiados ao Sindiserpa. A área da associação é de aproximadamente 600 hectares, abrigando cerca de 160 mil árvores plantadas, com predominância de paricá e eucalipto.

Estima-se que haja atualmente no município de Paragominas pelo menos 40.000 hectares de floresta plantada, somando outras iniciativas individuais a esses

empreendimentos. Segundo a Prefeitura Municipal de Paragominas (2009), já foram plantadas 50 milhões de árvores (IMAZON).

4.1.7.2 Unidades de conservação

As unidades de conservação são áreas instituídas e geridas pelo poder público federal, estadual e municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), são definidas como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. As UC’s podem ser classificadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são aquelas destinadas à preservação da biodiversidade, sendo permitida somente a pesquisa científica e, em alguns casos, o turismo e atividades de educação ambiental, desde que haja prévia autorização do órgão responsável. Não envolve consumo, coleta, extração de produtos madeireiros ou minerais e não é permitida a permanência de populações – tradicionais ou não – em seu interior. O Parque Ambiental de Paragominas se encaixa nessa categoria de Unidade de Conservação.

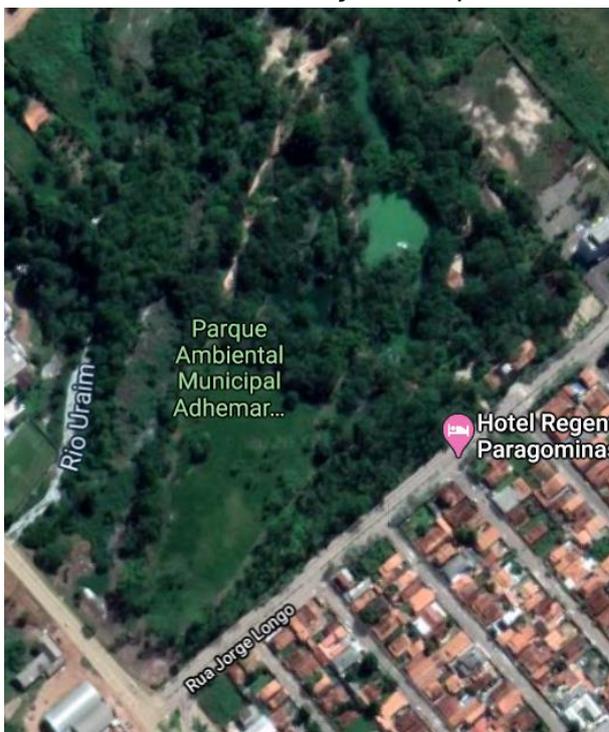
As de Uso Sustentável são aquelas destinadas tanto à conservação da biodiversidade como à extração racional dos recursos naturais. Nessas Unidades são permitidos o turismo, a educação ambiental e a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base no manejo sustentável e de acordo com o plano de manejo da unidade. A área de proteção ambiental do Uraim é um exemplo de Unidade de uso sustentável do município.

Em síntese, a proteção e conservação de áreas são instrumentos eficazes para resguardar a integridade dos ecossistemas, a biodiversidade e os serviços ambientais associadas, tais como a conservação do solo e proteção das bacias hidrográficas, polinização, a reciclagem de nutrientes e o equilíbrio climático, entre outros.

4.1.7.3 Parque Ambiental de Paragominas

O parque ambiental de Paragominas está localizado na rua Jaime Longo, bairro da Promissão I foi criado como consequência da Política Ambiental do município, oferecendo para estudantes, pesquisadores e demais interessados, visitas nos turnos matutino e vespertino, com monitores ambientais para acompanhamento nas várias trilhas existentes. Além disso, o espaço promove a multiplicação das ações aprendidas, como oficinas de reciclagem, desenvolvendo hortas escolas e agindo de maneira consciente com a preservação da natureza.

FIGURA 27 – Localização Parque Ambiental



Fonte: Google Maps.

Com uma área de 13 hectares, o Parque Ambiental Ademar Monteiro destaca-se como uma ferramenta de preservação, sensibilização e educação ambiental em Paragominas e região. Pautado em ações para a comunidade, o planejamento das atividades contempla treinamentos sobre educação ambiental, cursos de capacitação para professores, jogos educativos, oficinas ambientais e eventos comemorativos, como o dia da água, semana de meio ambiente, Dia do Plantio,

dentre outros, atraindo uma infinidade de pessoas que buscam, neste espaço, conhecer e apreender sobre estes temas.

Exibe ainda uma rica fauna regional, podendo ser observada logo em sua entrada, a exuberância das araras e a presença de diversas aves e macacos circulando livremente pelo espaço. No lago da serpente, o visitante se encanta com algumas espécies de peixes, como os pirarucus e relaxa com a paisagem tranquila e arborização do lago.

Contudo, o parque representa uma iniciativa do município em compensar os impactos ocasionados ao meio ambiente local. Com a preservação de uma extensa área, que além de abrigar inúmeras espécies da fauna e flora, ainda promove um espaço de interação da sociedade com o meio ambiente, objetivando promover uma maior conscientização da população em relação à importância de pôr em prática o conceito de sustentabilidade.

4.1.7.4 Áreas de proteção ambiental

A área de proteção ambiental de Paragominas foi constituída pela Lei Municipal nº 598/2006, com base nas Leis Federais nº 6.902/81 e 9985/00, criando a APA do rio Uraim, onde se regulamenta o uso e ocupação do solo às suas margens e o exercício de atividades pelo setor público e privado. Os limites da área de proteção estão definidos conforme a Lei Federal nº 4.771/65, a qual corresponde a sua micro bacia hidrográfica, que compreende desde a nascente, localizada na fazenda Nascente do Uraim até sua foz no rio Gurupi. Com o objetivo de conservação do patrimônio ambiental, representado pelo valor cênico da paisagem, pela conservação da fauna e flora regionais e ainda a proteção do manancial hídrico utilizado para o abastecimento público, envolvendo a região de cabeceira do principal curso d'água do município, além do controle das pressões urbanizadoras e das atividades agrícolas e industriais, compatibilizando as atividades econômicas e sociais com a conservação dos recursos naturais, enfatizando o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, constituem-se diretrizes gerais para efetivação do alcance dos objetivos de criação da APA:

- I. a adoção de medidas que visem garantir a qualidade e quantidade deste recurso hídrico para o futuro da região;
- II. a preservação dos remanescentes de mata nativa, bem como a proteção das faixas de preservação permanente e a recuperação das matas ciliares;
- III. a proteção das várzeas, consideradas de preservação permanente, onde nenhuma interferência poderá ser efetuada sem autorização prévia expedida pelos órgãos competentes.

4.1.7.5 Lago Verde

O lago verde de Paragominas está localizado nas margens da PA 125, onde ocorreu o surgimento da cidade no início dos anos 60. Após décadas de ocupação urbana e deposição de lixo e entulhos que comprometiam o córrego do igarapé Paragominas, a área passou por um intenso processo de revitalização, transformando-se hoje em um dos mais bonitos cartões postais do município e um símbolo de superação e desenvolvimento sustentável aplicado.

Durante um ano foram realizados serviços de drenagem e abertura de áreas, após a remoção de uma grande quantidade de lixo, seguida de outro grande trabalho: a construção da infraestrutura necessária, com o objetivo de transformar um lugar extremamente poluído em uma área que trouxesse dignidade e melhorias sociais à sua população.

A construção do lago foi conduzida por alguns desafios, entre eles o remanejamento de famílias que moravam no entorno e nas margens do lago que sofriam com enchentes ocasionadas pela cheia do igarapé Paragominas. A partir das obras, as famílias foram realocadas em conjuntos residenciais com toda a estrutura adequada para habitação.

Hoje, com uma área de mil metros de extensão, a situação é completamente diferente, o “Green Lake” é um dos locais mais bonitos e procurados por moradores e visitantes que desejam conhecer a cidade. Uma série de obras foi responsável

pelo sucesso do espaço: foram depositados cerca de dez mil peixes nativos, além da construção de um calçadão em torno do lago para que as pessoas pudessem caminhar; realizada a construção de uma academia ao ar livre e um parque infantil à sua margem.

Também foram colocados pedalinhos e uma cascata iluminada feita para dar um toque especial à noite. Todas essas obras com o objetivo comum de promover interação social firmada em um apelo à conscientização e preservação ambiental, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida à população que frequenta o espaço, contribuindo para que Paragominas continue sendo o município mais verde do Pará.

FIGURA 28 – Lago verde de Paragominas.



Fonte: Prefeitura Municipal de Paragominas.

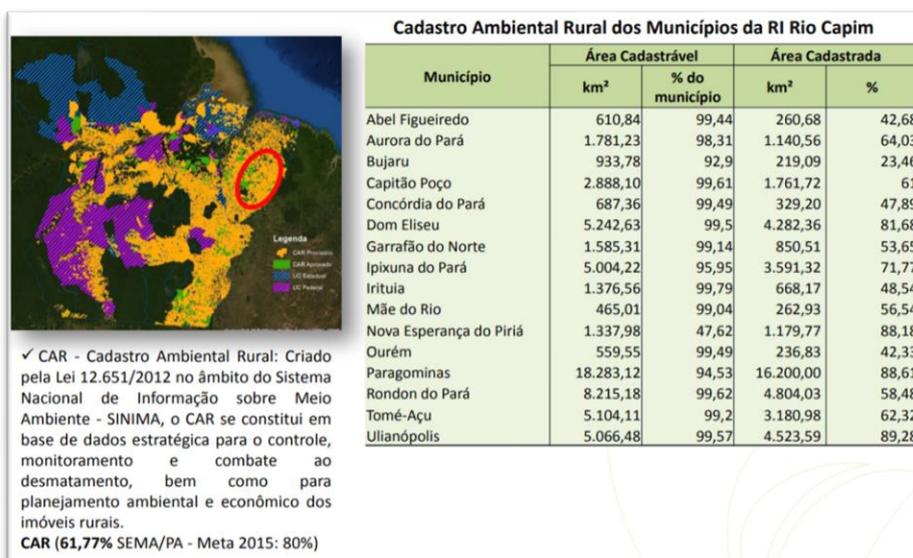
4.1.8. Mecanismos de Controle Ambiental.

O município de Paragominas foi o primeiro, ao lado de Lucas do Rio Verde (MT), a implantar o projeto “Município Verde”, lançado pelo governo federal entre 2007 e 2008, para municípios da Amazônia. O prefeito da cidade Adnan Demachki conseguiu a assinatura de 51 entidades locais para o Pacto pelo Desmatamento Zero, o qual acabou com o desmatamento, implantou a educação ambiental para 30 mil alunos das escolas e regularizou terras do município.

O maior desafio foi gerar riqueza sem desmatar, a partir de fórmulas criativas de utilização das áreas disponíveis e garantir o desenvolvimento local sustentável. Até 2008, a cidade já tinha perdido 43% de sua área de floresta por conta das atividades locais que provocavam o desmatamento.

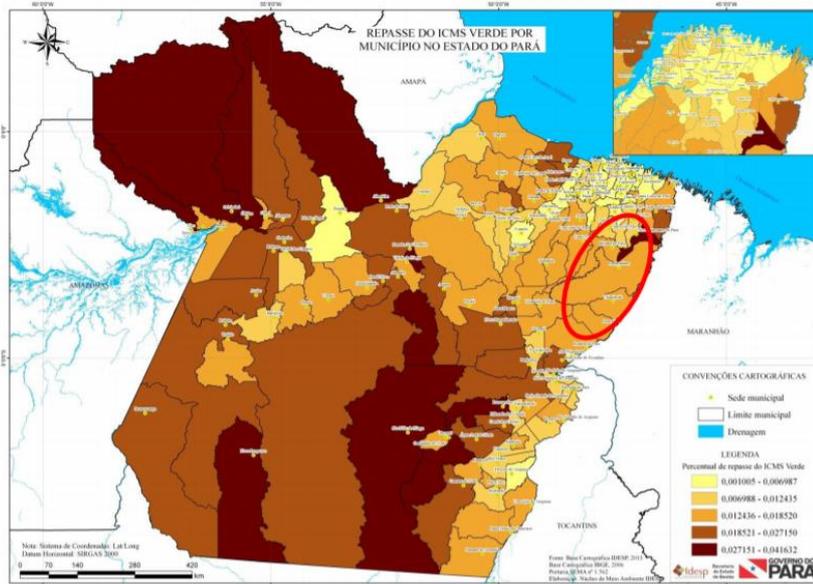
Com apenas dois anos do Projeto Município Verde, Paragominas tornou-se o município que menos desmata na Amazônia, com uma redução, nesse período, de mais de 90%, equivalente a 38 quilômetros quadrados de desmate. E, para compensar o prejuízo do passado, o município já plantou mais de 50 milhões de árvores em áreas de reflorestamento, o que contribuiu para gerar a maior área de floresta certificada com Selo Verde da Amazônia, no Pará. O pioneirismo com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), por sua vez, já atingiu 92% das propriedades rurais da região, trazendo para a luz da legalidade milhares de produtores e facilitando o processo de regularização fundiária, ainda pendente em toda a Amazônia.

FIGURA 29 – Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável.



Fonte: FAPESPA, 2018.

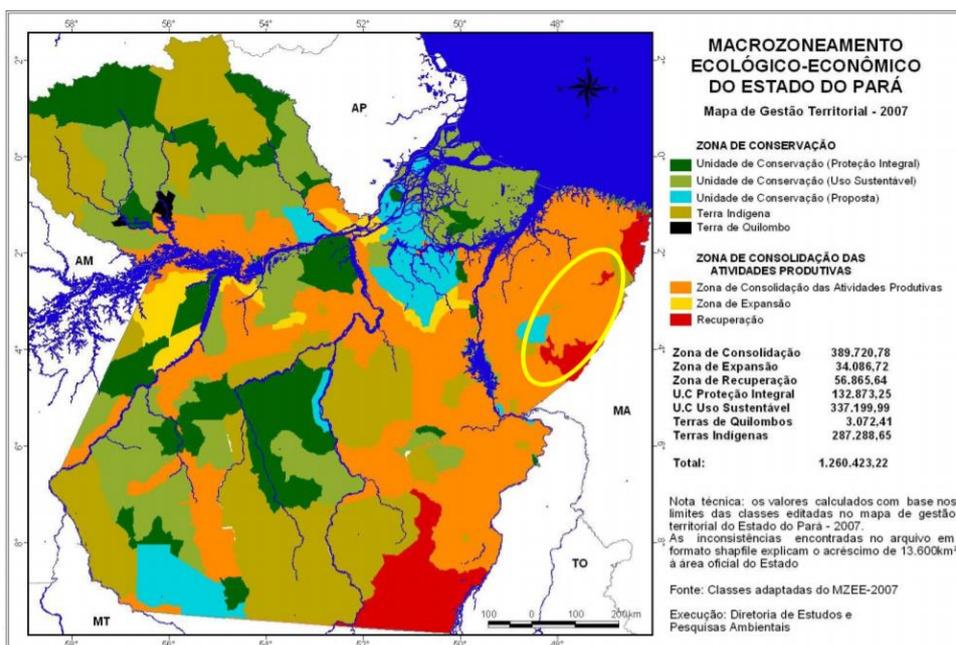
FIGURA 30 – Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável – ICMS VERDE.



✓ **ICMS Verde:** incentivo fiscal aos municípios que possuem no seu território áreas de unidades de conservação, CAR, redução do desmatamento. Portaria [SEMA/PA nº 1.562 de 27/06/2013](#).

Fonte: FAPESPA, 2018.

FIGURA 31 – Instrumentos e ações de Ordenamento do Território e de Gestão Ambiental que garantem o desenvolvimento sustentável.



Fonte: FAPESPA, 2018

Conclui-se que os Mecanismos de comando e controle, são fundamentais, em busca do desenvolvimento de forma sustentável, visto que os mecanismos de gestão utilizados pelos órgãos governamentais que têm como objetivo determinar como determinadas atividades/ações deverão ser realizadas (COMANDO) através de leis, resoluções, procedimentos etc. E, assim, após determinação de como a atividade deverá ser realizada, o órgão realiza fiscalizações e vistorias, de modo a CONTROLAR o andamento e o desempenho das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

4.1.9 Áreas de Risco

O município de Paragominas cresceu muito em dez (10) anos, contudo, após análise realizada, sob os aspectos ambientais, verificou-se a existência de alguns grupos de áreas de risco que vêm desequilibrando a relação ambiente natural e ambiente construído.

É importante que a manutenção de um adequado equilíbrio entre o ambiente natural e o ambiente urbano exista para que se possa garantir um crescimento urbano com qualidade ambiental. Porém, o que se observa é que nascentes de rios existentes na área urbana de Paragominas encontram-se em sérios riscos de serem poluídas por esgoto sanitário, sendo que a maioria ainda protegida por algum tipo de vegetação, mas que num futuro próximo devem ser formalmente protegidas e preservadas, através de instrumentos como instituição de unidades de conservação.

A mesma consideração deve ser tomada também em relação às margens dos Igarapés, pois alguns já não possuem mais mata ciliar ao longo de seu percurso, estando a malha urbana bem próxima a elas.

5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

5.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

Nos últimos anos, o Município de Paragominas não tem medido esforços no sentido de ampliar, dinamizar e qualificar sua economia e, ao mesmo tempo, conservar seu patrimônio natural e aumentar o bem-estar social de sua população. Tal perspectiva de futuro carece da sensibilização dos diversos segmentos da sociedade, bem como investidores que possam ser atraídos para o município.

Neste sentido, considera-se que a dimensão econômica é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, e de acordo com esse conceito, considera-se que municípios em desenvolvimento devem buscar estratégias de formação de um pensamento coletivo sustentável. Além do alcance do cidadão, a gestão municipal também deve promover acordos e políticas em prol de cuidados com o meio ambiente, investindo não só em políticas de remediação, mas de prevenção, o que pode ser feito por meio das novas tecnologias que deverão estar previstas nas propostas de revisão do plano diretor municipal.

5.1.1. Mercado de trabalho

De janeiro a junho de 2015 o saldo de empregos no Pará foi negativo em 11.234 vínculos trabalhistas, resultado proveniente de 176.402 admissões e 187.636 desligamentos (Tabela 13). O desempenho paraense no contexto regional destacou o estado como sendo o segundo de maior saldo negativo na região Norte, que encerrou o primeiro semestre de 2015 com retração de 40.371 vínculos.

TABELA 13 - Movimentação do Mercado de Trabalho Celetista do Brasil, Região Norte e Pará, Jan-Jun/2015.

Unidades Geográficas	Admitidos	Desligados	Saldo	Var. (%)
Brasil	9.819.178	10.164.595	-345.417	-0,84
Região Norte	422.851	463.222	-40.371	-2,07
Pará	176.402	187.636	-11.234	-1,39

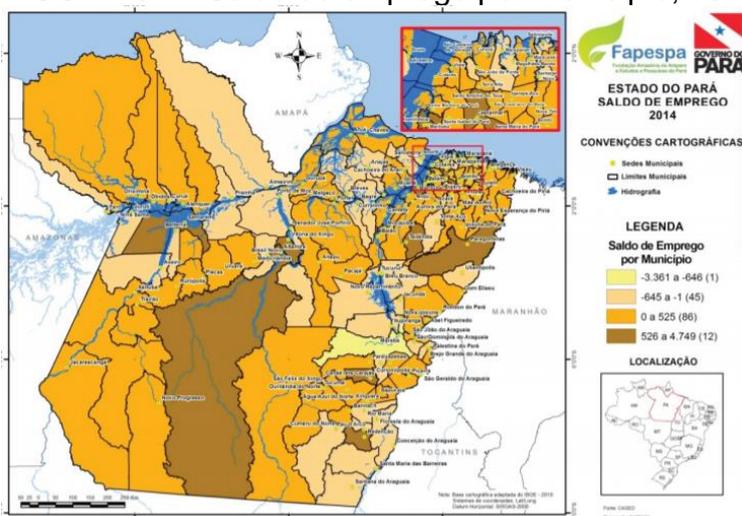
Fonte: CAGED/TEM, 2015

Elaboração: FAPESPA, 2015.

O atual contexto econômico brasileiro de contenção dos gastos públicos, de elevação da inflação, de aumento de impostos e, conseqüentemente, de piora de expectativa dos agentes, entre outros, tem reduzido o nível de consumo, provocando declínio da atividade econômica do país. A isto soma-se ainda o aumento de preços dos insumos como eletricidade e combustível, que associado à expansão do dólar, elevou o custo de produção de muitos empreendimentos privados. Considera-se também o contingenciamento de investimentos em grandes obras, desacelerando seus ritmos ou até levando à paralisação de algumas.

O resultado desse cenário é observado no Mercado de Trabalho formal, que conforme a FAPESPA, em 2014, tem continuamente registrado saldos negativos na maior parte do país.

FIGURA 32 – Saldo de emprego por município, 2014.



Fonte: CAGED/TEM, 2015.

Elaboração: FAPESPA, 2015.

Espacialmente, observa-se que a dinâmica de geração de empregos tem favorecido municípios do interior do estado em várias regiões. Ressalta-se, portanto, que além dos municípios da RMB, como Ananindeua e Marituba, a geração de empregos no estado tem sido puxada por Altamira, Santarém, Tailândia, Redenção e Vitória do Xingu, todos com saldo superior a 500 empregos. Belém ainda responde pela maior movimentação de empregos no estado, no entanto, registrou, em 2014, saldo de 16 vínculos trabalhistas, provenientes de 112.067 admissões e 112.051 desligamentos.

O saldo de empregos da capital paraense só não foi melhor, devido à retração nos vínculos com carteira assinada dos setores da Construção Civil e Comércio, com respectivamente -1.743 e -1.263 empregos formais. Com vários municípios de diferentes Regiões de Integração (RI), contribuindo para o mercado de trabalho no estado, o resultado agrupado pode ser visto no Figura 24, o qual demonstra que, dentre as RIs, seis apresentaram saldo positivo de até 1.000 empregos (Baixo Amazonas, Marajó, **Rio Capim**, Rio Caeté, Tapajós e Araguaia), quatro com saldo entre 1.000 e 6.000 vínculos trabalhistas (Xingu, Tocantins, Metropolitana e Guamá) e, por Tucuruí.

A realidade paraense foi comum a 20 unidades da federação, contribuindo assim para o fechamento de 345.417 vagas de emprego no país nos seis primeiros meses de 2015, uma redução de 0,84% do estoque de empregos nacional.

5.2 DINÂMICA ESTADUAL

Dos oito setores de atividade econômica no Pará, cinco encerraram o primeiro semestre de 2017 com retração no estoque de emprego, sendo a maior delas no setor do Comércio (-4.861 vínculos trabalhistas), ao passo que, no mesmo período de 2016, o desempenho também foi negativo, porém em patamar maior (-5.036 vínculos). As maiores perdas verificadas neste setor referem-se ao Comércio Varejista (-4.743 vínculos).

No tocante ao varejo paraense, em que pese o mesmo ter se mostrado negativo no acumulado do ano, percebe-se que o volume de vendas apresentou

uma recuperação nos últimos dois meses do semestre em estudo, o que permite inferir que os impactos das medidas adotadas no plano macroeconômico, além da queda de juros, foram lentos e em proporções menores ao verificados no plano estadual.

A Construção Civil foi o segundo setor que mais registrou perdas de empregos formais (-3.774 vínculos empregatícios), porém em número menor se comparado ao desempenho dos seis primeiros meses de 2016, o qual contabilizou perda de 6.637 vínculos. As maiores perdas verificadas neste setor referem-se à Construção de Edifícios (-2.021 vínculos) e Obras de Infraestrutura (-1.368 vínculos).

A elevação nos custos com mão de obra e a queda dos investimentos estatais via BNDES e Caixa Econômica Federal, associados à elevação do IPCA de ferragens (3,04%) e de matérias elétricos (4,73%) e ao encerramento de empreendimentos de infraestrutura, como construção de barragens e represas para geração de energia elétrica, justificam as perdas de postos de trabalho na Construção Civil no semestre em exame.

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública foi o setor que registrou o segundo maior saldo positivo, com 195 novos vínculos, sendo a maioria ligada a Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos (228 vínculos) e Captação, Tratamento e Distribuição de Água (25 vínculos).

Da mesma forma, o setor de Serviços encerrou o semestre com saldo positivo, o maior entre os setores, 197 novos postos de trabalho quantificados, tendo nos segmentos Educação (716 vínculos) e Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação (389 vínculos) os maiores saldos. Nota-se que, nesse caso, o desempenho de retração no volume de serviços não refletiu no comportamento da criação de empregos no setor.

No âmbito da Indústria (-1.256), o baixo desempenho do Mercado de Trabalho paraense pelo lado da Extrativa Mineral se justifica pela retração de 182 empregos na atividade de minerais metálicos. Por outro lado, a Indústria de Transformação (-1.083) teve na fabricação de produtos de madeira e de produtos minerais não-metálicos a maiores reduções, -795 e -654 vínculos, respectivamente.

TABELA 14 – Movimentação do Mercado de Trabalho paraense por setor de atividade. 1º Semestre/2017.

SETORES	1º Semestre/2016			1º Semestre/2017		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Pará	140.228	155.397	-15.169	126.954	136.478	-9.524
Extrativa mineral	1.502	1.310	192	1.191	1.364	-173
Indústria de transformação	16.637	18.721	-2.084	14.206	15.289	-1.083
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.068	769	299	1.175	980	195
Construção Civil	26.568	33.205	-6.637	22.284	26.058	-3.774
Comércio	37.517	42.553	-5.036	34.803	39.664	-4.861
Serviços	43.722	44.418	-696	40.412	40.215	197
Administração Pública	67	78	-11	46	78	-32
Agropecuária	13.147	14.343	-1.196	12.837	12.830	7

Fonte: CAGED/TEM, 2017.

Elaboração: FAPESPA, 2017.

5.3 DINÂMICA MUNICIPAL

Apesar do saldo negativo do emprego no Pará nos seis primeiros meses de 2017, o Estado apresentou municípios que registraram geração de emprego, entre eles, Marabá, que se destacou com o maior incremento, sendo 1.058 novos vínculos empregatícios. No contexto nacional, Marabá foi o 71º com saldo positivo dentre os 5.515 municípios registrados pelo CAGED.

Paragominas obteve o segundo melhor desempenho na geração de emprego no Estado, tendo criado 554 novos contratos formais de trabalho, sendo o 201º na colocação nacional. Com o terceiro melhor saldo de emprego, Xinguara se destacou com 291 vínculos adicionais no estoque de trabalhadores com carteira assinada no município.

TABELA 15 – Saldo de emprego paraense de Jan-Jun/2014-2015.

Ordem	Município	Maiores Saldos Positivos	Ordem	Município	Maiores Saldos Negativos
1º	Marabá	1.058	1º	Canaã dos Carajás	-3.859
2º	Paragominas	554	2º	Altamira	-3.378
3º	Xinguara	291	3º	Belém	-806
4º	Cametá	248	4º	Almeirim	-715
5º	Santarém	185	5º	Ananindeua	-647
6º	Dom Eliseu	177	6º	Castanhal	-564
7º	Itaituba	172	7º	Parauapebas	-558
8º	Ulianópolis	168	8º	Tailândia	-409
9º	Vigia	132	9º	São Miguel do Guamá	-265
10º	Trairão	131	10º	Tome-Açú	-260

Fonte: CAGED/TEM, 2015 – **Elaboração:** FAPESPA, 2015.

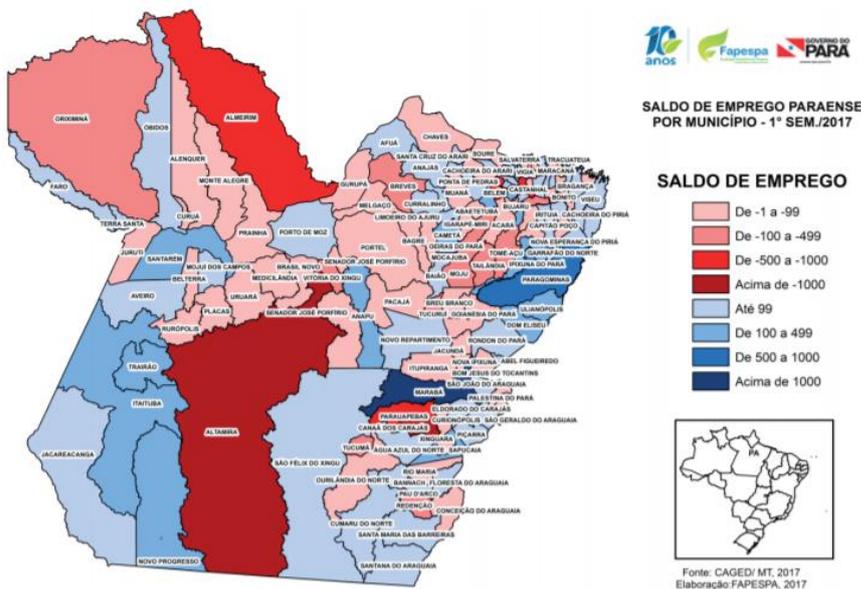
No município de Marabá, o setor da Construção Civil foi o que mais gerou postos de trabalho, com 628 novos trabalhadores empregados. Na sequência, esse mesmo setor foi também o destaque em **Paragominas**, com a geração de 178 novos vínculos empregatícios. Xinguara, por sua vez, obteve na Indústria de Transformação o seu melhor desempenho, com a geração de 263 novos empregos.

No que tange às reduções no saldo do emprego, Canaã dos Carajás foi o município de maior registro negativo (-3.859 vínculos), sendo a maior parcela das perdas atribuída à Construção Civil (-3.246 vínculos). Em seguida, destaca-se Altamira, com 3.378 vínculos extintos, sendo que somente o setor da Construção Civil respondeu por -2.737 empregos formais.

Ao se observar o saldo de empregos nos municípios do Pará, conforme ilustrado, verifica-se que, dos 144 municípios analisados, 67 apresentaram saldos positivos, 74, negativos e três foram nulos.

No grupo de municípios com resultados positivos, 16 obtiveram geração de mais de 100 empregos, sendo que no grupo dos que perderam postos de trabalho, 18 tiveram 100 ou mais vagas de trabalho fechadas. **E quanto a Paragominas?** Precisamos urgente pensar em propostas para o plano diretor que gere mais postos de trabalho.

FIGURA 33 – Saldo de empregos nos municípios do Pará, 1º sem./ 2017.



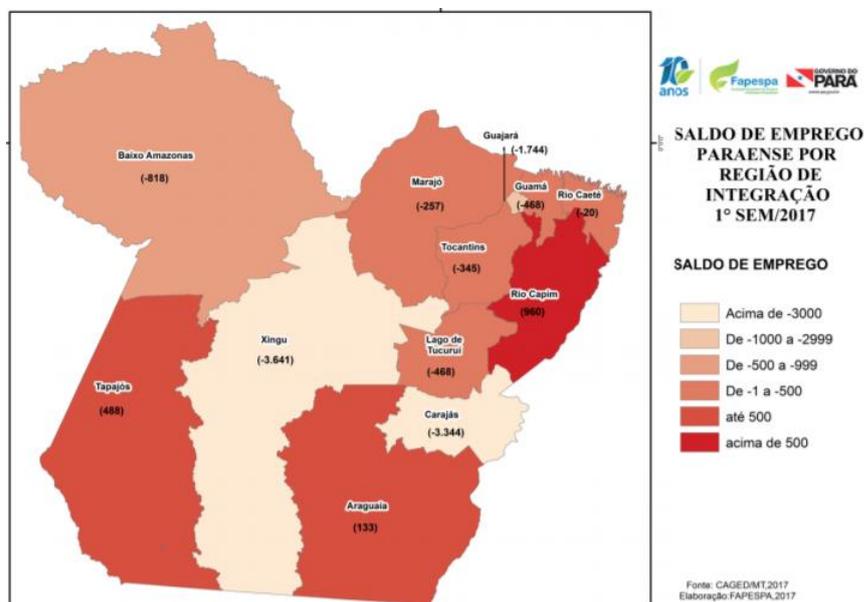
Fonte: CAGED/TEM, 2015.

Elaboração: FAPESPA, 2017.

5.4 DINÂMICA REGIONAL

Analisando o saldo do emprego por Regiões de Integração (RI), nove das 12 regiões apresentaram saldos negativos, sendo as Regiões Integração: **Rio Capim (960 vínculos)**, Tapajós (488 vínculos) e Araguaia (133 vínculos) as únicas a registrar saldo positivo. Contudo, dos dez municípios de maior saldo de emprego no estado, três situam-se nas regiões Tocantins, Baixo Amazonas e Guamá, nas quais o resultado do emprego foi negativo. A RI Xingu registrou o maior resultado negativo, com o fechamento de 3.641 empregos, sendo que tal desempenho esteve ligado ao elevado patamar de desligamentos registrados nos setores de Construção Civil (-2.685 vínculos) e Comércio (-366 vínculos). Com o segundo maior saldo negativo, destaca-se a RI Carajás (-3.334 vínculos), desempenho associado à redução de postos de trabalho na Construção Civil (-2.800 vínculos), Serviços (-370 vínculos) e Indústria de Transformação (-255 vínculos).

FIGURA 34 – Saldo de emprego por Região de Integração Jan – Jun/2017.



Fonte: CAGED/TEM, 2015.

Elaboração: FAPESPA, 2017.

5.4.1. Perfil produtivo

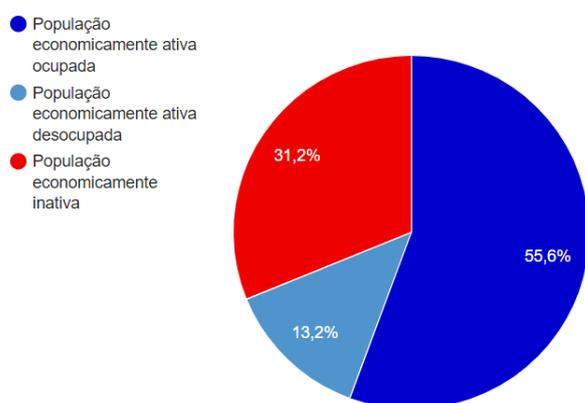
Entende-se que as mudanças ocorridas no perfil do trabalhador formal estão diretamente relacionadas à própria dinâmica do mercado de trabalho, que demarca suas exigências peculiares para cada setor.

Percebe-se que tais alterações no decorrer do tempo contribuí para a melhoria de planejamentos e ações voltadas para o trabalhador. Com esta prerrogativa, este capítulo traz elementos que contribuem para esta reflexão por revelar quais mudanças ocorreram no perfil do trabalhador celetista paraense admitido e desligado entre o primeiro semestre de 2014 e o de 2015, observando a movimentação de entrada e saída desta mão de obra no mercado de trabalho, levando em consideração características quanto à diferença de sexo, faixa etária e escolaridade, sendo ressaltada, para cada variável, a renda média desse trabalhador no mercado de trabalho formal.

Sobre a questão do perfil produtivo municipal, é importante que se entenda que **estudos mais detalhados deveriam ser elaborados pela secretaria responsável**

pelo desenvolvimento municipal, porém o que se tem de informação é que entre a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) é de 55,6% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) sendo de 13,2% em 2010.

GRÁFICO 08 – Trabalho – Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010.



Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

TABELA 16 – Número de Estabelecimento com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 2014-2015.

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015
Extrativa Mineral	3	4
Indústria de Transformação	138	130
Serviços Indust Utilidade Pública	7	7
Construção Civil	82	63
Comércio	579	579
Serviços	371	407
Administração Pública	2	2
Agropecuária, Ext.Veg.,Caça	357	362
Outros / Ignorados	-	-
TOTAL	1.539	1.554

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 17 – Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2014 – 2015.

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015
Extrativa Mineral	1.395	1.470
Indústria de Transformação	2.789	2.815
Serviços Indust Utilidade Pública	251	265
Construção Civil	1.446	735
Comércio	4.054	4.082
Serviços	3.128	3.109
Administração Pública	3.188	3.246
Agropecuária	2.501	2.760
Outros / Ignorados	-	-
TOTAL	18.752	18.482

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 18 – Indicadores de população de 10 anos ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000/2010.

Indicadores	1991	2000	2010
População Residente de 10 anos ou mais	46.457	55.781	76.343
População Economicamente Ativa – PEA	23.913	28.847	42.416
População Ocupada – POC	23.374	25.266	38.063
Taxa de Atividade	51,47	51,71	55,56
Taxa de Desocupação	2,25	12,22	5,70

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 19 – Distribuição da POC por Classes de Rendimento Nominal Mensal de todos os Trabalhos em Salário Mínimo 2000/2010.

Classe de Rendimentos	2000		2010	
	POC	%	POC	%
Total da POC	25.266	-	38.063	-
Até 1	7.292	28,86	17.322	45,51
Mais de 1 a 2	8.355	33,07	11.001	28,90
Mais de 2 a 3	3.133	12,40	3.381	8,88
Mais de 3 a 5	2.608	10,32	2.463	6,47
Mais de 5 a 10	1.736	6,87	1.633	4,29
Mais de 10 a 20	586	2,32	420	1,10
Mais de 20	404	1,60	154	0,40
Sem rendimento ⁽²⁾	1.151	4,56	1.688	4,43

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 20 – Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000/2010.

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000		2010	
	POC	%	POC	%	POC	%
Total POC	-	-	25.266	-	38.063	-
Empregados	17.019	72,81	18.507	73,25	27.808	73,06
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	8.145	44,01	15.631	56,21
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	1.201	6,49	1.684	6,06
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	9.161	49,50	10.494	37,74
Empregadores	1.113	4,76	676	2,68	586	1,54
Conta própria	4.803	20,55	5.044	19,96	8.315	21,85
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	439	1,88	366	1,45	386	1,01
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	673	2,66	968	2,54

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 21 – Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade Ocupadas na Semana de Referência, por seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000/2010

Seção	1991		2000		2010	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca	7.003	29,96	6.168	24,41	7.128	18,73
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	7.941	33,97	5.804	22,97	5.302	13,93
Construção	559	2,39	1.286	5,09	3.383	8,89
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	-	-	4.793	18,97	6.977	18,33
Alojamento e alimentação	-	-	1.149	4,55	1.391	3,65
Transporte, armazenagem e comunicação	444	1,90	993	3,93	1.188	3,12
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	-	507	2,01	275	0,72
Administração pública, defesa e seguridade social	439	1,88	805	3,19	1.357	3,57
Educação	-	-	920	3,64	1.647	4,33
Saúde e serviços sociais	-	-	317	1,25	670	1,76
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	-	-	555	2,20	1.139	2,99
Serviços domésticos	-	-	1.801	7,13	3.082	8,10
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	0	0,00
Atividades mal definidas	-	-	169	0,67	2.975	7,82

Fonte: MTE/RAIS.

Laboração: FAPESPA.

TABELA 22 - Vínculos Empregatícios Total e por Sexo no Emprego Formal – 2017.

Estado/Município	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Pará	1.068.818	628.379	440.439
RI Rio Capim	59.605	36.845	22.760
Abel Figueiredo	605	311	294
Aurora do Pará	1.659	848	811
Bujaru	1.376	647	729
Capitão Poço	2.358	1.342	1.016
Concórdia do Pará	2.883	1.896	987
Dom Eliseu	4.955	3.156	1.799
Garrafão do Norte	1.234	251	983
Ipixuna do Pará	2.276	1.446	830
Irituia	1.138	573	565
Mãe do Rio	2.877	1.460	1.417
Nova Esperança do Pirá	837	357	480
Ourém	520	264	256
Paragominas	19.712	13.231	6.481
Rondon do Pará	4.105	2.622	1.483
Tomé Açu	8.808	5.630	3.178
Ulianópolis	4.262	2.811	1.451

Fonte: MTE- RAIS, 2017.

Elaboração: FAPESPA.

TABELA 23 – Vínculos Empregatícios no Emprego Formal por Grande Setor (IBGE) 2017.

Estado/Município	Total	Grande Setor (IBGE)				
		Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
Pará	1.068.818	107.528	57.880	203.656	648.286	51.468
RI Rio Capim	59.605	10.146	2.633	9.804	27.765	9.257
Abel Figueiredo	605	111	4	66	377	47
Aurora do Pará	1.659	73	3	58	1.320	205
Bujaru	1.376	38	-	124	1.162	52
Capitão Poço	2.358	69	2	529	1.308	450
Concórdia do Pará	2.883	186	2	307	1.263	1.125
Dom Eliseu	4.955	541	107	1.225	2.425	657
Garrafão do Norte	1.234	114	-	79	998	43
Ipixuna do Pará	2.276	279	25	165	1.516	291
Irituia	1.138	119	1	101	801	116
Mãe do Rio	2.877	190	56	660	1.802	169
Nova Esperança do Pirá	837	-	-	115	692	30
Ourém	520	49	-	79	342	50
Paragominas	19.712	4.275	2.286	3.968	6.405	2.778
Rondon do Pará	4.105	991	21	888	1.445	760
Tomé Açu	8.808	1.488	76	948	4.229	2.067
Ulianópolis	4.262	1.623	50	492	1.680	417

Fonte: TEM-RAIS

Elaboração: FAPESPA, 2017.

TABELA 24 – Remuneração Média (R\$) Total e por Sexo do Trabalhador Formal – 2017.

Estado/Município	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Pará	2.508,13	2.522,50	2.487,63
RI Rio Capim	1.805,41	1.674,23	1.958,00
Abel Figueiredo	1.478,59	1.341,94	1.623,14
Aurora do Pará	2.017,58	1.760,29	2.286,61
Bujaru	1.722,98	1.534,23	1.890,50
Capitão Poço	1.383,72	1.404,18	1.356,71
Concórdia do Pará	2.030,26	1.732,03	2.603,15
Dom Eliseu	1.801,48	1.770,91	1.855,11
Garrafão do Norte	1.884,07	1.575,21	1.962,93
Ipixuna do Pará	2.146,77	2.123,35	2.187,56
Irituia	1.686,40	1.452,19	1.923,93
Mãe do Rio	1.774,80	1.621,12	1.933,14
Nova Esperança do Piriá	1.864,44	1.854,82	1.871,60
Ourém	1.713,73	1.578,48	1.853,21
Paragominas	2.232,02	2.265,67	2.163,33
Rondon do Pará	1.880,44	1.590,86	2.392,42
Tomé Açu	1.614,94	1.537,25	1.752,57
Ulianópolis	1.654,37	1.645,18	1.672,16

Fonte: TEM-RAIS

Elaboração: FAPESPA, 2017.

No município, o CADÚNICO assume uma importância significativa para o real conhecimento do perfil socioeconômico das famílias e possibilita através dos critérios específicos a inclusão dos beneficiários aos demais programas sociais e políticas públicas.

As famílias priorizadas para o atendimento e acompanhamento são as que estão cadastradas no CADÚNICO dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, os que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, e os que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC-LOAS, bem como, as famílias que necessitem de inclusão e garantia de acesso aos direitos socioassistenciais.

AÇÕES DO GOVERNO – Renda

Fatores que se mostraram relevantes para promoção de emprego e renda no Estado foram a desburocratização no processo de abertura de empresas, a concessão de crédito, o incentivo fiscal, a orientação técnica ao empresariado local e

a gestão do setor da mineração, sendo elas apenas algumas das linhas de atuação do Governo do Estado com vistas à atração de investimentos para avançar no desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda (SEPLAN, 2018).

Sobretudo em 2017, as ações visando o fortalecimento da imagem do Pará como destino para negócios foi intensificada por meio de ampla divulgação de oportunidades e potencialidades em importantes eventos como a Feira da Indústria (PA), Expoingá (PR), VII Feira do Empreendedorismo de Santarém (PA), Feira Brasil Sabor (PA), Feira Agropecuária de Santarém (PA), Exposibram (MG), FITA (PA) e Pará Negócios (PA), as quais contribuíram para atrair investidores nacionais e internacionais, que passaram a perceber o Pará como importante centro de investimentos e negócios. Tais eventos paraenses são muito importantes para todos os municípios, assim como, para Ulianópolis.

Dentre as iniciativas de atração de investimentos estruturantes de ordem econômica e infraestrutural, destacam-se a mobilização técnica e política em torno da concretização de parcerias públicas privadas (PPP's), que no estado do Pará foram regulamentadas por meio das leis 7.649/2012 e 8.231/2015. Nesse quesito, destaca-se o projeto de implantação do corredor logístico da Ferrovia Paraense S/A, sistema ferroviário que se inicia no porto de Vila do Conde, município de Barcarena, até o município de Santana do Araguaia, com ramais que possibilitarão o escoamento da produção mineral e do agronegócio, tanto no Pará, quanto para os estados do Centro Oeste do Brasil.

Outra importante ação é o esforço na formalização de empresas, mediante a desburocratização de processos e a ampliação dos serviços de registro comercial, com vistas a incrementar o setor para contrabalançar o cenário econômico nacional negativo dos últimos anos (SEPLAN, 2018). Em 2017, o volume de empresas abertas, registrou incremento de 15,72% em relação a 2016, sinal de recuperação econômica emplacado pelo estado através dessas ações estratégicas.

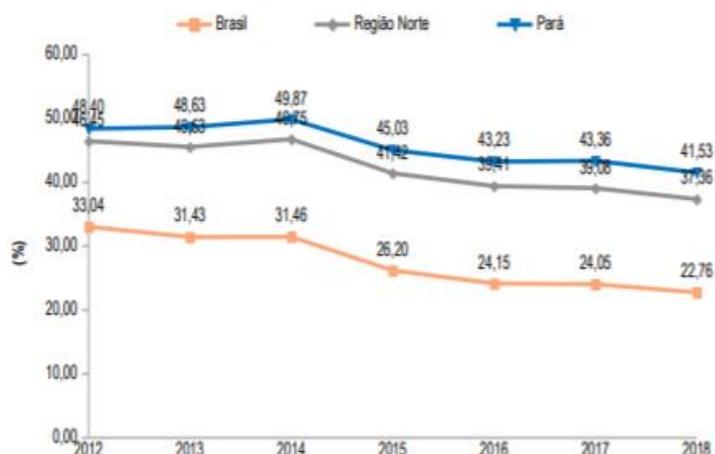
Outra linha de desenvolvimento que deve ser observada nas ações de governo foi a ampliação da rede de atendimento de serviços bancários, destinada especialmente ao fomento da economia local, sobretudo em atenção aos pequenos e médios empreendedores no interior do estado. Em 2017, inaugurou-se sete novas agências do Banco do Estado do Pará (Banpará) nas regiões Araguaia, Carajás,

Marajó, Rio Caeté, **Rio Capim**, e Tapajós, diversificando e ampliando a oferta de produtos e serviços bancários nessas regiões (SEPLAN, 2018). Através do Núcleo de gerenciamento do programa de microcrédito (NGP/CredCidadão), realizou-se maior inclusão social e econômica ao micro empreendedor paraense.

Em 2017, totalizaram-se 3.424 microcréditos destinados a pessoas físicas, organizações sociais e empreendedores de atividades de pequeno e médio portes. Os recursos somaram R\$ 10,4 milhões contemplando 105 municípios. Em 2017, implantou-se o sistema de acompanhamento on-line das empresas que possuem relação com o Estado, o InvestPará.

O sistema acompanha 181 empreendimentos localizados em todos os distritos industriais do estado. Esse complexo abrange investimentos instalados com 19.351 empregos diretos em atividades, e investimentos em fase de instalação, com mais 660 novos empregos. O Sistema Nacional de Emprego (SINE) apresentou postos localizados em 37 municípios e registrou 304.761 atendimentos de trabalhadores para serviço de habilitação ao Seguro Desemprego (73.218 habilitações), intermediação de mão de obra formal (1.555 trabalhadores direcionados ao mercado de trabalho, dos quais 238 eram pessoas com deficiência) e orientação profissional.

GRÁFICO 09 - Proporção de Pessoas no CADÚNICO em Famílias em Situação de Pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza). Brasil, Região Norte e Pará, 2012-2018.



Fonte: CADÚNICO/IBGE/FAPESPA, 2019.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

Com a utilização da base de informações municipais do sistema CadÚnico, calculou-se também o indicador por RI, para o período de 2017 e 2018, como mostra a Tabela 4. Assim como no Estado do Pará, as RIs também apresentaram redução da taxa de pobreza, entre os anos 2017 e 2018. Em ordem decrescente, a variação do indicador se mostrou da seguinte forma: Carajás (-6,82), Lago de Tucuruí (-6,58), Rio Caeté (-4,95), Guajará (-4,90), Guamá (-4,88), Baixo Amazonas (-4,85), **Rio Capim (-4,47)**, Tapajós (- 4,47), Araguaia (-4,46), Tocantins (-2,52), Marajó (-2,07) e Xingu (-1,29).

TABELA 25: Proporção de Pessoas no CADUNICO em Famílias em Situação de Pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza), por RI do Estado do Pará 2017-2018.

Região de Integração	População Estimada		População Pobre		Taxa de Pobreza	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Araguaia	550.946	557.913	165.189	159.824	29,98	28,65
Baixo Amazonas	720.563	735.848	401.156	389.787	55,67	52,97
Carajás	666.702	674.807	211.832	199.792	31,77	29,61
Guajará	2.177.672	2.223.012	598.466	581.004	27,48	26,14
Guamá	674.398	686.511	320.528	310.359	47,53	45,21
Lago de Tucuruí	413.446	419.483	166.023	157.364	40,16	37,51
Marajó	548.634	557.231	380.176	378.158	69,3	67,86
Rio Caeté	509.091	518.866	285.144	276.227	56,01	53,24
Rio Capim	676.201	687.153	318.433	309.110	47,09	44,98
Tapajós	248.590	253.023	102.569	99.734	41,26	39,42
Tocantins	843.050	855.399	489.856	484.513	58,11	56,64
Xingu	370.763	376.839	188.804	189.432	50,92	50,27

Fonte: CADÚNICO/IBGE/FAPESPA, 2019.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

Das 12 (doze) regiões, 5 (cinco) se destacam por terem mais de 50% de sua população abaixo da linha da pobreza, conseqüentemente, possuindo as maiores taxas, que são: Marajó (67,86%), Tocantins (56,64%), Rio Caeté (53,24%), Baixo Amazonas (52,97%) e Xingu (50,27%). A Região do Guajará detém a menor taxa de pobreza com 26,14% de sua população, seguida da região Araguaia com 28,65% e Carajás com 29,61%.

Ressalta-se que o cenário de dificuldade econômica, vem sendo superado gradativamente no País e com reflexos no Estado do Pará, e o aumento na taxa de ocupação, tem levado os trabalhadores a obterem postos de trabalho no setor formal

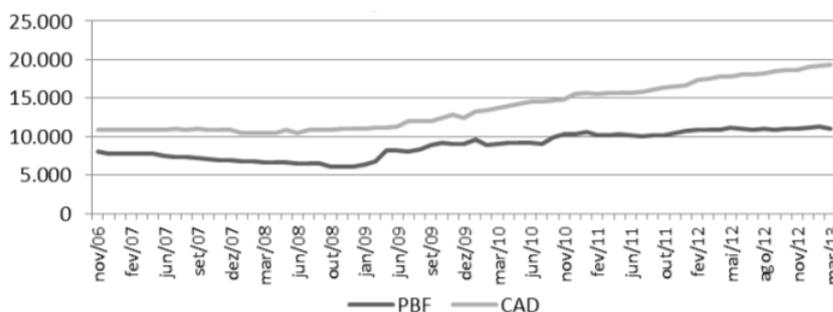
da economia e as alternativas que os levam a desenvolver atividades autônomas e temporárias, nesse caso captadas pelas variáveis empregador e conta própria, tendem a ser somente mais uma alternativa e não mais a única fonte de renda para a família

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 97.819 residentes, dos quais 9.656 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 9,9% da população municipal viviam nessa situação. Do total de extremamente pobres, 3.078 (31,9%) viviam no meio rural e 6.579 (68,1%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, perfil de cada membro da família e características de seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 19.373 famílias registradas no Cadastro Único e 10.990 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (56,73% do total de cadastrados).

GRÁFICO 10 – Evolução da quantidade de registros no Cadastro Único e de beneficiários do Programa Bolsa Família.



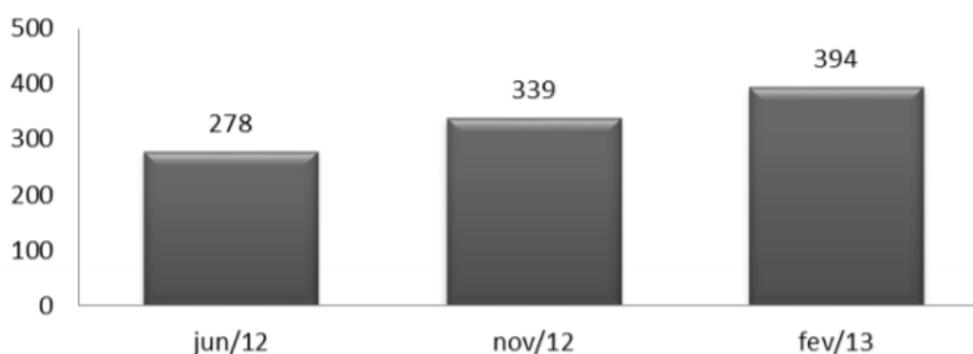
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil

ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI).

Em fevereiro de 2013, o município contava com 1.293 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

GRÁFICO 11 – Total de indivíduos cadastrados simultaneamente no MEI e no Cadastro Único.



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas empresas (SEBRAE); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

GRÁFICO 12 - Distribuição das 5 (cinco) principais atividades dos micro empreendedores individuais (MEI) do município – 2012.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

SERVIÇOS PÚBLICOS

Quanto aos meios de consumo coletivo o município de Paragominas dispõe de energia elétrica, água tratada, telefonia fixa e móvel, internet, emissoras de rádio e televisão e, fácil acesso à capital e demais regiões do Estado. Os acessos aos municípios estão disponíveis em rodovias e hidrovias. Quanto ao saneamento básico, a rede pública de abastecimento de água tratada cobre apenas 31,6% dos domicílios, equivalente a 30,9% da população do município. Predomina o abastecimento por poço ou nascente, com mais de 41% dos domicílios e cerca de 40% da população.

Portanto, a distribuição da população segundo o acesso a serviço de abastecimento de água e zona de residência, estimada a partir do censo de 2000, reflete as condições de vida da população, uma vez que apenas 31% do total da população tem acesso à água potável e a população residente na zona urbana conta com apenas 51,2% desse serviço. A rede de esgotamento sanitário cobre apenas 0,3% da população, assim a maioria dos domicílios (34%) dispõe de fossas rudimentares. Mais de 9% da população da população de Paragominas não possui banheiro e nem sanitário e a coleta de lixo abrange 77,8% da população da zona urbana.

AÇÕES DO GOVERNO – Emprego

Os reflexos das políticas econômica e fiscal adotadas nos últimos anos e a incerteza quanto ao futuro da economia nos anos de 2017 e 2018 influenciaram nas economias dos estados e conseqüentemente a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho.

No Plano Plurianual do Estado o Programa Trabalho, Emprego e Renda utilizaram dois grupos de fontes de recursos para sua viabilização, tendo a do tesouro como a principal, com dotação inicial R\$11,53 milhões, que no decorrer do exercício foi suplementado R\$10,84 milhões, sendo executado R\$19,60 milhões, 88% da dotação atualizada. De acordo com os grupos de fontes, o Programa utilizou recursos do Tesouro o equivalente a 98,5% e Convênio 1,5% referente ao convênio nº 778652/12 - Resíduos Sólidos.

Quanto à execução orçamentária por grupo de despesa, foi realizado R\$3,60 milhões, 18,40% com Outras Despesas Correntes (ODC), que agrega gastos da realização das atividades do Programa e R\$16 milhões (81,6%) referente inversões financeiras. Os Órgãos que executaram o Programa foram: Seaster R\$3,10 milhões, Seplan R\$10,91 mil e Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito (NGPM - CREDCIDADÃO) que executou R\$16,49 milhões. Do total de recursos aplicados, destaque para o NGPM – CREDCIDADÃO responsável por 84,1% da execução orçamentária (SEPLAN, 2018).

Como reflexo de tal Programa o incremento do emprego formal de jovens (18 a 29) demonstrou redução ou aumento no número de jovens que possuem qualquer ocupação trabalhista, manual ou intelectual, com benefícios e carteira e carteira profissional assinada, em relação ao ano anterior.

Em 2018, cinco (05) RIs alcançaram os índices previstos (Marajó, Rio Caeté, **Rio Capim**, Tapajós e Tocantins), Marajó tem pouca contribuição por ser historicamente uma região com baixíssimo potencial de geração de emprego formal, com 56% nos setores da administração pública, defesa e seguridade social (841 novos postos), e da educação (505 novas contratações) na criação de vagas no mercado de trabalho.

Assim, na demais região totalizou um incremento de 20,88%. As regiões como Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá e Xingu apresentaram queda, totalizando um percentual de (38,43%), vale ressaltar que em Araguaia, o incremento do emprego formal entre os jovens cresceu 0,37% em relação ao ano anterior (SEPLAN, 2018).

5.4.2. Potencial turístico

Paragominas é um município com certo **potencial turístico e de Negócios** ainda pouco explorado e de certa forma não valorizado nem mesmo pelas gestões municipais das últimas décadas. Faz-se essa afirmativa diante da própria verbalização dos munícipes no âmbito das leituras comunitárias, mais a frente dissertada, no décimo capítulo. Afirmção feita segundo os depoentes se dá em razão da diversidade ambiental - principalmente das belezas naturais do território como o Rio capim e das fazendas com a utilização de alta tecnologias. Mas esse **potencial** ainda não é explorando em sua totalidade, isso precisa ser mudado urgente de forma que seja visto como mais uma opção de desenvolvimento econômico municipal.

Em um estudo realizado pela FAPESPA - Governo do Pará, a definição dos polos turísticos paraenses ocorreu a partir do zoneamento turístico realizado no território estadual na década de 1990. Em 2009, através da Resolução 001/2009, a PARATUR estabeleceu a adequação dos Polos turísticos às novas regiões turísticas estabelecidas no Decreto Estadual de Nº 1.066, de 19.06.2008.

Atualmente, após algumas atualizações, foram definidos como sendo seis (06): Polo Belém, Polo Amazônia Atlântica, Polo Araguaia-Tocantins, Polo Xingu, Polo Tapajós e Polo Marajó (Figura 34).

FIGURA 35 – Divisão do Pará – Polos Turísticos.



Fonte: FAPESPA, SETUR – PA, 2018.

Essa divisão tem como um dos objetivos melhorar o planejamento das políticas no setor de turismo, já que o Pará possui um vasto território. Dessa forma, as ações de apoio ao desenvolvimento dos Polos buscam contemplar os mais diversos produtos já consolidados, além de alavancar os atrativos como potenciais produtos.

Neste contexto, Paragominas aparece no Polo Amazônia Atlântica constituído dos municípios da Região Guamá, da **Região Rio Capim** e da Região Rio Caeté.

Quanto ao levantamento das belezas naturais, paisagísticas e dos aspectos históricos e culturais existentes em Paragominas, o resultado permite inferir que há potencial turístico e de interesse associado aos atrativos da região. As atividades turísticas estão inseridas na realidade do espaço urbano e rural tendo a paisagem como objeto principal de atração para as diferentes realidades turísticas locais tais como: parques, fazendas e igarapés.

Conforme o inventário turístico realizado pela SETUR (2018), a região possui potencial para desenvolver produtos turísticos capazes de atraírem turistas, bem como prestar serviços de qualidade e proporcionar o bem-estar para a população local e seus visitantes. Desta forma, a contribuição da atividade turística para o

município seria através de um fluxo maior de gastos no comércio, pagamento de impostos, renda e geração de trabalhos.

Ainda segundo a SETUR (2018), são necessárias ações voltadas ao turismo na região, que mostrem à comunidade local e aos proprietários rurais que esta atividade pode se caracterizar como uma alternativa econômica viável, trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais. Para isto, se faz necessário sensibilizar os gestores públicos, empresários turísticos e comunidade local, abordando temas sobre sustentabilidade, planejamento e organização do turismo, com o intuito de mobilizar a sociedade local à participação no processo de desenvolvimento turístico.

No que se refere aos **atrativos turísticos naturais**, destacam-se:

❖ **Hidrografia - Rio Uraim.**

Localizado no Noroeste do município, não possui sinalização turísticas. Contudo em suas proximidades estão: balneários e restaurante, bem como o terminal rodoviário e hotéis.

Como pontos de referência têm-se o Balneário do Calixto e a Colônia do Uraim. Como instalações e equipamentos, apresentam balneários e suas atividades recreativas de banho e pesca, chamam atenção para o local.

Com uma área de 4.9Km² a bacia hidrográfica do Rio Uraim ocupa 21,75% da área total do município de Paragominas e possui vinte e sete rios que deságuam em seu leito e contribuem para formação da vazão média anual de 268.423,35 m³/h. De sua nascente até a sua foz, ele possui 202 km de extensão pelo leito do rio e 131,5 km de extensão em linha reta.

O Rio Uraim banha a sede do município a noroeste e é tributário pela esquerda da malha hidrográfica do Rio Gurupi. Uma grande porção da malha urbana de Paragominas é cortada pelo Rio Uraim, assim a população tem uma relação de maior proximidade e necessidade de uso desse recurso para os mais variados fins. Neste caso, é de extrema importância a realização de um monitoramento, com a finalidade de evitar a deposição de resíduos domésticos e/ou o lançamento de efluentes industriais sem tratamento às suas margens. Nos pontos onde as características originais foram pouco afetadas, encontram-se representantes da

mata ciliar original, tais como: buritizeiros, faveiras, açazeiros, aningas e outros. Nas áreas onde as características originais foram moderadamente alteradas, a vegetação apresenta-se pouco espessa, porém com alguns resquícios de seus representantes naturais (faveiras, açazeiros), ainda portando entre 05 e 15 metros de altura. Nessas áreas já é evidente a introdução de inúmeras espécies exógenas. Resumidamente, o Rio Uraim é essencial para o desenvolvimento dos serviços de saneamento realizados no município, uma vez que viabiliza a captação da água para o abastecimento público, assim como o lançamento dos efluentes domésticos tratados nas estações.

Vale ressaltar que existe uma lei de proteção nº 9.433/1997 e que seu estado geral de conservação é bom, e quanto ao acesso ao atrativo, pode ser acessado via terrestre pela PA-279, no Balneário do Calixto e no Parque Ambiental.

FIGURA 36 - Rio Uraim, na Colônia de Uraim.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN,2016.

❖ Hidrografia – Lagos – Lago Verde

Localizado no Bairro Flamboyant, Avenida Tamandaré (PA 125) não tem sinalização turística. Em suas proximidades estão: restaurantes e lanchonetes. Como pontos de referência está a PA-125.

Em suas instalações e equipamentos, pode-se dizer que possui: pista de caminhada, cascata, academia de ginástica ao ar livre, pedalinhos, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, sorveterias e com pista de caminhada em torno do lago, cascata e corredeiras, academia de ginástica ao ar livre, pedalinhos, espaços de convivência. Sendo, portanto suas principais atividades: passeios e contemplação.

Inaugurado em maio de 2012, o Lago Verde teve seu nome escolhido por votação popular. Localizado na área urbana, no leito do Igarapé Paragominas, que até então sofria com dejetos e despejo inadequado de resíduos sólidos. O projeto recuperou a mata ciliar, tendo sido plantadas variedades de mudas tais como Burití, Açaí, Canaúba, além de palmeiras ornamentais e grama natural. Os bancos são de madeira reaproveitada e uma pequena ponte feita com madeira apreendida de desmatamento ilegal. Às suas margens, encontram-se restaurantes, lanchonetes, sorveterias às suas margens e seu estado geral de conservação, pode ser considerado: Muito Bom.

FIGURA 37 - Cascata encantada – Lago Verde.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 38 – Imagem do Lago Verde.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 39 - Calçamento e paisagismo do Lago Verde.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

❖ **Unidade de Conservação** - Parque Ambiental Municipal Adhemar Monteiro.

Localizado na Rua Jorge Longo, no bairro da Promissão I, não apresenta sinalização turística, porém em suas proximidades, observa-se a presença de Hotéis, restaurantes e lanchonetes. Tendo como pontos de referência o Hotel Regente e a Praça do Anésia.

Enquanto instalações e equipamentos: Pedalinho, brinquedos infantis, trilhas esculturas de animais e lendas como saci, cobra-grande e mapiguari. O parque também abriga o memorial do município verde e uma lanchonete para 30 lugares. Sendo as atividades direcionadas ao lazer.

O Parque possui uma grande área verde com 13 hectares de mata nativa, pássaros e animais silvestres como araras, cutias, quatis, pirarucus. O acesso ao atrativo é terrestre e em via pavimentada. Sendo o estado geral de conservação, muito bom.

FIGURA 40 - Fachada do Parque Ambiental.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 41 - Entrada do Parque Ambiental



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 42 - Lago e pedalinhos do Parque Ambiental.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 43 - Lanchonete do Parque Ambiental.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

No que se refere aos **atrativos turísticos culturais**, destacam-se:

❖ **Arquitetura religiosa - Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus.**

Localizada na Praça Célio Miranda, não possui sinalização turística. Tem em suas proximidades: hotéis, restaurantes, lanchonetes, supermercados e lojas. Tendo como pontos de referência a Praça Célio Miranda, a mesma não integra roteiros turísticos e quanto as suas instalações e equipamentos, a mesma possui: bancos, equipamentos de som, centrais de ar. Enquanto atividades, o Culto é a principal.

A igreja foi construída, inicialmente em 1962 e posteriormente substituída por alvenaria. A atual edificação apresenta estilo moderno, com linhas retangulares e uma estrutura piramidal encimada por uma cruz latina, marcando a fachada. O Pórtico em formato ogival é encimado por um relógio, Possui nave ampla e naves laterais. A parte posterior do Altar é ornamentada com um cristo crucificado de cerca de 3 metros de altura. Ladeando o altar identifica-se uma imagem de Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora com o Menino Jesus. Em uma das naves laterais pode ser encontrada uma imagem de cerca de 1,20m do Sagrado Coração de Jesus. O acesso ao atrativo é terrestre, em via pavimentada e o estado geral de conservação é muito bom.

FIGURA 43 - Fachada da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 45 - Nave central e altar da Igreja do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

❖ Espaço Cultural Glaucia Lygia Rabello Leal.

Localizado a Av. Presidente Vargas, s/nº, sem sinalização turística. Próximo de hotéis, restaurantes, lanchonetes, supermercados e lojas. Tendo como pontos de referência a PA -125. Em suas instalações e equipamentos, o espaço cultural possui salas de música, salas de dança, teatro e biblioteca. Tendo como principais atividades, portanto, o Lazer e cultura.

O espaço cultural abriga inúmeros projetos voltados para a música, a dança e o teatro. Abriga os ensaios e instrumentos da orquestra de música e escola de dança. No prédio anexo encontra-se o Teatro Reinaldo Castanheira, onde são realizadas diversas atividades artístico-culturais, como apresentações de peças teatrais, danças, recitais e exibição de filmes. Além do Teatro, o espaço conta com a Biblioteca Pública Municipal “Welton Marques Gonzaga” - Funcionando no 2º piso do Espaço Cultural, contemplando a comunidade com um acervo de 30 mil obras.

O acesso ao atrativo é terrestre, em via pavimentada, e o estado geral de conservação é muito bom.

❖ Memorial do Município Verde

Localizado a Avenida Jaime Longo, s/nº, bairro Promissão III - Parque Ambiental, o memorial foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2013, tendo como finalidade resgatar a memória das transformações ocorridas na cidade em relação a proteção ambiental.

Edificado em madeira de apreensão, nele, estão registrados, por meio de fotografias e telas, as diversas fases vividas pelo projeto município verdes, o qual o acesso ao atrativo é terrestre, em via pavimentada e o estado geral de conservação é muito bom.

FIGURA 46 - Entrada do Memorial do Município Verde.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

FIGURA 47 - Salão de Exposição do Memorial do Município Verde.



Fonte: Acervo DPOT/CEPI/GEIN, 2016.

No que se refere **às formas de expressão**, destacam-se:

- ❖ **Música** - Orquestra Municipal Daniel Nascimento;
- ❖ **Dança** - Projeto dance e viva; e
- ❖ **Grupos Folclóricos** – Diversos.

No que se refere **aos eventos programados (festas/celebrações)**, destacam-se:

- ✓ Aniversário do Município de Paragominas
- ✓ Arraial Municipal de Paragominas
- ✓ Concurso Intermunicipal de Quadrilhas Juninas
- ✓ Festividade Sagrado Coração de Jesus
- ✓ AGROPEC – Feira Agropecuária de Paragominas
- ✓ Concurso Municipal de Bandas e Fanfarras
- ✓ Concurso Intermunicipal da Canção
- ✓ Círio de Nossa Senhora de Nazaré
- ✓ Natal Encantado
- ✓ Réveillon

Quanto ao turismo rural, a potencialidade se dá pela quantidade de fazendas existentes, porém o segmento não é desenvolvido de forma profissional; as fazendas são particulares e apesar do interesse de alguns proprietários, muitas vezes não estão abertas ao público; a infraestrutura não é adequada para a recepção de turistas. Assim, algumas ações estratégicas devem ser construídas no âmbito da revisão do plano diretor, para que ocorra essa valorização.

Os turistas que se deslocam ao município, em geral são empresários que vão em razão de negócios, ou pessoas de passagem, já que o município está localizado em rota de trânsito entre os Estados, Pará e Maranhão.

No que se refere aos equipamentos e serviços turísticos, foram identificados no município segundo o inventário turístico (2018), 16 meios de hospedagem e que juntos oferecem aproximadamente 605 unidades habitacionais e 1.213 leitos, além de 23 estabelecimentos de alimentos e bebidas que possuem uma capacidade de atendimento em torno de 2.470 pessoas. Contudo, apenas 02 hotéis, 02 transportadoras turísticas, 01 organizadora de eventos e 01 agência de turismo possuíam, ao período do levantamento de campo, o seu Cadastro do Ministério do Turismo. Considerando os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), em dezembro de 2015, o município registrou 687 empregos em atividades características do Turismo.

A respeito dos espaços de lazer, o município conta com 02 clubes sociais e 02 balneários. Por outro lado, o município dispõe de inúmeros sítios e fazendas utilizadas para práticas de lazer, com destaque para a Fazenda Mimosa. Entre os espaços disponíveis para realização de eventos, destacam-se as instalações esportivas, sendo o ginásio municipal com capacidade para 1000 pessoas. Identifica-se, ainda, que não existe uma preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Verifica-se igualmente pouca formalidade na contratação de recursos humanos.

Em relação aos recursos naturais, conforme foi identificada anteriormente uma importante bacia hidrográfica, tendo com principal curso d'água o rio Uraim. Esse rio apresenta pontos de acesso que permitem diversas atividades, como trilhas, pedaladas, cavalgadas, canoagem e banho. Além do Rio Uraim, destaca-se o Lago Verde, criado a partir da urbanização do entorno do Igarapé Paragominas, localizado

na área urbana, apresenta-se como importante espaço de lazer e visitação da cidade. Acrescenta-se a esses atrativos naturais, o Parque Ambiental, também localizado na área urbana, propicia o contato com a natureza e com a fauna amazônica.

No que se refere aos atrativos culturais, o município possui um espaço cultural e teatro para 400 pessoas que propiciam a moradores e visitantes o acesso a uma vasta programação cultural, relacionada a apresentações de dança, música, cinema e teatro, incluindo vários concertos da Orquestra Municipal Daniel Nascimento.

Além desse espaço, é importante citar o memorial do município verde com ponto obrigatório de visitação, localizado no Parque Ambiental, que conta, através de painéis, a trajetória do Projeto “Município Verde”.

Apesar da evidente organização do espaço urbano, o município carece de investimentos na sinalização turística dos principais atrativos e equipamentos de lazer. É fundamental a diversificação dos serviços com integração da informação turística e estímulo ao receptivo turístico que facilitem o acesso ao ambiente rural, viabilizando a produção de um circuito de propriedades rurais que integrem a produção associada local às atividades de lazer e turismo. Apesar de padrão muito bom de serviços de hospedagem, ainda é necessário a integração dos negócios em torno da formalização dos empreendimentos e de criação de uma plataforma comum de compras e comercialização, que permitam diminuir os custos de hospedagem no município e aumentar a inserção dos negócios turísticos no mercado regional e nacional.

Com base na análise do potencial turístico do município, podemos considerar a necessidade de maiores investimento na infraestrutura de lazer e serviços de hospedagem. Outro fator importante é a necessidade de aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão do turismo no município capaz de promover ações em articulação com os produtores rurais e com a política ambiental. Nesse sentido, torna-se recomendável, ações continuadas de sensibilização e mobilização do trade local e da sociedade civil para a importância do turismo, assim como é importante desenvolver projetos de pesquisa, informação, sinalização e acessibilidade aos principais atrativos do município. Concomitante com essas perspectivas é necessário estabelecer mecanismos de participação com a criação de organismo de

gestão do turismo, um Conselho Municipal de Turismo e a contratação de profissionais especializados e a elaboração de um plano municipal de turismo, além de promover estímulos a formalização, regularização e investimentos em serviços turísticos de receptivo.

Considerando as informações do Inventário Turístico, confirma-se a necessidade de maior investimento no turismo rural, sustentável e de negócios, como mais uma forma de alavancar o desenvolvimento econômico local.

Os aspectos sociais referem-se às formas de uma sociedade, ou seja, como esta se apresenta externamente, ou ainda, focaliza nas coisas relacionadas à sociedade (grupos de pessoas), neste caso, o município de Paragominas.

Neste sentido, os subitens desse capítulo têm o objetivo de dar base às discussões das diversas políticas setoriais expressas no plano diretor de Paragominas. Assim, o conteúdo, além de informativo, tem missão de em alguns momentos serem analíticos e integradores.

6. ASPECTOS SOCIAIS

6.1 HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Compreender basicamente o conceito de habitação é muito importante para qualquer discussão acerca desta importante questão. Neste sentido, para diversos autores, habitação é um espaço fechado e com uma cobertura, onde os seres humanos habitam. E ainda, termos como domicílio, residência, lar e casa podem usar-se como sinônimos de habitação. Contudo, habitação Social, tem sido um termo extremamente utilizado e que está relacionado com a sociedade (uma comunidade de pessoas que têm em comum uma cultura e interesses e que interagem entre elas).

Assim, a ideia de habitação social pode-se usar de diversos modos. Em geral, a expressão refere-se a um imóvel que, de alguma forma, o poder público entrega às pessoas que não têm condições para construir a sua própria habitação digna. Isto significa que o Estado pode construir habitações sociais para os moradores sem condições econômicas, porém, neste contexto, vale ressaltar a questão da regularização fundiária urbana plena. Entendendo “Plena” como a titulação juntamente com a entrega do projeto urbanístico e o projeto social que gere emprego, renda e laços de confiança e vizinhança.

Conceituando a Regularização fundiária, pode-se dizer que é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente sustentável.

6.1.1 Da questão habitacional de Paragominas

A habitação é considerada um bem de custo elevado e acesso seletivo, excluindo assim os grupos sociais menos favorecidos economicamente. Diante

desse ponto de vista, percebe-se a importância que o estado tem na produção, reforma e adaptação para suprir o déficit habitacional.

Realizar uma análise da questão habitacional em face à urbanização e a mercantilização da terra urbana e da habitação é uma responsabilidade importante e fundamental para o desenvolvimento municipal.

Neste sentido, diante da escassez de informações municipais, por estar o setor municipal de habitação em uma secretaria de assistência social sem a capacidade técnica e operacional para gestar a política de habitação de forma mais eficiente e eficaz. Não se abriu mãos de dados levantados pelas esferas estaduais e federais.

A seguir, algumas informações de base, elaboradas pela FAPESPA em 2018, que podem servir para a discussão da necessidade de se combater o déficit habitacional em Paragominas, com base num Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, que deverá ser revisado em até 02 (dois) anos.

TABELA 26 – Habitantes por Domicílios Permanentes 1996/2000/2007/2010.

Ano	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes/Unidades Domiciliares
1996	65.931	14.427	4,57
2000	76.450	16.773	4,56
2007	90.819	24.210	3,75
2010	97.819	24.967	3,92

Fonte: IBGE.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 27 – Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 2000/2010.

Serviços / Bens Duráveis	2000		2010	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Total de Domicílios	16.773		24.945	
Geladeira	11.896	70,92	22.201	89,00
Máquina de lavar roupa	2.146	12,79	6.987	28,01
Aparelho de ar condicionado	1.271	7,58	-	-
Rádio	11.284	67,27	14.369	57,60
Televisão	13.338	79,52	23.410	93,85
Microcomputador	340	2,03	4.633	18,57
Microcomputador com acesso à internet	-	-	2.364	9,48
Automóvel para uso particular	1.732	10,33	3.761	15,08
Telefone fixo	3.110	18,54	2.261	9,06

Fonte: IBGE.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 28 – Domicílios Particulares, por Forma de Abastecimento de Água 1991/2000/2010.

Ano	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
1991	13.228	830	6.445	5.953
2000	16.773	5.720	9.142	1.911
2010	24.967	13.656	9.621	1.690

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 29 – Domicílios Particulares, por existência de Banheiro ou Sanitário e Tipo de Esgotamento Sanitário 1991/2000/2010.

Ano	Total ⁽¹⁾	Existência de Banheiro ou Sanitário				Não Tinham
		Tinham			Total ⁽²⁾	
		Tipo de Esgotamento Sanitário				
Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro				
1991	13.582	10.020	-	3.084	6.936	3.562
2000	16.773	15.205	186	4.439	10.580	1.568
2010	24.967	24.502	508	2.730	21.264	465

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 30 – Domicílios Particulares Permanentes, por Destino do Lixo 1991/2000/2010.

Ano	Total ⁽¹⁾	Destino de Lixo			Outro
		Coletado		Em Caçamba de Serviço de Limpeza	
		Total	Diretamente por Serviço de Limpeza		
1991	13.228	2.663	221	2.442	10.565
2000	16.773	11.990	10.737	1.253	4.783
2010	24.967	21.887	16.718	5.169	3.080

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração do destino do lixo.

TABELA 31 – Domicílios Particulares, por Tipo do Domicílio 1991/2000/2010.

Ano	Total ⁽¹⁾	Tipo de Domicílio				Oca ou Maloca
		Casa	Casa de Vila ou em Condomínio	Apartamento	Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de corpo	
1991	13.228	12.733	-	16	479	-
2000	16.773	16.024	-	31	718	-
2010	24.967	22.437	1.977	206	335	12

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 32 – Domicílios Particulares Permanentes, por Condição de Ocupação do Domicílio 1991/2000/2010.

Ano	Total ⁽¹⁾	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugado	Cedido	Outra
1991	13.228	5.890	1.196	6.097	45
2000	16.773	10.795	1.930	3.902	146
2010	24.967	16.800	5.517	2.618	32

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de tipo do domicílio.

No que se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida, sabe-se que é um Programa do Governo Federal em Parceria com a Prefeitura Municipal de Paragominas, que tem por objetivo reduzir o déficit habitacional, ofertando a habitação Social de forma subsidiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no qual proporciona aquisições de novas Unidades Habitacionais para as famílias de baixa renda que são desprovidas de moradia, de acordo com a Portaria 163 Ministério das Cidades.

Quanto aos **Critérios Nacionais:** Famílias residentes em área de risco ou insalubre ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração de Ente Público; Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar por comprovado por auto declaração; Famílias que façam parte pessoa(as) com deficiência comprovado com a apresentação de laudo médico.

Quanto aos **Critérios Municipais:** Famílias residentes no município há no mínimo 01(um) ano, comprovado com apresentação de comprovante de residência ; Famílias com filho(s) com idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documentação de filiação; Famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento oficial que comprove a data de nascimento.

Segundo informações da secretaria municipal de assistência, atualmente o Município de Paragominas possui mais de 03 (três) mil Unidades Habitacionais contratadas para as famílias, sendo que do ano de 2020 os dados quantitativos são de 07 (sete) empreendimentos, sendo:

QUADRO 18 – Programa Minha Casa Minha Vida.

PROJETO	HABITAÇÕES
Res. M ^a de Lourdes Sobrinho	120
Res. José Alberto Araújo	180
Res. “Olga Moreira”	200
Res. Helena Coutinho	264
Residencial Morada do Sol	969
Residencial Morada dos Ventos	1.100
Residencial Sta Rosa	400

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) – Coordenadoria do programa de habitação a certeza que se tem atualmente é que mesmo considerando o momento delicado que vivenciamos atualmente em nosso País, até o final de 2020, conseguiremos alcançar novas contratações de unidades habitacionais visando eliminar o Déficit Habitacional das famílias no Município de Paragominas.

Ressaltamos ainda que atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) – Coordenadoria do programa de habitação possui um Banco de Dados com pessoas inscritas no Programa Minha Casa Minha Vida, no qual estão condicionados às disponibilidades de empreendimentos pela Instituição da Caixa Econômica Federal.

6.1.2 Da Questão da Regularização Fundiária de Paragominas.

A regularização fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno

desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente urbano sustentável.

Em Paragominas, a Secretaria de Infraestrutura – SEMINFRA, através da superintendência de obras, é atualmente a responsável por responder sobre as questões fundiárias do município. Contudo foi relatado no diagnóstico institucional municipal da secretaria que: a equipe operacional é insuficiente, que falta espaço adequado para acondicionamento de material, que equipamentos de suporte para equipe técnica e operacional estão deficientes, falta equipamentos de campo e softwares específicos. Portanto, o mesmo vem desenvolvendo o Programa de Regularização Fundiária com ações significativas no tocante à regularização de áreas, porém ainda com bastantes dificuldades técnicas e operacionais.

Quanto aos Institutos jurídicos e políticos utilizados no município, pode-se citar:

- DOAÇÃO;
- CDRU – Concessão de Direito Real de Uso; e
- CUEM – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

A política habitacional e de regularização fundiária atualmente implementada no município, está longe de ser um modelo de gestão qualificada em que ocorra um processo que favoreça a construção da cidade formal. Tal modelo deve partir desde a escolha da área a ser regularizada na cidade, passando pelo planejamento da intervenção com a identificação dos serviços públicos necessários, pela fiscalização da intervenção e finalmente pela integração social dos beneficiários à cidade formal.

Contudo, se for elaborado o plano municipal de regularização fundiária urbana plena e neste processo se criar um elemento fundamental para a implementação da política fundiária municipal, tal como um Programa específico e direcionado, pode-se ter então a geração da confiança da população com relação às ações de regularização, apresentando resultados surpreendentes e desenvolvimento municipal nessa área.

6.2 EDUCAÇÃO

A delimitação do cenário da educação em Paragominas é feita a partir dos segmentos educacionais. A metodologia adotada se justifica pela necessidade de caracterizar o contexto educacional, a partir do qual poderão ser elaboradas as políticas educacionais do município, no âmbito de revisão do plano diretor. Sendo consideradas suas incumbências prioritárias, em regime de colaboração entre a secretaria de educação e outras que por transversalidade possam vir a estarem necessariamente envolvidas.

Para tanto, o diagnóstico neste realizado, pauta-se fundamentalmente em informações dos técnicos municipais e pesquisas em órgãos públicos das diversas esferas federativas. Bem como, em questões referentes à educação infantil; ensino fundamental; educação de jovens e adultos, diversidade; inclusão; formação e valorização dos profissionais da educação.

Vale ressaltar que com, essas temáticas se encontram explicitadas em âmbito nacional e estadual, tendo-se como critério norteador para essa definição, a observância de questões diretamente relacionadas ao ambiente municipal.

Com relação aos equipamentos de educação, podemos observar que o município de Paragominas encontra-se com um total de 79 escolas (total de alunos de aproximadamente 23 mil alunos) e anexos municipais e 03 escolas estaduais. A tabela a seguir, nos mostra esta subdivisão pelos bairros existentes. Assim como as outras tabelas seguintes (de 33 a 38) nos mostram em detalhes algumas outras informações que poderão servir de base no momento de debate de propostas.

TABELA 33 – Estabelecimento por Dependência Administrativa e Graus de Ensino – 2000/2015.

Anos/Graus	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000 Pré-Escolar	-	-	19	6	25
Ensino Fundamental	-	-	64	6	70
Ensino Médio	-	1	-	2	3
2001 Pré-Escolar	-	-	18	8	26
Ensino Fundamental	-	-	64	6	70
Ensino Médio	-	1	-	2	3
2002 Pré-Escolar	-	-	18	6	24
Ensino Fundamental	-	-	66	5	71
Ensino Médio	-	1	-	2	3
2003 Pré-Escolar	-	-	22	7	29
Ensino Fundamental	-	-	72	7	79
Ensino Médio	-	1	-	1	2
2004 Pré-Escolar	-	-	49	8	57
Ensino Fundamental	-	-	83	6	89
Ensino Médio	-	1	-	1	2
2005 Pré-Escolar	-	-	59	7	66
Ensino Fundamental	-	-	82	7	89
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2006 Pré-Escolar	-	-	69	7	76
Ensino Fundamental	-	-	85	7	92
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2007 Pré-Escolar	-	-	74	5	79
Ensino Fundamental	-	-	89	6	95
Ensino Médio	-	3	-	3	6
2008 Pré-Escolar	-	-	75	5	80
Ensino Fundamental	-	-	91	6	97
Ensino Médio	-	3	-	3	6
2009 Pré-Escolar	-	-	77	6	83
Ensino Fundamental	-	-	89	7	96
Ensino Médio	-	4	-	3	7
2010 Pré-Escolar	-	-	66	6	72
Ensino Fundamental	-	-	84	8	92
Ensino Médio	-	4	-	4	8
2011 Pré-Escolar	-	-	66	9	75
Ensino Fundamental	-	-	80	8	88
Ensino Médio	-	4	-	4	8
2012 Pré-Escolar	-	-	67	7	74
Ensino Fundamental	-	-	78	7	85
Ensino Médio	-	4	-	3	7
2013 Pré-Escolar	-	-	63	8	71
Ensino Fundamental	-	-	73	9	82
Ensino Médio	-	4	-	5	9
2014 Pré-Escolar	-	-	62	9	71
Ensino Fundamental	-	-	72	10	82
Ensino Médio	-	4	-	5	9
2015 Pré-Escolar	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	-	4	132	9	145
Ensino Médio	-	-	-	14	14

Fonte: MEC/INEP/SEDUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 34 – Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2015.

Anos/Graus	Bibliotecas				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
2000					
Ensino Fundamental	-	-	10	5	15
Ensino Médio	-	1	-	2	3
2001					
Ensino Fundamental	-	-	13	5	18
Ensino Médio	-	2	-	2	4
2002					
Ensino Fundamental	-	-	13	4	17
Ensino Médio	-	2	-	2	4
2003					
Ensino Fundamental	-	-	11	7	18
Ensino Médio	-	2	-	1	3
2004					
Ensino Fundamental	-	-	17	5	22
Ensino Médio	-	1	-	1	2
2005					
Ensino Fundamental	-	-	15	4	19
Ensino Médio	-	2	-	2	4
2006					
Ensino Fundamental	-	-	17	5	22
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2007					
Ensino Fundamental	-	-	22	4	26
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2008					
Ensino Fundamental	-	-	26	4	30
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2009					
Ensino Fundamental	-	-	27	5	32
Ensino Médio	-	3	-	3	6
2010					
Ensino Fundamental	-	-	28	6	34
Ensino Médio	-	3	-	4	7
2011					
Ensino Fundamental	-	-	28	6	34
Ensino Médio	-	3	-	4	7
2012					
Ensino Fundamental	-	-	28	5	33
Ensino Médio	-	4	-	3	7
2013					
Ensino Fundamental	-	-	30	7	37
Ensino Médio	-	4	-	5	9
2014					
Ensino Fundamental	-	-	23	9	32
Ensino Médio	-	4	-	5	9
2015					
Ensino Fundamental					
Ensino Médio					

Fonte: MEC/INEP/SEUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 35 – Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2015.

Anos/Graus	Laboratórios de Informática				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000					
Ensino Fundamental	-	-	1	3	4
Ensino Médio	-	-	-	2	2
2001					
Ensino Fundamental	-	-	1	4	5
Ensino Médio	-	-	-	2	2
2002					
Ensino Fundamental	-	-	2	3	5
Ensino Médio	-	-	-	2	2
2003					
Ensino Fundamental	-	-	2	5	7
Ensino Médio	-	2	-	1	3
2004					
Ensino Fundamental	-	-	15	5	20
Ensino Médio	-	1	-	1	2
2005					
Ensino Fundamental	-	-	4	6	10
Ensino Médio	-	1	-	3	4
2006					
Ensino Fundamental	-	-	5	6	11
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2007					
Ensino Fundamental	-	-	12	6	18
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2008					
Ensino Fundamental	-	-	14	5	19
Ensino Médio	-	2	-	3	5
2009					
Ensino Fundamental	-	-	19	4	23
Ensino Médio	-	3	-	2	5
2010					
Ensino Fundamental	-	-	22	5	27
Ensino Médio	-	3	-	2	5
2011					
Ensino Fundamental	-	-	27	5	32
Ensino Médio	-	3	-	2	5
2012					
Ensino Fundamental	-	4	32	4	40
Ensino Médio	-	3	-	1	4
2013					
Ensino Fundamental	-	-	33	7	40
Ensino Médio	-	3	-	4	7
2014					
Ensino Fundamental	-	-	34	5	39
Ensino Médio	-	3	-	6	9
2015					
Ensino Fundamental					
Ensino Médio					

Fonte: MEC/INEP/SEUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 36 – Matrícula por dependência e Graus de Ensino 2000-2015.

Anos/Graus	Matrícula				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000 Pré-Escolar	-	-	2.806	267	3.073
Ensino Fundamental	-	-	19.099	1.377	20.476
Ensino Médio	-	1.396	-	354	1.750
2001 Pré-Escolar	-	-	2.927	523	3.450
Ensino Fundamental	-	-	18.704	1.376	20.080
Ensino Médio	-	2.101	-	351	2.452
2002 Pré-Escolar	-	-	2.919	360	3.279
Ensino Fundamental	-	-	18.873	1.348	20.221
Ensino Médio	-	2.708	-	363	3.071
2003 Pré-Escolar	-	-	2.487	595	3.082
Ensino Fundamental	-	-	18.686	1.941	20.627
Ensino Médio	-	3.180	-	296	3.476
2004 Pré-Escolar	-	-	2.594	974	3.568
Ensino Fundamental	-	-	18.979	1.482	20.461
Ensino Médio	-	3.084	-	297	3.381
2005 Pré-Escolar	-	-	3.507	435	3.942
Ensino Fundamental	-	-	19.534	1.423	20.957
Ensino Médio	-	3.609	-	468	4.077
2006 Pré-Escolar	-	-	3.370	797	4.167
Ensino Fundamental	-	-	20.599	2.060	22.659
Ensino Médio	-	3.503	-	482	3.985
2007 Pré-Escolar	-	-	4.687	175	4.862
Ensino Fundamental	-	-	21.187	1.310	22.497
Ensino Médio	-	4.540	-	421	4.961
2008 Pré-Escolar	-	-	4.553	205	4.758
Ensino Fundamental	-	-	21.027	1.457	22.484
Ensino Médio	-	2.755	-	352	3.107
2009 Pré-Escolar	-	-	123	15	138
Ensino Fundamental	-	-	553	81	634
Ensino Médio	-	100	-	30	130
2010 Pré-Escolar	-	-	3.121	225	3.346
Ensino Fundamental	-	-	21.635	1.709	23.344
Ensino Médio	-	4.379	-	515	4.894
2011 Pré-Escolar	-	-	3.173	955	4.128
Ensino Fundamental	-	-	21.234	1.770	23.004
Ensino Médio	-	4.181	-	540	4.721
2012 Pré-Escolar	-	-	3.786	265	4.051
Ensino Fundamental	-	-	20.823	1.649	22.472
Ensino Médio	-	4.836	-	368	5.204
2013 Pré-Escolar	-	-	3.864	304	4.168
Ensino Fundamental	-	-	20.387	1.757	22.144
Ensino Médio	-	4.628	-	540	5.168
2014 Pré-Escolar	-	-	3.718	310	4.028
Ensino Fundamental	-	-	19.955	1.721	21.676
Ensino Médio	-	4.592	-	545	5.137
2015 Pré-Escolar	-	-	3.502	330	3.832
Ensino Fundamental	-	-	19.539	1.701	21.240
Ensino Médio	-	4.164	-	562	4.726

Fonte: MEC/INEP/SEUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 37 – Funções por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 2000-2010.

Anos/Graus	Funções Docentes				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
2000 Pré-Escolar	-	-	57	12	69
Ensino Fundamental	-	-	445	69	514
Ensino Médio	-	45	-	16	61
2001 Pré-Escolar	-	-	51	21	72
Ensino Fundamental	-	-	405	72	477
Ensino Médio	-	66	-	23	89
2002 Pré-Escolar	-	-	55	14	69
Ensino Fundamental	-	-	419	82	501
Ensino Médio	-	72	-	22	94
2003 Pré-Escolar	-	-	52	22	74
Ensino Fundamental	-	-	419	86	505
Ensino Médio	-	153	-	11	164
2004 Pré-Escolar	-	-	77	29	106
Ensino Fundamental	-	-	417	71	488
Ensino Médio	-	59	-	10	69
2005 Pré-Escolar	-	-	95	24	199
Ensino Fundamental	-	-	414	78	492
Ensino Médio	-	89	-	28	117
2006 Pré-Escolar	-	-	101	26	127
Ensino Fundamental	-	-	467	83	550
Ensino Médio	-	80	-	32	112
2007 Pré-Escolar	-	-	85	12	97
Ensino Fundamental	-	-	403	61	464
Ensino Médio	-	53	-	30	83
2008 Pré-Escolar	-	-	81	14	95
Ensino Fundamental	-	-	456	75	531
Ensino Médio	-	87	-	32	119
2009 Pré-Escolar	-	-	4.622	248	4.870
Ensino Fundamental	-	-	20.419	1.499	21.918
Ensino Médio	-	3.763	-	342	4.105
2010 Pré-Escolar	---	---	---	---	---
Ensino Fundamental	-	-	564	98	662
Ensino Médio	-	111	-	47	158

Fonte: MEC/INEP/SEUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

TABELA 38 – Taxas de Rendimento Escolar 2014-2015.

Anos	Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Dependência Administrativa				Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privado	Federal	Estadual	Municipal	Privado
2014								
Aprovados	-	-	82,5	99,2	-	57,4	-	98,9
Reprovados	-	-	13,5	0,8	-	14,1	-	1,1
Evadidos	-	-	4,0	-	-	28,5	-	-
2015								
Aprovados	-	-	85,1	99,1	-	60,6	-	99,6
Reprovados	-	-	11,5	0,7	-	14,2	-	0,4
Evadidos	-	-	3,4	0,2	-	25,2	-	-

Fonte: MEC/INEP/SEUC.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN.

Formação de professores e práticas pedagógicas

Tem por objetivo capacitar e valorizar os Profissionais da Educação, mediante a formação continuada. Para isto, conta com a implantação do Programa Território do Saber com a parceria da empresa Hidro e Evoluir; oferta de Cursos de Aperfeiçoamento em Gestão da Educação e Educação Integral para gestores, coordenadores e técnicos da Secretaria de Educação; Curso de formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática para os professores que atuam nas séries iniciais e finais; Oferta de Curso de Pós Graduação em Educação de Jovens e Adultos para os professores, gestores, coordenadores que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos – EJA; Aperfeiçoamento em Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos para professores que atuam no primeiro segmento de AJA e EJA.

Investimento específico na educação municipal

Investimento na Formação na área da Educação Especial, com demandas em: Braille, Deficiência intelectual; Libras e autismo; Oferta de Graduação para os professores da Rede Municipal de Ensino em: Computação e Letras- libras, em parceria com a UFRA; Formação da Educação Infantil e Fundamental , a partir dos Estudos do currículo local com base na BNCC.

Ações previstas no âmbito da infraestrutura física e gestão educacional

Essas ações correspondem à Aquisição e recuperação de mobiliários nas Unidades de Ensino Infantil; Aquisição de recursos de informática acessíveis, notebook, software, mesas redondas, cadeiras e jogos pedagógicos acessíveis para atender 20 salas de recursos multifuncionais das escolas da rede pública Municipal da Zona urbana e rural; Formação para os estagiários/cuidadores, quanto ao atendimento dos estudantes com deficiências, depende deste recurso em sala de aula; Manutenção do Programa de Alimentação Escolar; Projeto Cozinha destaque;

Manutenção do Programa Novo Mais Educação; Manutenção do Programa PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola; Manutenção do PMALFA – Programa Mais Alfabetização; Captação de recursos para Educação, através do PAR- Plano de Ações Articuladas; Implementação do Programa Educação Conectada nas Escolas; Garantir equipamentos e recursos tecnológicos digitais para utilização pedagógica nas Escolas.

6.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, de acordo com o que preconiza o Art. 29, da LDB, é a primeira etapa da educação básica, cuja finalidade consiste em possibilitar o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus múltiplos aspectos, de modo que seja complementada a ação da família e da comunidade.

Considera-se que a Educação Infantil introduzida a partir da vigência da LDB, como primeira etapa da Educação Básica, apresenta um quadro de atendimento ainda incipiente nos sistemas educacionais no Pará.

QUADRO 19 - Total de escolas de educação básica

Total de Escolas de Educação Básica
Total de Escolas 98 escolas

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

No que se refere à Paragominas, pode-se dizer que é necessário fortalecer a rede municipal de ensino, assegurando a universalização e a qualidade da Educação Infantil, com ações voltadas à capacitação permanente dos professores, bem como otimização da gestão dos recursos garantindo eficiência e eficácia, objetivando a diminuição da evasão escolar e a melhoria contínua do desempenho dos alunos.

6.2.1.1 Matrículas disponibilizadas anualmente

O município se encontra um pouco abaixo da média nacional, da Região Norte e do Estado do Pará, o que significa a necessidade de ampliação do atendimento de forma substancial, sendo necessário ainda que o município amplie esse atendimento para o alcance da universalização pleiteada, pelo Plano Nacional de Educação.

QUADRO 20 - Matrículas disponibilizadas na Educação Infantil.

Ano	Creche	Pré-Escola	Total
2018	927	3.580	4.507

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

6.2.1.2 Equipamentos de Educação Infantil

A ampliação do número de creches tenta acompanhar o rápido crescimento populacional do município, contudo como verificaremos nas leituras comunitárias realizadas se faz necessário ampliar ainda mais esse número conforme a demanda observada principalmente na área rural.

6.2.2 Ensino fundamental

O Ensino Fundamental, de acordo com o Art. 32 da LDB, é uma etapa obrigatória da Educação Básica, devendo ser gratuito na escola pública para alunos na faixa etária de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade, tendo como objetivo a formação básica do cidadão.

O Plano Nacional de Educação, com vigência no período de 2014 a 2024, estabelece como uma de suas metas a universalização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, para a população supramencionada, com garantia de que pelo menos

95% dos alunos, concluem essa etapa de ensino, na idade própria. Para tanto, faz-se necessária à efetivação de iniciativas governamentais, referendadas nos indicadores de qualidade, como forma de garantir o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, que assegure o acesso e a permanência com sucesso.

Atualmente, a educação em Paragominas está vivenciando um momento de transição em sua organização, devido às influências dos avanços tecnológicos e econômicos que influenciam no fortalecimento da educação básica. Esse fator vem promovendo mudanças na forma de ensinar e nos objetivos propostos para o Ensino Fundamental.

O fluxo migratório no município é um problema que gera dificuldades no processo educativo. As crianças oriundas de outros lugares geralmente chegam com idade avançada para ingressar no Ensino Fundamental, dificultando a conclusão dessa etapa na idade recomendada, bem como, na maioria das vezes, os alunos não apresentam habilidades mínimas necessárias para ingressar em determinados anos de Ensino Fundamental, comprometendo o planejamento da correção de fluxo.

A perspectiva do município é que, além do amparo legal, as autoridades competentes forneçam meios concretos para o acesso e permanência da criança no Ensino Fundamental de 09 anos, assegurando investimento na infraestrutura, reorganização de materiais didáticos, capacitação dos trabalhadores da educação em metodologias inovadoras e dinâmicas pedagógicas.

6.2.2.1 Matrículas disponibilizadas anualmente

Necessário maior investimento no que diz respeito às estruturas das escolas, ampliação de serviços, como foi dito nas reuniões comunitárias.

QUADRO 21 - Matrículas disponibilizadas no Ensino Fundamental.

1° Ano	2.039 estudantes
2° Ano	2.343 estudantes
3° Ano	2.490 estudantes
4° Ano	2.526 estudantes
5° Ano	2.457 estudantes
6° Ano	2.919 estudantes
7° Ano	2.471 estudantes
8° Ano	1.942 estudantes
9° Ano	1.711 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

6.2.2.2 Equipamentos de Ensino Fundamental

O crescimento do número de alunos do ensino fundamental acompanha o rápido crescimento populacional do município, contudo, como verificaremos nas leituras comunitárias realizadas, se faz necessário se ampliar ainda mais esse número conforme a demanda observada principalmente na área rural. Além disso, é necessário maior investimento na estrutura técnica, operacional e financeira.

6.2.3 Ensino Médio

O ensino médio é a última etapa da educação básica brasileira. Com duração total de três anos, ele tem como principal objetivo aprimorar os conhecimentos obtidos pelos estudantes no ensino fundamental, tendo foco na preparação para o mercado de trabalho e o ensino superior. Os alunos do ensino médio são adolescentes que têm entre 15 e 17 anos, que já podem tomar suas próprias decisões quando o assunto é estudar: escolher ir para a faculdade ou não, investir em curso técnico ou não e focar mais a sua atenção em uma disciplina ou outra.

6.2.3.1 Matrículas disponibilizadas

O município precisa de ampliação do atendimento de forma substancial, sendo necessário ainda que o município amplie esse atendimento para o alcance da universalização pleiteada, pelo Plano Nacional de Educação. A leitura comunitária apresentou essa carência, pois os jovens, da zona rural, precisam se deslocar para a cidade para poder ter acesso ao ensino médio.

QUADRO 22 - Matrículas no Ensino Médio

1º Ano	1.748 estudantes
2º Ano	1.466 estudantes
3º Ano	1.443 estudantes

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

6.2.4 Educação Especial

A Educação Especial, de acordo com o que estabelece o Art. 58 da Lei 9394/96, é uma modalidade da educação escolar, destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e deverá ser ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino. Portanto, o atendimento a esta modalidade é direito de todos e um dever do Estado, devendo sua oferta ser garantida a partir de 0 (zero) ano de idade, na etapa da Educação Infantil.

Em conformidade com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva-MEC/2008, a qual conceitua a Educação Especial e define como público os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o Decreto N°6571/2008, que dispõe sobre atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular para os alunos da educação especial.

6.2.4.1 Matrículas disponibilizadas

No que diz respeito às matrículas, o quadro a seguir demonstra o total de alunos na educação especial.

QUADRO 23: Matrícula na Educação especial.

Matrículas educação especial	721 estudantes
------------------------------	----------------

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

QUADRO 24: Número de Escolas com serviços de acessibilidade

Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	27% (26 escolas)
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	49% (48 escolas)

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

6.2.5 Alfabetização

O termo Alfabetização pode ser entendido num sentido mais amplo, envolvendo a apropriação do sistema de escrita alfabética para que o aluno se torne autônomo nas atividades de leitura e escrita, bem como compreender os princípios que consistem o sistema alfabético e conhecimento sobre as práticas sociais de uma sociedade em que a leitura e a escrita têm um papel decisivo nas diversas atividades desenvolvidas pelas pessoas.

Uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas essenciais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, disfrutar da literatura, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros, de participar do mundo cultural no qual está inserido. Para cada ano de escolaridade, há diferentes expectativas em relação a essas capacidades, que precisam ser consideradas nos momentos de planejamento e de análise do desempenho de alunos e da escola.

6.2.6 Educação Integral

O que caracteriza a Educação Integral é o reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, mas é importante considerar que Educação Integral não é sinônimo de mais tempo na escola, apenas. Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola.

6.2.7 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Conforme preconizam as normas em vigência, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade da Educação Básica, deve ser ofertada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e

Médio na idade própria.

A EJA, no contexto das políticas de garantia de direitos, também aponta para a necessidade de consolidação de uma concepção de modalidade de ensino, que contribua para o reconhecimento dos sujeitos no processo educativo, de modo que possa contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento intelectual e profissional dos jovens e adultos.

Tem como referência os princípios da Educação profissional em nível nacional com base nos princípios constitucionais da Lei Federal nº9.394 em 20 de dezembro de 1996, 3º capítulo no artigo 39 a 42, visando o atendimento de uma clientela numerosa de jovens que precisam ser inseridos no mercado de trabalho, instrumento esse principal para prática da Cidadania. No que se refere aos interesses e competências adquiridas na prática social, é preciso diversificar os programas de Educação Profissional que fortaleçam participação solitária de todos os segmentos sociais.

6.2.7.1 Matrículas disponibilizadas

QUADRO 25- Matrículas no EJA.

Matrículas	2.483 estudantes
------------	------------------

Fonte: Censo Escolar/INEP 2018.

6.2.8 Educação Profissional

Pelas exigências do mercado de trabalho se faz necessário que o município prepare seus jovens para as rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais que valorizam a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas que ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional.

6.2.9 Educação Superior

O Ensino Superior público e gratuito ainda é um desafio a ser superado no município, muito jovens precisam sair do município para continuar seus estudos, gerando despesas que poderiam ser investidas no crescimento do município. Existem faculdades particulares, porém ainda inacessível para muitos.

6.2.10 Titulação de professores da Educação Superior

A iniciativa do Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor, reacendeu a discussão sobre a importância da pós-graduação para que um docente lecionasse no Ensino Superior.

Um dos passos mais importantes para garantir um Ensino Superior de qualidade é ter um bom quadro de profissionais ministrando aula. Aumentar a quantidade de mestres e doutores nas universidades e faculdades brasileiras, inclusive no setor privado, é um desafio para garantir o melhor aprendizado aos alunos.

A preparação para a docência no Ensino Superior como algo necessário porque estabelece critérios de avaliação docente, produtividade acadêmica, a tentativa de promover a valorização da atividade docente e do ensino de graduação, e conseqüentemente da formação pedagógica do professor universitário.

O incentivo ao aprimoramento da Titulação do professor deve ser entendida e tratada na universidade, superando a crença de que para ser um bom professor basta conhecer profundamente e conseguir transmitir com clareza determinado conteúdo.

6.2.11 Pós-graduação

Pela dinâmica da sociedade marcada pelas mudanças tecnológicas e do comportamento humano se faz necessário um profissional cada vez mais preparado em lidar e atender essas dinâmicas. O professor já percebe nos dias de hoje a

necessidade de sempre estar estudando e aprimorando suas técnicas de pesquisa. Até os interiores do Brasil, onde a informação era de difícil acesso, hoje já não é mais e os professores precisam cada vez mais se aprimorar das ferramentas tecnológicas para acompanhar a evolução de conhecimento de seus alunos.

6.2.12 Formação de professores

A formação dos professores auxiliam os profissionais ao aprimoramento de suas competências para atuar com autonomia, para lidar com o imprevisto, contribuindo para a formação de cidadãos que saibam analisar problemas locais e globais, buscando soluções individuais e coletivas que vislumbrem a vivência de formas de organização sociais mais justas, éticas, inclusivas e solidárias.

6.2.13 Formação continuada e pós-graduação de professores

São grandes os desafios enfrentados pelo profissional docente e pela administração, como tempo e investimentos, no entanto, manter-se atualizado e desenvolver práticas pedagógicas eficientes, podem fazer um profissional diferenciado importante para sua profissão e para seus alunos e o município tem conhecimento disso e pretende o apoio dos entes federados para mais essa conquista.

6.2.14 Valorização do professor

A valorização dos trabalhadores em educação é um importante e necessário princípio e implica em locais apropriados para o desenvolvimento do trabalho educacional (prédios e equipamentos pensados para a realidade escolar), incentivando a qualificação profissional, condições dignas de trabalho, saúde e segurança. Esse processo de valorização engloba o bom nível de preparo

profissional, e principalmente uma remuneração que de fato valorize o professor, para assegurar a relação da qualidade do ensino e da afirmação da identidade profissional.

6.2.15 Plano de Carreira

Conforme foi informado pela gestão municipal é necessário revisar e avaliar do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público de Paragominas.

6.2.16 Gestão Democrática

O processo democrático no Brasil tem avançado significativamente, com a construção de representações das categorias, sejam elas: Organizações, Sindicais, Associações, Conselhos, Grêmios, Entidades Governamentais de Fiscalização e Acompanhamento, procurando zelar pelo bom direcionamento do recurso público de forma democrática e transparente, todavia sabemos que ainda precisa melhorar.

Para garantir Educação de qualidade, é preciso investimento. A Educação Básica é mantida principalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O Fundeb é um fundo estadual – cada unidade da federação tem o seu abastecido por uma porcentagem vinculada de uma cesta de impostos.

Apesar do caráter redistributivo, o Fundeb não é capaz de reduzir as desigualdades regionais. A meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE) visa ampliar o investimento na área dos atuais 6,5% para 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

A política pública de educação visa fortalecer a Rede Municipal de Ensino assegurando a universalização e a qualidade da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental, com ações voltadas à capacitação permanente dos professores, bem como otimização da gestão dos recursos garantindo eficiência e eficácia, objetivando a diminuição da evasão escolar e a melhoria contínua do desempenho dos alunos.

QUANTITATIVO 2019

QUADRO 26 - Quantitativo de escolas 2019.

Quantidade de escolas ens. Fund. Zona urbana	34
Quantidade de escolas ens. Fund. Área rural	39
Quantidade de escolas ens. Fund. Área indígena	06

Fonte: SEMEC.

QUADRO 27 - Quantitativo de alunos 2019.

Quantidade de alunos ed. Infantil	3.699
Quantidade de alunos ens. Fundamental	17.467
Quantidade de alunos EJA	1.392

Fonte: SEMEC.

QUADRO 28 - Previsão de manutenção do transporte escolar para assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola.

Quantidade de ônibus e microônibus	24
Lancha escolar	01
Voadeira escolar	05
Veículos locados para transporte escolar	43
Quantidade de alunos atendidos com transporte escolar 2019	5.000
Valor gasto com manutenção do transporte escolar 2020	6 milhões

Fonte: SEMEC.

QUADRO 29 - Ações previstas Reformas e construções.

AÇÕES: CONSTRUÇÃO, REFORMA E APARELHAMENTO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (ZONA URBANA):	
ESCOLAS	SERVIÇOS
EMEF AMILCAR BATISTA	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF ANESIA DA COSTA CHAVES	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF ASSOCIAÇÃO DA PAZ	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF IRMÃ MARIA ANGELICA	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF ROBERTO FERNANDES	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF SONIA TERZELLA	Revitalização e reestruturação elétrica
EMEF MARIA DA SILVA NUNES	Revitalização e reestruturação elétrica CONCLUÍDA
EMEF CASTELO BRANCO	Revitalização e reestruturação elétrica CONCLUÍDA
EMEF GERALDO PEDRO SARMENTO	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF IND. CANINDE	Construção e adequação – alojamento Em andamento.
EMEF IND. N. Sª APARECIDA	Reforma e Ampliação

Fonte: SEMEC.

QUADRO 30 – Ações de construção, reforma e aparelhamento das Escolas de Ensino Fundamental (Área Indígena).

Ações: Construção, reforma e aparelhamento das Escolas de Ensino Fundamental (Área Indígena):	
ESCOLAS	SERVIÇOS
EMEF IND. TEKÓ HÁW	Reforma e Ampliação
EMEF CHAPEUZINHO	Construção e reforma
EMEF MONTE ALEGRE	Construção e reforma
EMEF SANTA LUZIA	Construção e reforma
EMEF LUIZ GUILHERME	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF ARNALDO MANOEL FERNANDES	Reforma e reestruturação
EMEF SALMONOZOR BRASIL	Reforma e reestruturação elétrica
EMEF CINTHIA DE LIRA MOURA	Reforma e reestruturação
EMEF SANTO ANTONIO	Reforma E reestruturação da Quadra PoliEsp.
EMEI FRANCISCO BRASILINO	Construção CONCLUÍDA
EMEF BELARMINA	Reestruturação Elétrica
ESCOLA MORADA DO SOL	PROJETO DE CONSTRUÇÃO

Fonte: SEMEC.

QUADRO 31 – Ações de conclusão e aparelhamento das escolas para inauguração.

Ações: Inauguração da Escola Francisco Brasilino		
Produto: Unidades de Ensino Construída e aparelhada com mobiliários	Unidade de Medida Percentual 100%	Regionalização Urbana

Fonte: SEMEC.

6.3 SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde tem como funções planejar, desenvolver, orientar, coordenar e executar a política de saúde do município de Paragominas, compreendendo tanto o cuidado ambulatorial, urgência e emergência e o hospitalar.

Nesta acepção é de sua responsabilidade também planejar, desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, e as ações da Atenção Primária de Saúde.

Sabendo que a Secretaria Municipal de Saúde de Paragominas, em consonância com o modelo de gestão praticado com eficiência pelo pela Gestão Municipal, procurando por em execução as políticas públicas, que tem por missão primordial garantir o acesso à saúde enquanto direito fundamental do ser humano, e prover políticas de saúde através de ações individuais e coletivas de promoção, prevenção e recuperação da saúde visando à melhoria da qualidade de vida da população, respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo a participação popular.

O Sistema Único de Saúde é uma formulação política e organizacional para a reestruturação dos serviços e ações de saúde. É um sistema novo e em construção e norteia-se pelos seguintes princípios doutrinários: Universalidade, Equidade e Integralidade.

O processo de Municipalização, a partir da NOAS/SUS 01 -2001 permitem a gestão Municipal direcionar suas ações/atividades gerencias para a organização hierarquizada com universalidade da atenção à saúde dos munícipes, com a avaliação qualitativa e quantitativa de desempenho dos programas direcionados à promoção da saúde e desenvolvimento da rede assistencial com resolutividade para o nível de risco a que se expõe o cidadão, com o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, permitindo assim o enfoque de risco como eixo norteador do modelo assistencial.

Partindo desses pressupostos, serão apresentadas, informações para servir de base para alterações no âmbito do processo de revisão e reformulação do Plano Diretor, as quais subsidiarão os grupos de trabalhos e o planejamento paras as

ações governamentais para a próxima década, levando em consideração as especificidades do município.

Na apresentação da estrutura organizacional e funcionamento do Sistema de Saúde por nível de atenção, complexidade e prestação SUS e não SUS, da Rede de Assistência à Saúde no Município de Paragominas. O quadro 17 a seguir, apresenta a rede física prestadora de serviços ao SUS.

QUADRO 32 - Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos.

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
FARMÁCIA	0	0	2	2
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	30	30
HOSPITAL GERAL	0	5	7	12
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	1	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	4	4
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	5	5
CONSULTORIO ISOLADO	0	0	2	2
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	3	3
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	11	11
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	2	2
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	1	1
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	0	0	11	11
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	2	2
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	0	0	1	1
Total	0	5	84	89

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 29/03/2020.

A prestação dos serviços para o SUS se dá através de Contratos com empresa e cooperativas, que prestam serviços através de contratos com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as legislações vigentes.

O Hospital Municipal do Município de Paragominas funciona 24 horas, oferecendo serviços de obstetrícia. E Serviço ambulatorial nas áreas de traumatologia, ginecologia, pediatria, cirurgia geral, neurologia, ortopedia.

As internações clínica reguladas da UPA do próprio Município, via fluxo de regulação/classificação dos profissionais que regulam através núcleo interno de regulação/NIR do Hospital Municipal e os plantonistas da Unidade de Pronto Atendimento-UPA. O Hospital Municipal oferece consultas ambulatoriais especializadas, via sistema SISREG, através do - NIR localizado no próprio Hospital, que tem como função a abertura de agenda medica e agenda cirúrgica eletiva.

Os estabelecimentos SUS e particulares que possuem contratos para a terceirização de trabalhos para o SUS estão devidamente cadastrados e se encontram em processo de atualização contínua num feedback entre o Setor de Controle e Avaliação/SCNES e o Responsável ou gerente/administrador do estabelecimento.

O quadro de servidores da Secretaria de Saúde apresenta 58,90% estatutário; 33,06% emprego público; 7,22% contratos e cargos comissionados e 7,6 %. Bolsistas (Programa Mais Médico para o Brasil).

Os profissionais que prestam serviço em estabelecimentos SUS e profissionais que prestam serviços em estabelecimentos privados que possuem contratos para a terceirização de serviços para o SUS, estão cadastrados e se encontram em processo de atualização contínua.

QUADRO 33 – Gestão de trabalho (perfil dos servidores – nível de escolaridade)

QUANTIDADE DE SERVIDORES				
NÍVEL SUPERIOR				
	TOTAL		165	
NÍVEL MEDIO				
	TOTAL		241	
NÍVEL SUPLEMENTAR				
	TOTAL		394	
	TOTAL GERAL DE:		800	

Fonte: SEMS.

6.3.1 Morbidade Hospitalar

O quadro a seguir apresenta alguns dados relativo as intenções hospitalares nos anos de 2015 a 2019.

QUADRO 34 - Principais causas de internação Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2015	2016	2017	2018	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias.	212	406	413	305	241
II. Neoplasias (tumores).	77	203	201	262	205
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár.	38	31	40	29	26
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	36	61	46	54	42
V. Transtornos mentais e comportamentais.	23	17	15	27	39
VI. Doenças do sistema nervoso.	32	57	37	43	38
VII. Doenças do olho e anexos	2	11	15	11	17
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastoide	5	2	7	4	3
IX. Doenças do aparelho circulatório	258	319	371	325	264
X. Doenças do aparelho respiratório	422	434	490	485	431
XI. Doenças do aparelho digestivo	558	804	859	752	727
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	61	114	129	97	115
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	117	180	201	174	109
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	390	554	631	653	454
XV. Gravidez parto e puerpério	1.749	1.982	1.823	2.084	1.891
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	107	104	118	187	158
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	27	33	17	36	33
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	37	94	97	76	70
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	972	1.109	1.174	1.185	947
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	75	106	170	199	181
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	5.198	6.621	6.854	6.988	5.991

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da consulta: 28/03/2020.

Segundo dados de 2019, as quatro principais causas de internação hospitalar, excluindo às relacionadas à gravidez, parto e puerpério (1.981), em Paragominas (segundo capítulos do CID -10) são respectivamente: 1- XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas (947), 2- XI. Doenças do aparelho digestivo (727), 3- XIV. Doenças do aparelho geniturinário (454), 4- X. Doenças do aparelho respiratório (431), 5 - IX. Doenças do aparelho circulatório (264). Apresentando uma taxa de mortalidade de 2,99. A taxa de internação geral de Paragominas é de 52,95 por 1.000.

Ressaltamos a importância dos indicadores de morbidade no desenvolvimento de ações e estudos socioeconômicos, em uma reflexão da condição de vida, com objetivo de embasar os instrumentos de planejamento, para uma construção de praticas preventiva, visando melhorias na qualidade de vida da população. O que torna de suma importância às notificações dos agravos e doenças, no controle e monitoramento das ações epidemiológicas e sanitárias.

QUADRO 35 – População Residente – Estimativa Populacional – 2000 – 2019.

População Residente - Estimativas para o TCU - Pará		
População estimada por Ano e Microrregião IBGE		
Município: 150550 Paragominas		
Região de Saúde (CIR): 15008 Metropolitana III		
Microrregião IBGE: 15017 Paragominas		
Período: 2000-2019		
ANO	15017 PARAGOMINAS	CRESCIMENTO POPULACIONAL
2000	69.209	-
2001	78.116	8.907 (11,40%)
2002	79.988	1.872 (2,34%)
2003	81.630	2.514 (3,08%)
2004	85.354	3.724 (4,36%)
2005	86.984	1.893 (2,17%)
2006	88.877	1.893 (2,13%)
2007	90.819	1.942 (2,14%)
2008	95.479	4.660 (4,88%)
2009	97.350	4.871 (5%)
2010	97.788	438 (0,45%)
2011	99.460	1.672 (1,68%)
2012	101.046	1.586 (1,57%)
2013	103.775	2.729 (2,63%)
2014	105.417	1.642 (1,57%)
2015	107.010	1.593 (1,49%)
2016	108.547	1.537 (1,41%)
2017	110.026	1.479 (1,34%)
2018	111.764	1.738 (1,55%)
2019	113.145	1.381 (1,22%)

Fonte: DataSUS/Tabnet - IBGE estimativa - Data da consulta: 27/06/2020.

QUADRO 36 - População estimada por sexo e faixa etária - período: 2015.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	5.652	5.442	11.094
5 a 9 anos	5.785	5.666	11.451
10 a 14 anos	6.157	5.798	11.955
15 a 19 anos	5.246	5.301	10.547
20 a 29 anos	10.545	10.526	21.071
30 a 39 anos	8.750	8.648	17.398
40 a 49 anos	5.710	5.638	11.348
50 a 59 anos	3.517	3.176	6.693
60 a 69 anos	1.758	1.598	3.356
70 a 79 anos	622	640	1.262
80 anos e mais	217	202	419
Total	53.959	52.635	106.594

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE

(DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 27/06/2020.

No que se refere aos agravos de notificação compulsória em Paragominas, o relatório epidemiológico dos agravos notificados como município de residência, está ilustrado no quadro 22 a seguir, o qual apresenta as notificações no sistema de informação.

QUADRO 37 - Notificações no sistema de informação por agravos e acidentes por município de residência no período de 2009 a 2019.

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
X29	Acidente por animais peçonhentos	39	43	35	40	45	54	36	14	24	22	63
A37.9	Coqueluche	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
A90	Dengue	49	42	412	231	100	9	3	07	40	10	73
A92.8	Zika virus	0	0	0	0	0	0	0	01	0	10	0
A92.0	Febre chikungunya	0	0	0	0	0	0	0	0	207	73	108
U04	Síndrome respiratória aguda grave	0	0	0	0	0	0	0	6	08	17	1
B57.1	Doença de chagas aguda	1	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
B65.9	Esquistossomose	0	1	1	2	0	0	0	2	4	0	0
A01.0	Febre tifoide	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
B19	Hepatites virais	3	12	14	4	16	2	2	14	6	10	19
T65.9	Intoxicação exógena	6	5	9	6	12	6	10	3	7	5	62
B55.0	Leishmaniose visceral	1	2	1	5	4	1	2	3	1	3	2
B55.1	Leishmaniose tegumentar americana	91	115	121	110	110	112	79	32	66	26	100
A27.9	Leptospirose	1	0	1	2	1	0	1	2	1	0	0
	Malária	11.574	9.106	4.765	3.798	1.747	732	487	316	301	650	438
G03.9	Meningite	6	3	6	11	4	6	8	7	4	5	6
A50.9	Sífilis congênita	4	8	13	10	13	7	4	8	3	9	1
O98.1	Sífilis em gestante	11	6	21	18	21	24	13	3	22	22	11
A50.9	Sífilis congênita	5	8	12	4	12	6	4	8	3	8	17
A53.9	Sífilis adquiridas	0	0	0	0	3	1	4	7	29	0	68
A35	Tétano acidental	0	0	1	2	1		1	2	0	1	1
Y09	Violência interpessoal	0	1	35	18	11	20	38	40	50	19	95

A16.9	Tuberculose	52	51	38	41	48	37	42	64	85	63	62
B24	Aids	12	49	30	18	19	43	44	45	34	27	62
Z24	Hiv em gestante	0	2	2	3	12	9	4	1	3	2	12
B01.9	Varicela	2	1	11	66	24	0	2	4	10	16	8
B58	Toxoplasmose	0	0	0	0	0	0	0	0	01	03	11
A30.9	Hanseníase	12 8	11 3	12 1	106	90	89	100	76	74	59	66
W64	Atendimento anti-rábico	61 3	513	55 1	620	531	614	656	375	387	360	375
B09	Doenças exantemáticas	0	0	1	1	1	0	0	0	0	2	1
P35.0	Síndrome da rubéola congênita	1	0	0	0	0	0	0	6	8	17	0
Y96	Acidente grave	0	2	0	0	0	0	0	25	27	12	13
Z20.9	Acidente de trabalho com exposição a material biológico	1	0	9	14	11	9	14	37	39	21	24

Fonte: MS/SVS/DCCI - Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) Dados até 30/06/2019; (2) Dados preliminares para os últimos 5 ano <http://indicadoreffilis.aids.gov.br/>

As evoluções de crescimento das notificações das doenças de notificações compulsórias vêm aumentando gradativamente na ultima década, tornando-se necessário para a próxima década o aumento do efetivo do recurso humanos da Coordenação de Vigilância em Saúde, bem como reestruturação dos processos de trabalho, bem como, dos espaços físicos que atualmente abrigam esta coordenação.

Quanto ao número de nascidos vivos no período de 2009 – 2019 observa-se uma razoável diminuição no número de nascidos vivos conforme o quadro 23.

QUADRO 38 - Número de Nascidos Vivos por Residência da Mãe.

Unidade Federação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Paragominas	2.189	2.096	2.246	2.093	2.003	2.069	2.033	2.001	1.977	2.148	2060

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Quanto aos óbitos infantis - Pará o quadro 24 exalta a faixa etária 1.

QUADRO 39 - Óbitos p/Residência por Faixa etária 1 e Ano do Óbito – Paragominas – 2009 – 2018.

Faixa etária 1	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
0 a 6 dias	21	26	26	24	14	18	20	16	16	15	196
7 a 27 dias	4	5	8	5	5	5	3	3	-	4	42
28 a 364 dias	8	11	10	6	15	13	9	3	5	12	92
Total	33	42	44	35	34	36	32	22	21	31	330
Taxa de mortalidade infantil											
Taxa de mortalidade neonatal tardia											
Taxa de mortalidade pós-natal											
Razão de Mortalidade Materna											
Taxa de mortalidade por tuberculose											

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

QUADRO 40 - Número de óbitos maternos de 2009 a 2019.

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
01	00	00	00	00	00	01	00	06	01	02

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/mat10pa.def>

QUADRO 41 - Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 04 ou mais consultas de pré-natal 2009 a 2019.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Com 04 ou mais consultas	1.693	1.592	1.739	1.669	1.690	1.727	1.725	1.687	1.729	1.881	1.762
Nascidos Vivos	2.189	2.096	2.246	2.093	2.003	2.069	2.033	2.001	1.977	2.148	2060

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvpa.def>

QUADRO 42 - Número de óbitos em mulheres por Câncer de Colo de Útero de 2009 - 2019.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Óbitos	01	03	02	02	02	04	06	05	03	04	04

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/evitb10pa.def>

QUADRO 43 - Número geral de óbitos 2009 – 2019.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Óbitos	333	410	374	414	394	406	424	418	453	475	465

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10pa.def> e Vigilância em Saúde.

As evoluções de crescimento das notificações das doenças de notificações compulsórias vêm aumentando gradativamente na última década, tornando-se necessário para a próxima década o aumento do efetivo do recurso humanos da Coordenação de Vigilância em Saúde, bem como reestruturação dos processos de trabalho, bem como, dos espaços físicos que atualmente abrigam esta coordenação.

Para os próximos dez anos estima-se um crescimento populacional significativo levando em consideração a projeção do IBGE do senso 2010. Tornando-se necessário o melhoramento da rede de atenção especializada municipal, bem como os aparelhos públicos que disponibilizam e os que irão disponibilizar.

6.3.2 Modelo de Atenção em Saúde

A Rede de Atenção à Saúde em Paragominas é pautada na hierarquização de serviços sendo estes estruturados em níveis de complexidade de ações e serviços.

A principal porta de entrada nesta rede é a Atenção Básica a qual é de suma importância para a prevenção e resolutividade dos agravos de saúde. A hierarquização dentro de uma rede de saúde se dá pela atenção primária (básica), atenção secundária (média complexidade) e atenção terciária (alta complexidade).

A atenção primária deve atuar como uma triagem inicial, “filtrando” e resolvendo grande parte das necessidades de saúde dos usuários e também referenciando para os demais níveis de complexidade, com isso se torna a base deste sistema.

A atenção secundária é composta por serviços de nível ambulatorial ao nível hospitalar, que possuem densidade tecnológica entre a atenção primária e a alta complexidade, compreendendo neste nível os serviços de apoio diagnóstico, consultas especializadas, apoio terapêutico e atendimentos de Urgência e Emergência.

Vale ressaltar que o nível de alta complexidade no município é executado pelo Hospital Regional de Paragominas sendo regulado pela Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA) e atende a vários municípios do Estado.

6.3.3 Estrutura do Sistema de Saúde.

Neste tópico, estão elencados a estrutura de saúde do município de Paragominas, com base em dados da secretaria de saúde municipal, porém, conforme análise do discurso das reuniões comunitárias percebe-se que ainda existe uma necessidade clara de ampliação desta infraestrutura.

A rede assistencial cadastrado no CNES referente ao ano de 2019 foram 96 estabelecimentos, com 61,26% com prestação de serviços para o Sistema único de Saúde - SUS, com realização e execução de procedimentos conforme o sistema de regulação e disponibilização contratual. A prestação dos serviços é

ofertada em estabelecimentos próprios e prestadores através de processos de licitação, dentro das normativas do Ministério da Saúde.

Os estabelecimentos SUS e particulares que possuem contratos para a terceirização de trabalhos para o SUS estão devidamente cadastrados e se encontram em processo de atualização contínua num feedback entre o Setor de Controle e Avaliação/SCNES e o Responsável ou gerente/administrador do estabelecimento. A Rede Assistencial de Saúde computa Atenção Básica possui 15 Unidades de Saúde física, com 22 Estratégias de Saúde da Família, sendo 02 ESF na Zona Rural e 20 na Zona Urbana, com 04 postos de Saúde na Zona Rural, 01 CAPS tipo II, 01 NASF, 01 Núcleo de Reabilitação, 01 Central de Regulação dos serviços de saúde, 01 UOM, 01 Central de Abastecimento Farmacêutico, 01 Farmácia Municipal, 01 Secretaria de Saúde, 01 SAMU, 01 Unidade de Pronto Atendimento horas, 01 Hospital Geral, uma rede laboratorial contando com 03 laboratórios físicos.

Deste modo, para os próximos dez anos torna-se necessário o aumento da rede de atenção à saúde como um todo, sendo que a rede de atenção à saúde estimada compreende 20 Unidades de Saúde física, com 40 Estratégias de Saúde da Família, sendo 05 ESF na Zona Rural e 35 na Zona Urbana, com 07 postos de Saúde na Zona Rural, 01 CAPS tipo II, 01 CAPS tipo III, 02 NASF, 01 Núcleo de Reabilitação construído dentro dos padrões do ministério da saúde com capacidade de atendimento dobrada da atual, 01 Central de Regulação dos serviços de saúde, 02 UOM, 01 Central de Abastecimento Farmacêutico, 04 Farmácia Municipal, 01 Secretaria de Saúde, 02 SAMU, 01 Unidade de Pronto Atendimento horas, 01 Hospital Geral, 01 Maternidade, uma rede laboratorial contando com 05 pontos de calotas e um laboratório central.

6.3.3.1 Atenção primária à saúde

O Município de Paragominas estruturou os serviços da seguinte forma: 24 Equipes de Saúde da Família, sendo 22 na área urbana e 02 na área rural, com cobertura de 71% pela ESF. O Atendimento Odontológico é ofertado em 14 Unidades de Saúde e 01 UOM, com cobertura de 51,27% ESB na Atenção Básica.

Os indicadores da Atenção Básica indicam um crescimento da cobertura populacional pela Estratégia de Saúde da família e Estratégia de Saúde Bucal, nos últimos anos de 26%. Observa-se porém que alguns indicadores de cobertura vacinal, não estão satisfatórios, principalmente na fase adulta, assim como, na saúde da mulher houve elevação na cobertura de exames e consulta de pré-natal com quatro (04) ou mais consultas.

Apesar de todo o empenho, ainda há um pequeno percentual de crianças com desnutrição infantil e doenças respiratórias, são originadores de hospitalizações, em crianças menores de 05 anos e idosos. Informamos ainda, que as UBS já estão estruturadas para informatização no alguns entraves na distribuição de rede (acesso a Internet), com trabalho desempenhado no e-SUS e na Farmácia Municipal e Central de Abastecimento o Sistema HORUS.

- Os dados estatísticos demonstram que, devido o crescimento populacional existente segundo o censo demográfico do IBGE (2010), haverá a necessidades de expansão da rede de atenção básica, sendo que em dez anos deverá chegar a 42 Equipes de Saúde da Família, sendo 37 na área urbana e 05 na área rural, com cobertura de 98% pela ESF. O Atendimento Odontológico e ofertado em 24 Unidades de Saúde e 02 UOM, com cobertura de 91,27% ESB na Atenção Básica.
- Com as devidas expansões os demais indicadores de saúde serão alcançados principalmente a imunização, melhorando assim a qualidade de vida da população.

Parâmetros SUS ano 2020 a 2029: Ano base 2019.

REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL

QUADRO 44 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População Geral do município / Necessidade anual de procedimentos.

Nível de atenção	Procedimento	Necessidade	Capacidade Instalada	Cobertura	Oferta	Intersectorialidade na região com os outros municípios/Estados	
						(*) Fluxo de saída	(*) Fluxo de entrada
AB / AAE / AH	Atendimentos Odontológicos	2.38	16	22.400	22.400	-	-
AB	Ações básicas em Odontologia	2	16	18.857	18.857	-	-
AAE	Ações especializadas em Odontologia	0,08	16	0.75	0.75	-	-
AB	Ações coletivas preventivo-educativas	4	16	27.504	27.504	-	-
	Cobertura da primeira consulta odontológica	30%	16	33.943	33.943	-	-
	1ª. consulta odontológica programática	1	16	2.828	2.828	-	-

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

QUADRO 45 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 0 a 14 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

Nível de atenção	Procedimento	Necessidade	Capacidade Instalada	Cobertura	Oferta	Intersectorialidade na região com os outros municípios/Estados	
						(*) Fluxo de saída	(*) Fluxo de entrada
AB	Cobertura para procedimentos curativos individuais atenção básica	17%	16	19.234	19.234	-	-
	Procedimentos curativos individuais da atenção básica	1.5	16	2.404	2.404	-	-
AAE	Cobertura para endodontia	8%	16	9.051	9.051	-	-
	Procedimentos de endodontia	0.1	14	0.075	0.075	-	-

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

QUADRO 46 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 15 a 29 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

Nível de atenção	Procedimento	Necessidade	Capacidade Instalada	Cobertura	Oferta	Intersetorialidade na região com os outros municípios/Estados	
						(*) Fluxo de saída	(*) Fluxo de entrada
AB	Cobertura para procedimentos curativos individuais atenção básica	19%	16	21.497	21.497	-	-
	Procedimentos curativos individuais da atenção básica	2.6	16	4.657	4.657	-	-
AAE	Cobertura para periodontia	10.1	16	11.427	11.427	-	-
	Procedimentos de periodontia	0.10	16	0.095	0.095	-	-
	Cobertura para cirurgia	9.9%	16	11.201	11.201	-	-
	Procedimentos de cirurgia	0.20	16	0.186	0.186	-	-
	Cobertura para endodontia	10%	16	11.314	11.314	-	-
	Procedimentos de endodontia	0.1	16	0.094	0.094	-	-
AB	Cobertura para prótese	13.7%	16	15.500	-	-	-
AAE	Procedimentos de prótese	0.027	14	0.034	-	-	-

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

QUADRO 47 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 30 a 59 anos do município / Necessidade anual de procedimentos.

Nível de atenção	Procedimento	Necessidade	Capacidade Instalada	Cobertura	Oferta	Intersetorialidade na região com os outros municípios/Estados	
						(*) Fluxo de saída	(*) Fluxo de entrada
AB	Cobertura para procedimentos curativos individuais atenção básica	21%	16	23.760	23.760	-	-
	Procedimentos curativos individuais da atenção básica	4.1	16	8.118	8.118	-	-
AAE	Cobertura para periodontia	17.9%	16	20.252	20.252	-	-
	Procedimentos de periodontia	0.12	16	0.20	0.20	-	-
	Cobertura para endodontia	10%	16	11.314	11.314	-	-
	Procedimentos de endodontia	0.11	16	0.103	0.103	-	-
	Cobertura de cirurgia	16.4%	16	18.555	18.555	-	-
	Procedimentos de cirurgia	0.32	16	0.49	0.49	-	-
AB	Cobertura para prótese	68.7%	146	77.730	77.730	-	-
AAE	Procedimentos de prótese	0.13%	16	0.89	0.89	-	-

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

QUADRO 48 - Parâmetros propostos de procedimentos de Saúde Bucal para População de 60 anos e mais do município / Necessidade anual de procedimentos.

Nível de atenção	Procedimento	Necessidade	Capacidade Instalada	Cobertura	Oferta	Intersetorialidade na região com os outros municípios/Estados	
						(*) Fluxo de saída	(*) Fluxo de entrada
AB	Cobertura para procedimentos curativos individuais atenção básica	10%	16	11.314	11.314	-	-
	Procedimentos curativos individuais da atenção básica	1.64	16	1.546	1.546	-	-
AAE	Cobertura para periodontia	3.9%	16	4.412	4.412	-	-
	Procedimentos de periodontia	0.04%	16	0.014	0.014	-	-
	Cobertura de cirurgia	10.7%	16	12.106	12.106	-	-
	Procedimentos de cirurgia	0.23	16	0.232	0.232	-	-
AB	Cobertura para prótese	92.7%	16	-	-	-	-
	Procedimentos de prótese	0.185	16	1.616	1.616	-	-

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

A população está descoberta de atendimentos especializados. Faz-se necessário a instalação de um CEO Tipo I (Centro de Especialidades Odontológicas) para suprir as necessidades, da população, sabendo que a população terá um crescimento expressivo.

As cirurgias que são realizadas são as exodontias normais e cirurgias de 3º molares (cizos semi – inclusos).

Quanto às atividades de Educação e prevenção de Saúde deve-se dar ênfase á escovação supervisionada com distribuição de kits de higiene bucal e criação de

uma equipe de Saúde Bucal para atuar em parceria com a Coordenação do PSE (Programa Saúde na Escola).

Dar ênfase ao diagnóstico precoce do câncer de boca, com ações de promoções e educação em saúde bucal, avaliações e suporte técnico aos casos suspeitos com o apoio das equipes das Estratégias de Saúde Bucal.

Educação permanente aos odontólogos e Auxiliares em saúde Bucal na questão das patologias, câncer de boca, dentísticas e biossegurança, assim com a humanização das equipes.

6.3.3.1.1 Educação na Saúde

A Coordenação de Educação em Saúde tem, ao longo dos anos em Paragominas, coordenado, auxiliado e realizado ações de saúde e palestras sobre diversos temas relacionados à prevenção de doenças nas unidades de saúde, empresas, escolas e comunidade em geral. Durante todo o ano de 2019 diversos serviços também foram ofertados nessas ações, como: aferição de PA, testes de glicemia capilar, testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatites, avaliações antropométricas, etc.

Abaixo trazemos ações realizadas em Paragominas em 2019, em unidades básicas de saúde, empresas, escolas e associações:

QUADRO 49 – Ações realizadas em Paragominas.

Ações / temas	Quant.
Aleitamento Materno	11
Diabetes	10
DST-AIDS	10
Hanseníase	12
Hepatites Virais	10
Hipertensão	11
Saúde da Criança	13
Saúde da Mulher	22
Saúde do Homem	20
Saúde do Idoso	10
Setembro Amarelo - Combate ao Suicídio	9
Tabagismo	10
Tuberculose	10
Outros (vacinas, multi-temas, alimentação, combate ao caramujo, etc.)	10
<i>Média de 3 ações/semana</i>	

Fonte: SEMS Paragominas ano 2019 (atualizado jul/2020)

Para 2020 estipulamos 130 ações (procedimento 0101010010) dada à pausa nas ações devido à pandemia do COVID-19. Entretanto, nos anos vindouros propomos a continuidade de ações mensais de acordo com calendário adotado pela Secretaria Municipal de Saúde de Paragominas (SEMS) – tabela a seguir – onde no mínimo uma ação será realizada em cada uma das 15 unidades de saúde da Atenção Primária de Paragominas/mês, onde as equipes das Estratégias de Saúde da Família (ESF) estarão à frente, junto à Coordenação de Educação em Saúde na efetivação dessas ações.

QUADRO 50 – Ações programadas.

MÊS	AÇÕES PROGRAMADAS
JANEIRO	- Dia Mundial de Combate a Hanseníase (JANEIRO ROXO)
FEVEREIRO	- COMBATE ÀS IST (CARNAVAL)
MARÇO	- Dia Internacional da Mulher (MARÇO LILÁS) - Dia Mundial de Combate à Tuberculose
ABRIL	- Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial
MAIO	- Dia de Combate ao Fumo - Campanha sobre saúde do Homem (MAIO AMARELO)
JUNHO	- Dia Internacional do Diabético
JULHO	- Campanha de prevenção e Combate às Hepatites Virais (JULHO AMARELO)
AGOSTO	- Mês de incentivo ao Aleitamento Materno (AGOSTO DOURADO)
SETEMBRO	- Dia Mundial do Coração / Dia do Idoso
OUTUBRO	- Ações de prevenção e combate ao Câncer de Mama (OUTUBRO ROSA)
NOVEMBRO	- Mês de combate ao Câncer de Próstata (NOVEMBRO AZUL)
DEZEMBRO	- Mês de Luta contra a AIDS (DEZEMBRO VERMELHO)

Fonte: secretaria de saúde, 2020.

Para a melhor produtividade e efetivação desses eventos observamos que seria interessante a aquisição de materiais periódicos como cartolinas, EVA, canetas/pinceis permanentes, balões de acordo com os meses alusivos às ações (roxo, amarelo, lilás, rosa, dourado, azul, vermelho). Uma opção absolutamente indispensável seria a compra de kits de saúde sexual e reprodutiva e sobre HIV/DST e Hepatites, como encontrados no site SEMINA EDUCATIVA (<http://seminaeducativa.com.br/>).

As ações de educação em saúde deveram aumentar de forma gradativa no período estimado de dez anos, sendo que esse crescimento deve permear entre 10 e 15 % ao ano, sendo que necessário aumentar o quadro técnico dentro do departamento de educação em saúde, agregar funcionários, criar o núcleo de educação continuada, bem como uma câmara técnica para subsidiar as ações propostas na rede de atenção e cuidados a saúde.

6.3.3.2 Atenção Secundária / Média Complexidade

A Unidade de referência é o Hospital Municipal do Município de Paragominas, o qual funciona 24 horas, oferecendo serviços de obstetrícia. E para algumas especialidades Médicas no Serviço ambulatorial nas áreas de Traumatologia, Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, Cirurgia Geral, Neurologia, Ortopedia e os exames laboratoriais de rotina, exames de Imagens (Raio X, Ultrassonografia).

Internações clínica reguladas da UPA do próprio Município, via fluxo de regulação/classificação dos profissionais que regulam através núcleo interno de regulação/NIR do Hospital Municipal e os plantonistas da Unidade de Pronto Atendimento-UPA. O Hospital Municipal oferece consultas ambulatoriais especializadas, via sistema SISREG, através do - NIR localizado no próprio Hospital, que tem como função a abertura de agenda medica e agenda cirúrgica eletiva.

O Núcleo de Reabilitação oferece atendimento em fisioterapia e reabilitação motora, com atendimento nas patologias ortopédicas, neuromotoras e osteomusculares. O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, foi credenciado pelo Ministério da Saúde, encontra-se em atividade desde 2005. O NASF atua desde 2013, no apoio as Estratégias de Saúde da Família com uma equipe multidisciplinar.

As deficiências de especialidades que não são ofertadas nos Estabelecimentos Públicos ou nos Setor Privado por Contratos/Convênios, são encaminhadas para os Municípios com Pactuações pela Programação Pactuada e Integrada – PPI, o qual é encaminhado conforme os protocolos do Programa de Tratamento Fora do Domicílio – PTFD, o qual é solicitado à liberação pelo Programa SISREG, no qual são autorizados pela Equipe da Regulação Estadual e Equipe da SESMA/DERE/Belém e encaminhado alguns procedimentos ao DERE/SESMA/Belém, para autorização e agendamentos in loco.

Alguns procedimentos ambulatoriais são regulados pela Regulação Municipal, para o Hospital Regional Publico do Leste e Hospital Regional de Ipixuna do Pará, assim um percentual mínimo de procedimentos liberado no SISREG para os Hospitais de Belém. Porém torna-se necessário o fortalecimento da rede de

atenção a saúde local, buscando minimizar o deslocamento dos munícipes para outras localidades, haja vista, que isso ocasiona vários transtornos aos pacientes, além de onerar os cofres públicos.

6.3.4 Urgência e Emergência

O município de Paragominas possui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, desde o ano de 2012, que atende o Município de Paragominas, sendo regulado pela Base Central Reguladora em Capanema pelo 192. O Município possui 01 USB unidade de Suporte Básico, 10 ambulâncias sendo: 01 Unidade UTI, 04 Ambulâncias tipo A, para atendimento no transporte sanitário intermunicipal, 02 ambulância na Zona Rural (Vila CAIP e Vila Nova), 01 ambulância tipo A no atendimento do Nagibão, 01 ambulância tipo A no atendimento da UPA, 01 ambulância tipo A no atendimento do HMP. O controle da liberação dos transportes é de responsabilidade a regulação no Setor de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde.

- Sabendo que a taxa de crescimento do município apresenta variação acima de 5 % ao ano, torna-se necessário fortalecer a rede de urgência e emergência, sendo que o numero de UTIs moveis deve chegar 05 unidades, 08 Ambulâncias tipo A para atendimento no transporte sanitário intermunicipal, 05 ambulância na Zona Rural (Vila CAIP e Vila Nova), 02 ambulância tipo A no atendimento do Nagibão, 02 ambulância tipo A no atendimento da UPA, 02 ambulância tipo A no atendimento do HMP.

6.3.5 Atendimento hospitalar

O Município conta com atendimento realizado no Hospital Municipal de Paragominas de administração pública com 102 leitos, sendo esses divididos da seguinte forma: UNIC Neonatal 10 Leitos, Isolamento 03 Leitos, Cirurgia Geral 08 Leitos, Ginecologia 05 Leitos, Ortopedia e Traumatologia 06 Leitos, Clinica Geral 32

Leitos, Obstetrícia Cirúrgica 07 Leitos, Obstetrícia Clínica 16 Leitos, Pediatria Cirúrgica 05 Leito, Pediatria Clínica 10 Leitos.

Quando há necessidade de transferência para especialidade específica, é regulado através do cadastro do Leito pelo Programa SISREG – Sistema de Regulação ou SER – Sistema de Regulação Estadual, os quais são direcionados aos hospitais que há disponibilização de vagas, para procedimentos de média ou alta complexidade.

6.3.6 Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde do Município de Paragominas atualmente estar composta da seguinte forma:

- Coordenação de Vigilância em Saúde;
- Coordenação de Vigilância Epidemiológica e Imunização;
- Departamento de Vigilância ambiental em saúde;
- Departamento de Vigilância Sanitária;
- Departamento de Vigilância Nutricional;
- Departamento de Endemias.

Destarte que, para os próximos dez anos torna-se necessário a efetivação da Coordenação da Vigilância a Saúde do Trabalhador, o Departamento de Zoonose que na atualidade estar dentro da Vigilância Sanitária. A construção do centro de zoonose municipal.

6.3.7 Vigilância epidemiológica e imunização

A Vigilância Epidemiológica no Município de Paragominas é composta por 01 Enfermeiro e 05 técnicos. Onde são emitidas notificações epidemiológicas pelas Unidades de Saúde públicas e privadas e inseridas os dados coletados nos programas do Ministério da Saúde (SINAN, SINAN – NET, SIVEP GRIPE, ILTB, SINASC, SIM, SIVEP – MALARIA, SISPNCD, SISNET, SIVEP – VESTORES, LIRAA, LOCALIDADES, SIPNI, SIES, E-SUS VE). Na Epidemiologia são realizados

investigações de patologias e óbitos, os quais os resultados são inseridos nos programas específicos, no Centro de Processamento de dados da Secretaria de Saúde. O trabalho baseia-se na experiência profissional e nos protocolos do Ministério da Saúde.

No município há uma câmara fria para preservação e acondicionamento dos imunobiológicos (vacinas), construído na área física do Hospital Municipal de Paragominas, devido nesse aparelho público haver o sistema de geração de energia de emergência, para quando houver a interrupção do fornecimento por problemas técnicos no sistema de interligação da concessionária. O programa de imunização possui 15 salas de vacinação nas Unidades de Saúde, com estrutura para acondicionamento dos imunobiológicos e insumos do Programa Nacional de Imunização – PNI. Os estabelecimentos são supervisionados e recebem o suporte, capacitações e as orientações da Coordenação. O Município possui metas estipuladas pelo Ministério da Saúde para serem cumpridas anualmente. Na atualidade, algumas vacinas, não conseguem atingir as metas propostas, principalmente pentavalente e antitetânica.

6.3.8 Vigilância em saúde ambiental

A Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) consiste em um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou a outros agravos à saúde.

É também atribuição da VSA os procedimentos de vigilância epidemiológica das doenças e agravos à saúde humana, associados a contaminantes ambientais, especialmente os relacionados com a exposição a agrotóxicos, amianto, mercúrio, benzeno e chumbo.

Dentro da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), as áreas de atuação são: Vigilância da qualidade da água para consumo humano (Vigiágua); Vigilância em saúde de populações expostas a poluentes atmosféricos (Vigiar); Vigilância em saúde de populações expostas a

contaminantes químicos (Vigipeq); Vigilância em saúde ambiental relacionada aos riscos decorrentes de desastres (Vigidesastres) e Vigilância em saúde ambiental relacionada aos fatores físicos (Vigifis).

A SVS atualmente é responsável por todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela análise de situação de saúde da população brasileira. Desde a criação da SVS, a integração das vigilâncias foi se fortalecendo nas três esferas de governo, impulsionada pela relevância das doenças e agravos não transmissíveis, pela necessidade do fomento às ações de promoção da saúde, pela redução da morbimortalidade da população em geral e dos trabalhadores em particular, pela preocupação com os riscos sanitários, caracterizados como os eventos que podem afetar adversamente a saúde de populações humanas, e pela urgência em organizar respostas rápidas em emergências de saúde pública.

6.3.9 Vigilância Sanitária / Zoonose

A Vigilância Sanitária é um conjunto de medidas que têm como objetivo elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário. Estas medidas se aplicam a medicamentos e correspondentes, cosméticos, alimentos, saneantes e equipamentos, assim como os serviços de saúde. As normas da Vigilância Sanitária também se referem a outras substâncias, materiais, serviços ou situações que possam, mesmo potencialmente, representar risco à saúde coletiva da população. A Equipe atual da Vigilância Sanitária é composta por 01 coordenador (Veterinária), 01 chefe de setor, 03 fiscais.

As ações da Vigilância Sanitária de Paragominas consistem de:

- Fiscalização de estabelecimentos de baixa complexidade e drogarias;
- Liberação de alvará Sanitário;
- Atendimento a Denúncias;
- Atividade de Atuação em todo território municipal nos setores públicos e privados.

O setor de Zoonose/Endemias, possui 01 coordenador 08 supervisores e 56 agentes de endemias, responsáveis pelo desenvolvimento de ações na área de controle de zoonoses, incluindo doenças transmitidas por vetores e reservatórios. Dentre estas ações, destacam-se:

- Vacinação contra raiva canina e felina;
- Avaliação Clínica Veterinária para animais suspeitos de raiva e leishmaniose;
- Coleta de Material e envio para laboratório (raiva e leishmaniose);
- Treinamentos aos profissionais da área de saúde e palestras educativas;
- Desenvolvimento do Programa Nacional de Controle da Dengue (PNDC), além dos outros programas do Ministério da saúde relacionados a Zoonoses;
- Orientações à População sobre o controle de animais sinantrópicos e animais peçonhentos;
- Eutanásia em animais portadores de leishmaniose;
- Observação de animais agressores.

Ressaltando que para os próximos dez anos torna-se necessário há implantação do Centro de Zoonose Municipal objetivando atender de forma adequada essas especificidades.

6.3.10 Vigilância nutricional

A secretaria Municipal de Saúde possui em seu quadro técnico um (01) Nutricionista que responde pelos Programas de Alimentação e Nutrição: SISVAN, Bolsa Família e Programa Nacional de Suplementação de Ferro e no atendimento nas Unidades Básicas de Saúde. As Ações são direcionadas a Prevenção de doenças crônicas, controle da obesidade, anorexia, bulimia, além do monitoramento das condições de segurança e risco alimentar.

6.3.11 Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.

É um sistema de informação que visa descrever e prever de maneira contínua, tendências das condições de nutrição e alimentação de uma população, e seus fatores determinantes, com fins ao planejamento e avaliação dos efeitos de políticas, programas e intervenções dentro das especificidades de cada região geográfica, buscando mitigar as problemáticas futuras referentes a falta de nutrientes para o desenvolvimento das crianças e os excessos de carboidratos em adultos.

O SISVAN tem como objetivos: descrever o estado nutricional da população com particular referência a subgrupos que são identificados como estando sob risco, permitindo o conhecimento do problema nutricional; prover informação que irá contribuir para a análise das causas e fatores associados possibilitando uma seleção de medidas preventivas e/ou educativas que poderão ser ou não nutricionais; permitir previsões a serem feitas com base na consolidação e análise dos dados a fim de indicar a evolução provável dos problemas nutricionais.

Acompanhar e monitorar o estado nutricional da população atendida em Unidades Básicas de Saúde e/ou Programa Saúde da Família; monitorar programas e políticas públicas no contexto da alimentação e nutrição, e avaliar sua efetividade, dentro das políticas de assistência à saúde.

6.3.12 Programa de suplementação de ferro

Dentro das especificidades da vigilância nutricional encontra-se o programa de suplementação de Ferro que busca combater a anemia em crianças, sabendo que o ferro é um micronutriente essencial para a vida e atua principalmente na síntese de células vermelhas do sangue (hemácias) e no transporte do oxigênio no organismo. Há dois tipos de ferro nos alimentos: ferro heme (origem animal, sendo mais bem absorvido) e ferro não heme (encontrado nos vegetais). Sendo que as ações de educação alimentar e nutricional para a promoção da alimentação adequada e saudável preveem o estímulo ao consumo de alimentos que contenham ferro de alta

biodisponibilidade na fase de introdução da alimentação complementar e em fases de maior vulnerabilidade para essa deficiência.

A utilização de suplementação medicamentosa com sais de ferro para prevenir e tratar a anemia é um recurso tradicional e amplamente utilizado, sendo a forma oral de administração a preferencial. Ela deve ser usada como ação curativa em indivíduos deficientes ou, profilaticamente, em grupos com risco de desenvolver anemia.

6.3.13 Programa do peso - Bolsa Família.

É um programa federal de transferência direta de renda à famílias em situação de pobreza ou de extrema, com a finalidade de promover seu acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo intergeracional da pobreza. O Programa é realizado por meio de auxílio financeiro vinculado ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) na Saúde, Educação e Assistência Social.

A agenda de saúde do PBF no SUS compreende a oferta de serviços para a realização do pré-natal pelas gestantes, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e imunização das crianças. Assim, as famílias beneficiárias do PBF com mulheres com idade entre 14 e 44 anos e crianças menores de sete anos de idade deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da família, por agentes comunitários de saúde ou por unidades básicas de saúde, que proverão os serviços necessários ao cumprimento das ações de responsabilidade da família.

Devido às complexidades que envolvem o setor de **Vigilância Nutricional** percebe-se a necessidade de aumentar a equipe técnica nos próximos dez anos, reformulando internamente a sistematização de atendimento, objetivando aumentar o número de municípios atendidos com os serviços desse setor.

6.3.14 Atenção à gravidez, parto e puerpério – rede de atenção materno – infantil.

Embora, nas últimas décadas, a cobertura de atenção ao pré-natal tenha aumentado garantir sua qualidade permanece como o maior desafio. Essa melhoria da qualidade, no patamar em que estamos, refere-se a uma mudança sensível na atitude dos profissionais de saúde e na eficiência e presteza dos serviços.

É preciso potencializar os recursos humanos e materiais existentes no município, para o progressivo enfrentamento da morbimortalidade materna e perinatal. É verdade, também, que resultados nesse campo dependem de outros fatores, relativos ao desenvolvimento econômico, social e humano de cada região, que terminam por conferir maior ou menor suporte às mulheres no momento da reprodução.

A qualificação permanente da atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério deve sempre ser perseguida na perspectiva de garantir uma boa condição de saúde tanto para a mulher quanto para o recém-nascido, bem como de possibilitar à mulher uma experiência de vida gratificante nesse período. Para isso, é necessário que os profissionais envolvidos em qualquer instância do processo assistencial estejam conscientes da importância de sua atuação e da necessidade de aliarem o conhecimento técnico específico ao compromisso com um resultado satisfatório da atenção, levando em consideração o significado desse resultado para cada mulher.

A consulta pré-natal, para muitas mulheres, constitui-se na única oportunidade que possuem para verificar seu estado de saúde; assim, deve-se considerá-la também como uma chance para que o sistema possa atuar integralmente na promoção e, eventualmente, na recuperação de sua saúde.

Respeitando-se as orientações constantes no Pacto pela Vida, definem-se as seguintes diretrizes para nortear a atenção ao pré-natal e ao puerpério no município de Paragominas:

- Respeito à autonomia da mulher na tomada de decisões sobre sua vida, em particular em relação à sua saúde, sua sexualidade e reprodução;

- Garantia de acesso da mulher a uma rede integrada de serviços de saúde que propicie abordagem integral do processo saúde/doença, visando à promoção da saúde, o início precoce do acompanhamento das gestantes, a prevenção, diagnóstico e tratamento adequado dos problemas que eventualmente venham a ocorrer nesse período;
- Oferta de cuidado sempre referendada por evidências científicas disponíveis;
- Garantia de adequada infraestrutura física e tecnológica das diversas unidades de saúde e maternidade para atendimento da gestante e da puérpera;
- Aprimoramento permanente dos processos de trabalho dos profissionais envolvidos na atenção à gestante e à puérpera, buscando a integração dos diversos campos de saberes e práticas e valorizando o trabalho em equipe multiprofissional e a atuação interdisciplinar;
- Desenvolvimento contínuo de processos de educação permanente dos profissionais de saúde;
- Incentivo ao parto seguro e confortável e ao aleitamento materno.

6.3.14.1 Apoio Diagnóstico: Ultrassom obstétrico.

Ultrassom obstétrico é o exame de ultrassonografia realizado durante a gravidez. A função dele é avaliar a placenta, o líquido amniótico que protege o feto, o crescimento e desenvolvimento fetal. Com ele, é possível detectar alguns problemas e anomalias fetais, bem como determinar a idade gestacional e a data provável do parto. Sabendo que o exame de ultrassonografia é uma prerrogativa legal dentro das normativas vigentes do SUS, objetivando o cuidado com a saúde da mulher e do bebê que deve ser priorizado pelos gestores da saúde em todo o território nacional.

QUADRO 51 - Dados para o cálculo da necessidade de ultrassonografias obstétricas.

POPULAÇÃO ALVO	PARÂMETRO PROPOSTO	OFERTADO EM 2019
Estimativa do número de gestantes (NG)	N de nascidos vivos (SINASC) X 1,05 (fator de ajuste)	Usado fator de reajuste 10% 2.266 = 6.798 USG
Estimativa de gestantes de risco habitual (RH)	85% de NG	1.926 = 5.778 USG
Estimativa de gestantes de alto risco (AR)	15% de NG	340 1.020 USG

Fonte: Secretaria de Saúde, 2020.

QUADRO 52 - POPULAÇÃO ALVO: todas as gestantes dentro da estimativa de 2019 a 2029

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
GESTANTES	2.266	2.492	2.741	3.015	3.316	3.647	4.011	4.412	4.853	5.338	5.871

Fonte: Secretaria de Saúde, 2020.

QUADRO 53 - POPULAÇÃO ALVO: Gestantes de Risco Habitual estimativa de 2019 a 2029.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
GESTANTES de Risco Habitual	1.926	2.118	2.329	2.562	2.818	3.099	3.409	3.750	4.125	4.537	4.990

Fonte: Secretaria de Saúde, 2020.

QUADRO 54 - POPULAÇÃO ALVO: Gestantes de Alto Risco estimativa de 2019 a 2029.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
GESTANTES de alto Risco	340	374	411	452	497	547	601	662	728	801	880

Fonte: Secretaria de Saúde, 2020.

Conforme a Portaria SAS/MS nº 650 de 05/10/2011 que dispõe sobre os Planos de Ação Regional e Municipal da Rede Cegonha, para a estimativa total de gestante, também pode ser considerado para determinado territórios: “Número de nascidos vivos do ano anterior + 10%”.

6.3.14.2 Apoio Diagnóstico: Mamógrafos

A mamografia é uma espécie de raios X das mamas. É um exame simples, mas muito importante para ajudar no diagnóstico precoce do câncer de mama, o segundo tipo de câncer mais comum em mulheres no Brasil e no mundo, ficando apenas atrás do câncer de pele não melanoma. Seu objetivo principal é rastrear o câncer de mama. O exame é capaz de detectar nódulos nos seios antes mesmo de eles serem palpáveis.

QUADRO 55 - Dados para o cálculo da necessidade de mamografias/ano, consideram-se as indicações de realização dos exames.

POPULAÇÃO ALVO	PARÂMETRO PROPOSTO	OFERTADO 2019
Mulheres de 40 a 49 anos	10% - indicação de mamografia diagnóstica (D1) =660	306
	10% - outras indicações (Ou)	
Mulheres de 50 a 59 anos	50% - indicação rastreamento (R1)	
	8,9% - indicação diagnóstica (D2)	

QUADRO 56 - POPULAÇÃO ALVO: População Feminina em Idade 40 a 49 anos estimativa de 2019 a 2029.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
População Feminina em idade 40 a 49 anos	6.607	6.687	6.768	6.850	6.933	7.017	7.102	7.188	7.275	7.363	7.452

População total TCU projetada de acordo com taxa de crescimento populacional no último período publicado (1.22%)

QUADRO 57 - POPULAÇÃO ALVO: População Feminina em Idade 50 a 59 anos estimativa de 2019 a 2029.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
População Feminina em idade 50 a 59 anos	3.963	4.011	4.059	4.108	4.158	4.208	4.259	4.310	4.362	4.415	4.468

População total TCU projetada de acordo com taxa de crescimento populacional no último período publicado (1.22%)

SRC e SDM - Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC) e Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM):

Apesar do município de Paragominas não se enquadrar no porte populacional o município oferta esse exame e o devido acompanhamento para as mulheres com exames de PCCU alterado.

6.3.14.3 Almojarifado/Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF

Entendendo a Assistência Farmacêutica como parte importante de um Sistema de Saúde e componente fundamental para a efetiva implementação das ações de promoção e melhoria das condições da assistência à saúde da população, o Ministério da Saúde — MS, após ampla discussão, aprovou, em outubro de 1998, a Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM N° 3.916/98), instrumento que passou a orientar todas as ações no campo da política de medicamentos do país.

A Política Nacional de Medicamentos tem como propósito precípua garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles medicamentos considerados essenciais, dentro dos programas de assistência a saúde, fomentados e efetivados pelo Ministério da Saúde.

A Central de Abastecimento Farmacêutico é responsável pelo abastecimento de materiais/ insumos, onde são realizados os processos de pedidos de materiais e insumos para uso nos aparelhos públicos da saúde municipal. Esses insumos após sua compra através dos processos licitatórios obedecendo às normativas vigentes, sendo que após sua aquisição são direcionados para esse departamento e

disponibilizado obedecendo ao fluxo e logística de distribuição existente, sabendo que esse departamento pertence a Secretaria de Administração e Finanças.

Os fluxos existentes são ordenados e atendem as especificidades do serviço saúde existe, porém torna-se necessário ser revisto a situação do organograma da Central de Abastecimento Farmacêutico, pois a mesma operacionaliza somente os insumos da área da saúde, mas não pertence a gestão da saúde local, podendo gerar uma inconformidade futuro devido não está ligada via organograma ao sistema único de saúde.

6.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social está basicamente estruturada da seguinte forma, conforme o quadro 43 abaixo:

QUADRO 58 – Unidades de Gestão.

Espaços	Quantidade
Sede	01
CRAS	02
Núcleos CRAS	02
CREAS	01
Abrigo Institucional de Crianças e Adolescentes	01
Abrigo Institucional de Longa Permanência	01

Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2019.

Percebe-se que até o momento foi um grande avanço para as gestões municipais, contudo percebe-se com base nas escutas comunitárias que estes espaços poderiam se ampliados para atender outras mais distantes da sede urbana. Para se ter uma referência espacial, a ilustração do mapa a seguir pode servir de base.

FIGURA 48 – Unidades de Gestão.



Fonte: Secretaria de Assistência Social, 2019.

No que se refere aos serviços, vale ressaltar que o **Sistema Único de Assistência Social - SUAS** é um sistema público que organiza os serviços de assistência social em um modelo de gestão participativa.

Organiza as ações da assistência social em **dois tipos de proteção** social. A primeira é a **Proteção Social Básica**, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a **Proteção Social Especial**, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados, prestados a públicos específicos de forma integrada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

A Proteção Social Especial no município é executada nos níveis de Média e Alta Complexidade, sendo os Serviços de Média Complexidade ofertados através de 1 (um) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, e os Serviços de Alta Complexidade nos (2) dois Abrigos Institucionais, sendo 1 (um) de atendimento a pessoa Idosa e 1 (um) para crianças e/ou adolescentes.

Proteção Social Básica - Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Primeira Infância no SUAS:
 - ❖ Gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
 - ❖ Crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias;
 - ❖ Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julh o de 1990, e suas famílias;
 - ❖ Gestantes e crianças de até 36 meses inseridas no CadÚnico.

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

- ❖ Crianças de 0 a 6 anos;
- ❖ Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- ❖ Adolescentes de 15 a 17 anos;
- ❖ Pessoas Idosas;
- ❖ Projeto Ipad.
- ❖ Equipe Volante;
- ❖ Programa Acessuas Trabalho.

QUADRO 59 – CRAS / Inscritos em programas – 2019.

CRAS	INSCRITOS
JADERLÂNDIA	200
CAMBOATÃ	640
NÚCLEO MORADA DO SOL	350
NÚCLEO NAGIBÃO	164
TOTAL	1.354

Referência: Secretaria de Assistência Social, 2019.

- Média Complexidade

- ❖ Centro De Referência Especializado Em Assistência Social – CREAS

- ✓ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos Vítimas de Violência (PAEFI);
- ✓ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (MSE);
- ✓ Serviço Especializado em Abordagem Social.

- Alta Complexidade

- ❖ Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes;
- ❖ Serviço de Acolhimento Institucional de longa permanência para idosos – ILPI;

❖ Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

- ✓ **Abrigo de Crianças e Adolescentes** - Capacidade: 20
- ✓ **Abrigo de Idosos** - Capacidade: 24
- ✓ **Medida Socioeducativa** - 43 adolescentes
- ✓ **Acompanhamentos – PAEFI** - 150 Famílias

Quanto a Proteção Básica, a estrutura se dá através do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo a seguir os seguintes atendimentos:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Primeira Infância no SUAS:
 - ❖ Gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
 - ❖ Crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e suas famílias;
 - ❖ Crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e suas famílias;
 - ❖ Gestantes e crianças de até 36 meses inseridas no CadÚnico.
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):
 - ❖ Crianças de 0 a 6 anos;
 - ❖ Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
 - ❖ Adolescentes de 15 a 17 anos;
 - ❖ Pessoas Idosas;
 - ❖ Projeto Ipad.
 - ❖ Equipe Volante;
 - ❖ Programa Acessuas Trabalho.

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é considerado um equipamento social como porta de entrada para o acesso das famílias aos serviços públicos e a garantia de direitos. Tem como responsabilidade, os atendimentos psicossociais, acompanhamentos e referência para a inclusão dos usuários e de suas famílias nos programas de transferência de renda (PBF, BPC) e outros serviços ofertados.

As atividades foram organizadas, a partir do planejamento anual com a equipe técnica do CRAS, tendo como base, ações que pudessem levar as famílias a superarem a vulnerabilidade nos territórios onde ocorrem as situações de risco social.

O trabalho com as famílias acontece por meio de acolhidas, orientações reuniões, palestras, cursos de capacitações e encaminhamentos a outros serviços e políticas públicas quando necessário.

Nas tabelas a seguir serão apresentadas os perfis das famílias atendidas no CRAS-Centro de Referência da Assistência Social, e quais foram as ações programadas e realizadas para atender as necessidades das famílias usuárias do SUAS, em 2019.

Cadastro Único (Inscritos - 19.745 / Recebem Bolsa Família - 9.912)

- Programa Bolsa Família;
- BPC;
- Carteira do Idoso;
- ID Jovem;
- Tarifa social de energia elétrica;
- Programa Nacional de Crédito fundiário;
- PRONATEC ACESSUAS;
- Isenção de taxa de concursos;
- ENEM;
- Progredir;
- Minha Casa Minha Vida.

6.5 SEGURANÇA – Diagnóstico da Criminalidade.

Em virtude do município de Paragominas está realizando a revisão do Plano Diretor e, por conseguinte o diagnóstico da realidade municipal no âmbito das diversas políticas setoriais. Primeiramente foi solicitado a secretaria de planejamento informações a cerca da política de segurança pública municipal. Porém, a mesma informou da inexistência de uma Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social, órgão responsável pela demandas referentes ao aspecto de Segurança Pública em âmbito municipal e de sua dificuldade para realizar tal tarefa.

Contudo, com base no que se levantou de informação no âmbito das leituras comunitárias, pode se perceber que é de fundamental importância que se convide os órgãos de segurança estaduais para o momento de construção de propostas, e que estes realizem pelo menos um breve diagnóstico Municipal da criminalidade, dados esses primordiais para ações de prevenção, além do compartilhamento dos serviços prestados pela secretaria (ações e projetos), bem como os equipamentos públicos de segurança de competência municipal, complementados por outros que fazem cobertura no município, em especial Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Antes de consolidar os aspectos mencionados no parágrafo anterior, buscamos a Lei nº 597/06 do Plano Diretor de Paragominas, no qual se observa que a política de Segurança Pública foi desenvolvida em apenas 02 (dois) parágrafos, de forma muito sucinta. Acredita-se que isso tenha ocorrido, por que na época de sua elaboração, os gestores municipais acreditavam que tal competência caberia apenas ao Estado, conforme constituição.

Art. 144. A segurança pública, dever do **Estado**, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.
(grifo nosso) (BRASIL, 1988)

No entanto no mesmo artigo especificamente no parágrafo § 8º:

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.(grifo nosso) (BRASIL,1988).

Apesar da Guarda Municipal de Paragominas ser constituída pela Lei Municipal de nº 381.86, o município apenas oficializou a implantação da Guarda Municipal no ano de 2007, onde houve o 1º Concurso Público, no qual os servidores começaram a partir de 14/11/2007, tendo como gerencia inicialmente a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, apenas no ano de 2018.

No que se refere a Segurança e Defesa Social, acrescentando ações efetivas, dentro dos seus limites de competência, com vistas à redução dos índices de criminalidade, observa-se que muitos casos não são registrados e por causa dessa situação o Relatório Diário de Criminalidade fornecidos pelo SIAC - Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal da SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, relativos ao período de 2018 a 2019, apresentam informações que não condizem com a realidade local, segundo análises das reuniões comunitárias.

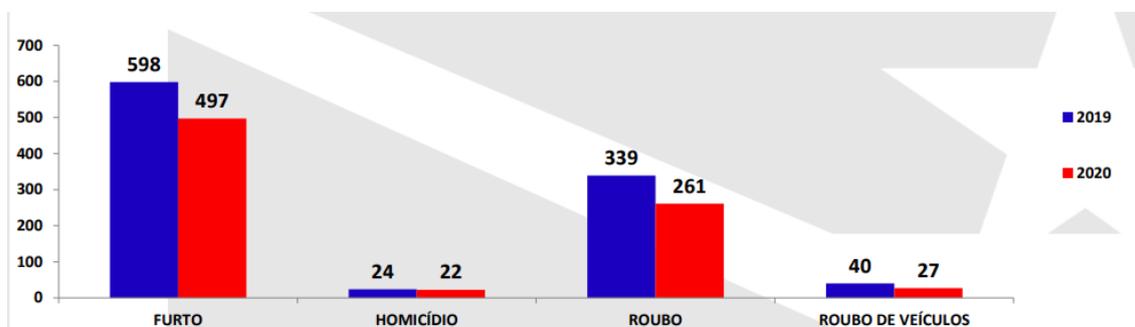
Logo abaixo, observa-se um comparativo estatístico referente a a janeiro e a junho, de 2019 a 2020. Onde pôde-se observar uma redução no que diz respeito a furto (17%), homicídio (-8%), roubo (-23%), roubo de veículos (-33%), totalizando uma redução de 19%.

O quadro e gráfico a seguir apresentam um comparativo estatístico acumulado de janeiro a junho 2019 – 2020, com base em: registros de furto, de homicídio, roubos em geral e roubos de veículos. Porém é importante ressaltar que apesar de aparecer uma redução no quadro quanto a tipificação dos crimes, vale ressaltar que a comunidade esclareceu que muitos destes crimes nem chegam a ser registrados.

QUADRO 60 – Comparativo Estatístico de Janeiro a Junho 2019 – 2020.

PARAGOMINAS					
TIPIFICAÇÃO	2019	2020	VAR	%	RED_AUM
FURTO	598	497	-101	-17%	REDUÇÃO
HOMICÍDIO	24	22	-2	-8%	REDUÇÃO
ROUBO	339	261	-78	-23%	REDUÇÃO
ROUBO DE VEÍCULOS	40	27	-13	-33%	REDUÇÃO
Total Geral	1001	807	-194	-19%	REDUÇÃO

GRÁFICO 13 - Comparativo Estatístico 2019 – 2020.



Fonte: B.D. SISP 2019/2020

Elaboração: P2 – CPR VI 22 07 20.

6.6 CULTURA, ESPORTE E LAZER

Tratar da Cultura Municipal nos remete a necessidade de se fazer uma importante consideração do que é um conceito de várias acepções, tais como:

- Na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".
- Na Roma antiga, tinha o sentido de "agricultura" (do latim culturae, que significa "ação de tratar", "cultivar" e "cultivar conhecimentos", o qual originou-se de outro termo latino, colere, que quer dizer "cultivar as plantas").
- Comumente associada às formas de manifestação artística e/ou técnica da humanidade, como a música, danças e outros;
- Um "padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida."
- Por ter sido fortemente associada ao conceito de civilização no século XVIII, a cultura, muitas vezes, se confunde com noções de: desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos de elite.

Na realidade do município de Paragominas, o que se percebe é que por ter uma formação em grande parte por imigrantes, o município possui poucas manifestações culturais próprias, sendo as mais expressivas:

- Aniversário da cidade (55 anos)
- Carnaval
- Festival do Milho
- Arraial Municipal
- Concursos de Quadrilhas Juninas

- Exposição Feira-Agropecuária (AGROPEC)
- Concurso Intermunicipal de Bandas Marciais e Fanfarras
- Festival Intermunicipal da Canção
- Círio de Nazaré

Além destas manifestações culturais, a Secretaria de cultura dentro de seu calendário anual também dá ênfase ao carnaval, ao festival de prêmios no dia do trabalhador e as festas de réveillon.

Quanto aos desportos, tem em seu calendário anual as seguintes competições:

- Copa Municipal de Futsal Adulto Masculino e Feminino
- Copão Municipal de Futsal Sênior Masculino
- Copinha Municipal de Futsal Categorias de Base
- Copinha Municipal de Futebol de Campo Categorias de Base
- Torneios de Voleibol Masculino e Feminino
- Minimaraton (Aniversário da cidade e Dia do Trabalhador)
- Circuito de Ciclismo (Aniversário da cidade e Dia do Trabalhador)
- Campeonato Municipal de Futebol de Campo Amador (*realizado pela LEMP – Liga Esportiva Municipal de Paragominas com o apoio da Prefeitura Municipal)

6.6.1 Áreas ou locais que devem ser protegidos e tombados como patrimônio histórico cultural de Paragominas.

1. AVENIDA LAMEIRA BITTENCOURT

Primeira rua de Paragominas, onde aconteciam todas as manifestações sociais da década de 60, como o lançamento da pedra fundamental da cidade; onde funcionou a primeira parada de ônibus, o primeiro hotel (Hotel Piauí) e o primeiro Cine Foto (Foto Lima, do Tuíca);

2. PARQUE AMBIENTAL MUNICIPAL ADHEMAR MONTEIRO

Inaugurado em 15 de dezembro de 2007, o Parque Municipal Ambiental Adhemar Monteiro era um horto florestal particular denominado “Crocodilo Safari Zoo”, de propriedade do pioneiro Dr. Jorge Monteiro, com criação de animais silvestres, tendo como destaque jacarés.

Com a parceria da Companhia Vale do Rio Doce à época, em Paragominas, a Prefeitura Municipal comprou o local e realizou todas as reformas e adaptações necessárias para atender às visitas da comunidade.

Por ocasião da inauguração do Parque Ambiental Municipal, o prefeito Adnan Demachki, com muita sabedoria e discernimento, homenageou muitos dos pioneiros de nossa cidade, dando a oportunidade a cada um de plantar uma árvore no parque, onde foram fixadas placas com o nome daqueles que fizeram parte da história da cidade.

3. MEMORIAL DO MUNICÍPIO VERDE

Localizado dentro do Parque Ambiental Municipal, um museu construído com madeira ipê roxo, extraída ilegalmente de áreas indígenas e que foram apreendidas pelo IBAMA e posteriormente doadas à Prefeitura de Paragominas. O Memorial narra a história dos ciclos econômicos de Paragominas, desde a sua fundação em 1965, até o Projeto Paragominas Município Verde.

4. LAGO VERDE

Antigo Rio Paragominas, conhecido nas décadas de 60, 70 e 80 como “Rio Prainha” por conter em suas margens uma pequena praia às proximidades de onde hoje se localiza o Lago Verde. Este rio foi revitalizado pelo prefeito Adnan Demachki e transformado em um lago artificial, inaugurado em 31 de maio de 2013. Hoje é um dos mais belos cartões postais de Paragominas.

5. PRAÇA CÉLIO MIRANDA

Construída na década de 1960, denominada inicialmente como “Praça Três Corações” em homenagem aos fundadores Célio Miranda, Eliel Faustino e Manoel Lima, porém, na década de 1980, teve seu nome modificado para “Praça Célio Miranda”. Foi reinaugurada em junho de 2008 com um novo desenho arquitetônico contendo um grande anfiteatro, com palco e arquibancadas para 800 pessoas e é considerada o cartão postal número um da cidade.

FIGURA 49 – Áreas que devem ser protegidas e tombadas como patrimônio histórico e cultural de Paragominas.



Fonte: SECULT.

6.6.2. Equipamentos Públicos Culturais

1. ESPAÇO CULTURAL GLAUCIA LYGIA RABELLO LEAL

Rua Presidente Vargas, s/nº - Bairro Célio Miranda

Inaugurado em 22 de novembro de 2008, o referido espaço abriga a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SECULT, com todas as suas dependências como: Biblioteca Pública Municipal Welton Marques Gonzaga, Escola Municipal de Dança, Escola Municipal de Música Daniel Nascimento e a Escola Municipal de Teatro.

2. TEATRO REINALDO CASTANHEIRA

Rua Marechal Rondon, 110, Bairro Célio Miranda

Inaugurado também em 22/11/2008, juntamente com o Espaço Cultural, este Teatro com capacidade para 300 pessoas sentadas, é utilizado em apresentações musicais, teatrais e também como cinema, além de diversas atividades realizadas pela comunidade.

3. MEMORIAL DO MUNICÍPIO VERDE

Localizado dentro do Parque Ambiental Municipal, o Memorial narra a história dos ciclos econômicos de Paragominas, desde a sua fundação em 1965, até o Projeto Paragominas Município Verde.

4. LAGO VERDE

Antigo Rio Paragominas, conhecido nas décadas de 60, 70 e 80 como “Rio Prainha” por conter em suas margens uma pequena praia às proximidades de onde hoje se localiza o Lago Verde. Este rio foi revitalizado pelo prefeito Adnan Demachki

e transformado em um lago artificial em 2013. Hoje é um dos mais belos cartões postais de Paragominas onde são realizados vários eventos culturais e religiosos.

5. PRAÇA CÉLIO MIRANDA

Construída na década de 1960, denominada inicialmente como “Praça Três Corações” em homenagem aos fundadores Célio Miranda, Eliel Faustino e Manoel Lima, porém, na década de 1980, teve seu nome modificado para “Praça Célio Miranda”. Reinaugurada com um novo desenho arquitetônico contendo um grande anfiteatro, com palco e arquibancadas para 800 pessoas, onde são realizados diversos eventos culturais e religiosos.

FIGURA 50 – Equipamentos públicos – Cultura - Paragominas



Fonte: SECULT.

6.6.3 Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer.

1. PARQUE AMBIENTAL MUNICIPAL ADHEMAR MONTEIRO

Inaugurado em 15 de dezembro de 2007, o Parque Municipal Ambiental Adhemar Monteiro era um horto florestal particular denominado “Crocodilo Safari Zoo”, de propriedade do pioneiro Dr. Jorge Monteiro, com criação de animais silvestres, tendo como destaque jacarés.

Com a parceria da Companhia Vale do Rio Doce à época, em Paragominas, a Prefeitura Municipal comprou o local e realizou todas as reformas e adaptações necessárias para atender às visitas da comunidade.

2. GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES SAMUEL CARDOSO CÂMARA

Praça Cleodoval Gonçalves, s/nº, Bairro Célio Miranda, Módulo II Construído na década de 1980, o Ginásio Municipal foi totalmente reformado e reinaugurado em 2011, ganhando uma ampla cobertura e quadra emborrachada no mesmo molde das quadras oficiais da CBFS. Local onde funciona a Coordenadoria de Desporto e Lazer e o Projeto de Inclusão Social Escolinha de Futsal da SECULT.

3. PRAÇA CÉLIO MIRANDA

Construída na década de 1960, denominada inicialmente como “Praça Três Corações” em homenagem aos fundadores Célio Miranda, Eliel Faustino e Manoel Lima, porém, na década de 1980, teve seu nome modificado para “Praça Célio Miranda”. Reinaugurada com um novo desenho arquitetônico contendo um grande anfiteatro, com palco e arquibancadas para 800 pessoas, onde são realizados diversos eventos culturais e religiosos.

4. ESTÁDIO MUNICIPAL ARENA DO MUNICÍPIO VERDE

Avenida Barão de Araruna, s/nº, Bairro Promissão III

Construído em parceria com a empresa HYDRO e inaugurado em 22 de janeiro de 2013, o Estádio Municipal Arena Verde é mais um local de lazer onde são realizados Campeonatos, Torneios e amistosos de Futebol de Campo de várias Categorias, incluindo o Campeonato Municipal e os jogos do Campeonato Paraense, onde o Paragominas Futebol Clube (PFC) representa o município. No local funciona o Projeto de Inclusão Social Escola de Iniciação Poliesportiva Arena Verde, administrado pela SECULT.

5. ESTÁDIO JOÃO GOMES

Avenida Agenor Alves, Promissão I

Construído pela iniciativa de vários empresários esportistas na década de 60, em terreno doado pela Prefeitura Municipal, é um dos primeiros campos de futebol de Paragominas onde eram realizados todos os torneios e campeonatos da cidade.

6. CAMPO DO OLÍMPICO ESPORTE CLUBE

Avenida Cícero Ávila, Promissão III

Campo de futebol amador, de propriedade do time Olímpico Esporte Clube, onde são realizadas diversas competições esportivas da comunidade.

7. CFOA – CENTRO DE FORMAÇÃO OLÍMPICA DA AMAZÔNIA

Avenida Deputado Fausto Fernandes – Bairro Tropical.

Outrora conhecido como Espaço Winner 21 foi reestruturado e passou a ser gerido em uma parceria público/privada, sendo denominado Centro de Formação Olímpica da Amazônia (CFOA), onde alunos das escolas públicas cadastrados aprimorarão seus talentos para as mais diversas práticas esportivas.

FIGURA 51 – Equipamentos de Esporte e Lazer – Paragominas.



Fonte: SECULT.

6.6.4 Serviços e Equipamentos de Eventos

- **Parque de Exposição Amílcar Tocantins**
 - ✓ Capacidade: 230 mil pessoas
 - ✓ Equipamentos e serviços: Possui palco, pista equestre, bilheteria, auditório de 100 lugares
- **Teatro Municipal Reinaldo Castanheira**

6.6.5 Serviços e Equipamentos de Lazer – Instalações esportivas.

- **Ginásio de Esportes Samuel Cardoso Câmara (Cardosão)**

Por ser o maior espaço desportivo público do município, oferece o ambiente ideal para a prática de vários esportes coletivos, sendo um dos maiores os Jogos Intercolegiais de Paragominas.

É utilizado por toda a comunidade tanto do centro quanto da periferia da cidade, para a prática de esporte lazer, bem como para a participação de diversas competições esportivas gratuitas.

Além dessas práticas esportivas, o espaço é cedido para a realização de atividades culturais e religiosas como Concursos Municipal e Intermunicipal de Quadrilhas Juninas e Festa dos Tabernáculos, Cenáculo de Pentecostes, Corpus Christis entre outros.

A Prefeitura Municipal por meio da SECULT, desenvolve gratuitamente no local, para toda a comunidade, vários Projetos de Inclusão Social sendo o maior deles a Escolinha de Futsal Categorias de Base, desde o SUB-7 até o SUB-15.

FIGURA 52 - Quadra do Ginásio de Esportes.



Fonte: SECULT.

- **Estádio Municipal Arena do Município Verde**

Espaço público esportivo que veio agregar as diversas competições e atividades de futebol de campo da comunidade, enquanto no município haviam somente campos particulares.

Para competições de futebol profissional e amador, como jogos do Campeonato Paraense, Campeonato Municipal, Torneios e competições esportivas e demais atividades relacionadas ao esporte coletivo.

A Prefeitura Municipal por meio da SECULT desenvolve no local o Projeto de Inclusão Social Escolinha de Iniciação Poliesportiva Arena Verde que desenvolve as categorias de base do futebol de campo, do SUB-11 ao SUB-17. O projeto é gratuito e direcionado à comunidade mais carente.

FIGURA 53 - Entrada da Arena Verde



Fonte: SECULT.

FIGURA 54 - Campo de Futebol da Arena Verde.



Fonte: SECULT.

6.6.6 – Serviços e Equipamentos de Lazer - Espaços livres e áreas verdes

- **Praça Célio Miranda**

FIGURA 55 – Praça Célio Miranda



Fonte: SECULT.

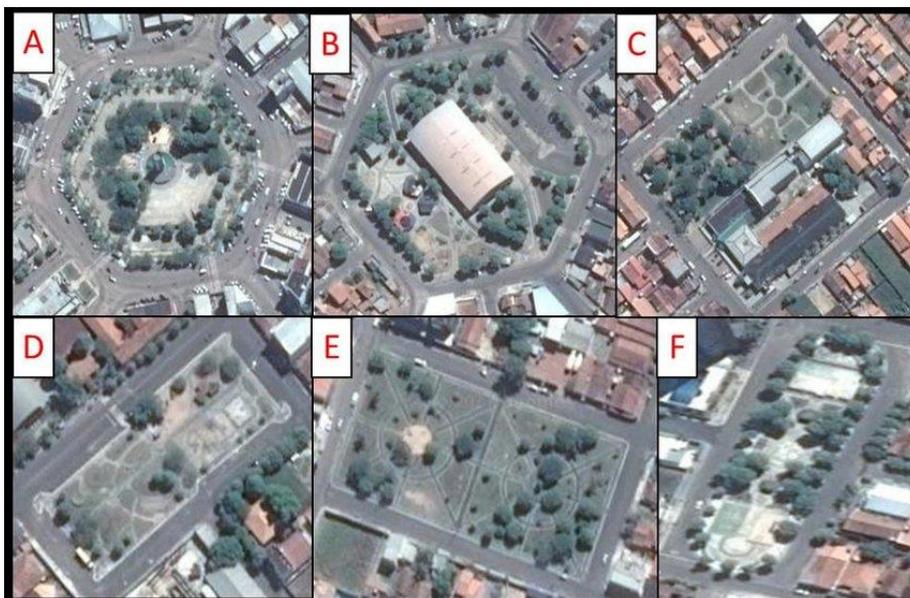
- **Praça Cleovaldo José de Moura Gonçalves – Praça do Ginásio**

FIGURA 56 – Praça Cleovaldo José de Moura Gonçalves – Praça do ginásio.



Fonte: SECULT.

FIGURA 57 – Localização das praças – Paragominas.



Localização das praças:

- A:** Praça Célio Miranda;
- B:** Praça Cleodoval Gonçalves;
- C:** Praça Promissão III;
- D:** Praça Promissão I;
- E:** Praça Angelim;
- F:** Praça Uraim

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Localizacao-das-pracas-amostradas-A-Praca-Celio-Miranda-B-Praca-Cleodoval_fig2_324244967